



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02/2012 – CGPLI

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA O PROCESSO DE INSCRIÇÃO E AVALIAÇÃO DE OBRAS DIDÁTICAS PARA O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PNLD EJA 2014

O Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), faz saber aos editores que se encontra aberto o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas destinadas aos alunos e educadores de alfabetização do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) e do ensino fundamental e médio, modalidade Educação de Jovens e Adultos, da rede pública.

1. Do Objeto

Este edital tem por objeto a convocação de editores para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas destinadas aos alunos e educadores da Educação de Jovens e Adultos (EJA), conforme condições e especificações constantes deste edital e seus anexos.

2. Dos Prazos

2.1. As etapas de cadastramento dos editores, pré-inscrição e inscrição/entrega das obras didáticas serão realizadas nos seguintes períodos:

2.1.1. Cadastramento de Editores e Pré-Inscrição das Obras

- Do dia 08/08/2012 até as 23h59 do dia 08/03/2013.

2.1.2. Inscrição/Entrega da Documentação e das Obras

- Do dia 18/03/2013 até 22/03/2013 das 8h30 às 16h30.

3. Da Caracterização das Obras

3.1. Serão aceitas para participar do processo de avaliação e seleção obras didáticas destinadas aos alunos e educadores da Educação de Jovens e Adultos do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), das escolas federais e das escolas das redes de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal, de acordo com as categorias abaixo especificadas:

Categoria 1: obra didática, consumível, destinada à **alfabetização** de jovens e adultos das entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) e aos alunos das escolas públicas que mantenham turmas exclusivamente de alfabetização de jovens e adultos, na seguinte composição:

Composição	Número de Volumes na Obra	Forma de Organização da Obra Didática	Denominação do Volume	Proposta Pedagógica	Componentes Curriculares Mínimos	Máximo de páginas no livro do aluno	Máximo de páginas no manual do educador
A	1	Volume único	Alfabetização	Disciplinar ou Interdisciplinar	Letramento e Alfabetização e Alfabetização Matemática	200	300

Categoria 2: coleção didática, consumível, destinada aos **anos iniciais** do ensino fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, compreendendo as etapas/ciclos de alfabetização e subsequentes, em uma das seguintes composições:

Composição	Número de Volumes na Coleção	Forma de Organização da Coleção Didática	Denominação do Volume	Proposta Pedagógica	Componentes Curriculares Mínimos	Máximo de páginas no livro do aluno	Máximo de páginas no manual do educador
B	2	Volume de Alfabetização	Volume 1 Alfabetização	Disciplinar ou Interdisciplinar	Letramento e Alfabetização e Alfabetização Matemática	200	300
		Volume do 2º ao 5º ano do ensino fundamental	Volume 2 Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Multisseriado e Disciplinar ou Interdisciplinar	Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências e Arte	500	600
C	3	Volume de Alfabetização	Volume 1 Alfabetização	Disciplinar ou Interdisciplinar	Letramento e Alfabetização e Alfabetização Matemática	200	300
		Volume de 2º e 3º anos do ensino fundamental	Volume 2 Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Bisseriado e Disciplinar ou Interdisciplinar	Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências e Arte	400	500
		Volume de 4º e 5º anos do ensino fundamental	Volume 3 Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Bisseriado e Disciplinar ou Interdisciplinar	Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências e Arte	400	500
D	7	Volume de Alfabetização	Alfabetização	Disciplinar ou Interdisciplinar	Letramento e Alfabetização e Alfabetização Matemática	200	300
		Seis volumes sendo um para cada componente curricular mínimo abrangendo do 2º ao 5º ano do ensino fundamental	Nome do Componente Curricular Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Multisseriados e Disciplinares	Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências e Arte	200	300

E	Mínimo de 3 e Máximo de 6	Volumes temáticos abrangendo os componentes curriculares mínimos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental	Nome do Tema Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Multisseriados e Interdisciplinares	Letramento e Alfabetização, Alfabetização Matemática, Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências e Arte	200	300
----------	---------------------------	--	--	-------------------------------------	---	-----	-----

Categoria 3: obra didática **regional**, consumível, destinada aos anos iniciais do ensino fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na seguinte composição:

Composição	Número de Volumes na Obra	Forma de Organização da Obra Didática	Denominação do Volume	Proposta Pedagógica	Componentes Curriculares Mínimos	Máximo de páginas no livro do aluno	Máximo de páginas no manual do educador
F	1	Volume único	História Regional Geografia Regional Ensino Fundamental	Disciplinar ou Interdisciplinar	História Regional e Geografia Regional	200	300

Categoria 4: Coleção didática, consumível, destinada aos **anos finais** do ensino fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, em uma das seguintes composições:

Composição	Número de Volumes na Coleção	Forma de Organização da Coleção Didática	Denominação do Volume	Proposta Pedagógica	Componentes Curriculares Mínimos	Máximo de páginas no livro do aluno	Máximo de páginas no manual do educador
G	7	Sete volumes sendo um para cada componente curricular mínimo abrangendo do 6º ao 9º ano do ensino fundamental	Nome do Componente Curricular Anos Finais do Ensino Fundamental	Multisseriados e Disciplinares	Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Arte e Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol)	250	350
H*	4	Quatro volumes sendo um para cada ano do 6º ao 9º ano do ensino fundamental abrangendo todos os componentes curriculares mínimos	Nº Ano Ensino Fundamental	Seriados e Disciplinares	Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Arte e Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol)	400	350(*)
I	Mínimo de 3 e Máximo de 6	Volumes temáticos abrangendo os componentes curriculares mínimos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental	Nome do Tema Anos Finais do Ensino Fundamental	Multisseriados e Interdisciplinares	Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Arte e Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol)	250	350

Categoria 5: coleção didática, consumível, destinada ao **ensino médio** na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, em uma das seguintes composições:

Composição	Número de Volumes na Coleção	Forma de Organização da Obra Didática	Denominação do Volume	Proposta Pedagógica	Componentes Curriculares Mínimos	Máximo de páginas no livro do aluno	Máximo de páginas no manual do educador
J	3	Volume de 1º ao 3º ano do ensino médio abrangendo os componentes curriculares mínimos da área de Linguagem e Códigos e suas Tecnologias	Linguagem e Códigos Ensino Médio	Multisseriado Disciplinar ou Interdisciplinar na Área de Conhecimento	Língua Portuguesa e Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol)	500	600
		Volume de 1º ao 3º ano do ensino médio abrangendo os componentes curriculares mínimos da área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias	Ciências da Natureza e Matemática Ensino Médio	Multisseriado Disciplinar ou Interdisciplinar na Área de Conhecimento	Matemática, Física, Química e Biologia	500	600
		Volume de 1º ao 3º ano do ensino médio abrangendo os componentes curriculares mínimos da área de Ciências Humanas e suas Tecnologias	Ciências Humanas Ensino Médio	Multisseriado Disciplinar ou Interdisciplinar na Área de Conhecimento	História, Geografia, Filosofia, Sociologia e Arte	500	600
K	11	Onze volumes sendo um para cada componente curricular mínimo abrangendo o 1º ao 3º ano do ensino médio	Nome do Componente Ensino Médio	Multisseriados Disciplinares	Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Biologia, Filosofia, Sociologia, Química, Física, Arte e Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol)	250	350
L	Mínimo de 3 e Máximo de 6	Volumes temáticos abrangendo os componentes curriculares mínimos do 1º ao 3º ano do ensino médio	Volume 1 a N Nome do Tema Ensino Médio	Multisseriados Interdisciplinares	Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Biologia, Filosofia, Sociologia, Química, Física, Arte e Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol)	300	400

(*) Para a **composição “H”** observar o **subitem 3.2.**

3.2. A composição “H” deverá apresentar sete volumes para o Manual do Educador sendo um para cada componente curricular mínimo abrangendo do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, com denominação indicando o nome do componente curricular e a expressão “Anos Finais do Ensino Fundamental”, seguindo uma proposta multisseriada e disciplinar.

3.3. As obras didáticas poderão ser apresentadas em volume único e em coleção, obedecendo às definições contidas no **subitem 3.1**.

3.4. As obras didáticas poderão ter, além dos componentes curriculares mínimos, outros que contribuam para a formação intelectual dos alunos da EJA.

3.4.1. Podem se inscrever para avaliação obras didáticas destinadas aos públicos da EJA, desde que atendidas as exigências do **subitem 3.1**, abaixo descritas:

3.4.1.1. populações indígenas, obedecendo a Lei nº 11.645, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Indígena; o Decreto nº 6.861, que dispõe sobre a implantação dos territórios etnoeducacionais.

3.4.1.2. populações do campo, obedecendo a Resolução CNE/CEB nº 02 que estabelece Diretrizes para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da educação básica do campo; a Resolução CNE/CEB nº 01, que institui diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo; e o Decreto Nº 7.352, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.

3.4.1.3. populações remanescentes de quilombos, obedecendo a Lei nº 10.639, que estabelece obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e a Resolução CNE/CEB n.º 01, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

3.4.1.4. pessoas privadas de liberdade, obedecendo a Lei Nº 7.210, que institui a Lei de Execuções Penais; a Resolução nº 03, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP)/Ministério da Justiça, que estabelece as Diretrizes para Arquitetura Prisional; e o Decreto nº 7.626/ 2011, que institui o Plano Estratégico de Educação no Sistema Prisional.

3.5. Entende-se por obras didáticas consumíveis aquelas que passam a ter sua guarda definitiva pelos alunos e educadores, sem necessidade de devolução ao final de cada período letivo.

3.6. As coleções didáticas poderão incluir, no conjunto de volumes do manual do educador, um DVD ROM voltado para o docente com textos, vídeos, imagens, entrevistas, músicas, mapas, jogos educativos, simuladores e outros conteúdos, de forma a incentivar o aprendizado dos alunos. Tal conteúdo, na avaliação pedagógica, poderá ser aprovado ou reprovado separadamente da coleção impressa.

3.6.1. Os conteúdos e atividades dos livros que compõem o manual do educador devem permitir, independente do conteúdo do DVD ROM, a efetivação autônoma e suficiente da proposta didático-pedagógica da coleção.

3.6.2. O conteúdo do DVD ROM é complementar e deve estar articulado com os conteúdos dos volumes impressos do manual do educador.

3.6.3. As coleções didáticas que estiverem acompanhadas de DVD ROM deverão indicar no manual do educador não só as funções reservadas aos conteúdos do DVD ROM, mas ainda quando poderão ser utilizados em cada volume, unidade ou seção.

3.6.4. O conteúdo armazenado no DVD ROM poderá ser aprovado em parte ou em sua totalidade segundo critérios definidos neste edital.

3.6.5. A não aprovação do conteúdo do DVD ROM não será fator de exclusão da coleção impressa.

3.6.6. O conteúdo do DVD ROM deve obedecer aos critérios de avaliação contidos neste edital e não pode ter ou remeter a conteúdos inadequados ou a qualquer tipo de propaganda

ou veiculação de marcas, inclusive institucionais do editor ou do grupo econômico ao qual faça parte, sob pena de multa a ser definida em contrato.

3.6.7. O DVD ROM deverá ser colocado entre os livros no *shrink* correspondente da coleção do manual do educador do qual faz parte.

3.7. As obras didáticas destinadas aos anos finais do ensino fundamental e de ensino médio na modalidade EJA que envolvam o componente curricular Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol) deverão conter CD em áudio, sendo considerado parte integrante da obra.

3.8. Os CDs em áudio, integrantes do componente curricular Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol), deverão acompanhar respectivamente o livro do aluno e o manual do educador.

3.9. As obras didáticas devem ser compostas obrigatoriamente do livro do aluno e do manual do educador.

3.10. O manual do educador não pode ser uma cópia do livro do aluno com os exercícios resolvidos. É necessário que ofereça orientação teórico-metodológica e de articulação dos conteúdos do livro entre si e com outras áreas do conhecimento. Deve oferecer também discussão sobre a proposta de avaliação da aprendizagem, leituras e informações adicionais ao livro do aluno, bibliografia, bem como sugestões de leituras que contribuam para a formação e atualização do educador.

3.11. Os livros poderão ter lacunas ou espaços que possibilitem ao aluno a realização das atividades e exercícios propostos no próprio livro.

3.12. Caso o livro do aluno e o(s) respectivo(s) manual(is) do educador contenham anexos indispensáveis à adequada utilização, esses materiais deverão, obrigatoriamente, fazer parte do respectivo volume da obra, não podendo constituir volume em separado.

3.13. Entende-se por obra didática um volume único ou um conjunto de volumes formando uma coleção, ordenado em torno de uma proposta pedagógica única e de uma progressão didática articulada que envolva os conteúdos de aprendizagem dos componentes curriculares mínimos correspondentes aos anos iniciais e finais do ensino fundamental ou ao ensino médio na modalidade EJA.

3.14. As obras didáticas devem constituir-se em uma proposta didático-pedagógica para a EJA, organizando-se em relação a um programa curricular e observando critérios claros de progressão de estudos, atendendo diferentes formas de organização do ensino ou tempos formativos, seja em anos, etapas, estágios, termos, ciclos ou segmentos, respeitados os critérios de organização das obras estabelecidos no **item 3** deste edital.

3.15. Entende-se por componente curricular o conjunto de aprendizagens, constituído por disciplinas, conteúdos ou conteúdos programáticos, práticas educativas, ou áreas de conhecimento integrantes do currículo do ensino fundamental e do ensino médio na modalidade EJA. Dessa forma, consideram-se componentes curriculares mínimos para a Educação de Jovens e Adultos, sem prejuízo de outros que possam contribuir para a formação dos alunos, em cada uma das etapas, conforme prevê as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos (Resolução Nº01/2000), e as Diretrizes Nacionais para o Ensino Médio (Resolução Nº 02/2012):

Etapas da Educação de Jovens e Adultos	Componentes curriculares mínimos
Anos iniciais ou 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental	Letramento e Alfabetização e Alfabetização Matemática Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Arte e Ciências
Anos finais ou 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental	Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Arte, Ciências e Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol)
Ensino Médio	Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Arte, Biologia, Filosofia, Sociologia, Química, Física e Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol)

3.16. As obras didáticas destinadas à alfabetização de jovens e adultos e aos ensinos fundamental e médio na modalidade EJA devem atender ao que estabelecem as Leis nº10.639/03 e 11.645/08, que tornam obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira; a Lei nº 10.741/03, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e estabelece que nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso; a Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental; a Lei nº 9.503/97, que trata da Educação para o Trânsito; o Decreto nº 7.037/2009, referente ao Programa Nacional de Direitos Humanos; a Lei nº 11.947/2009, que trata da Educação Alimentar e Nutricional; a Lei nº 11.525/07, que trata dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069/1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente. Estes temas deverão ser tratados transversal e integradamente, permeando todo o currículo no âmbito dos demais componentes curriculares.

3.17. Somente será aceita obra didática inscrita sob um mesmo título e cujo número total de volume corresponda ao número de volume definido para as composições prevista em uma das categorias descritas no **subitem 3.1** na qual foi pré-inscrita.

3.18. Poderão participar do processo de avaliação e seleção obras didáticas inéditas ou reapresentadas, tendo em vista tanto o uso coletivo (em sala de aula, sob a orientação do educador) quanto o individual (fora de sala de aula).

3.18.1. Entende-se por obra didática inédita aquela que foi produzida sem tomar por base livros já avaliados pedagogicamente nos PNLA e PNLD EJA anteriores, mesmo que apenas parcialmente, ou sob outro título ou autoria diversa, conforme modelo no **anexo VI** deste edital

3.19. Entende-se por obra didática reapresentada aquela já avaliada pedagogicamente no Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos – PNLA e PNLD EJA anteriores, reinscrita com ou sem reformulações, conforme modelo no **anexo VII** deste edital.

3.19.1. Para fins de avaliação pedagógica, a obra excluída na fase de triagem nos PNLA e PNLD EJA anteriores será considerada inédita.

3.20. Não será aceita a pré-inscrição de cadernos de atividades.

3.21. Não poderá ser inscrita obra didática variante de outra obra inscrita no PNLD EJA 2014 em uma mesma composição.

3.22. As obras didáticas deverão ser pré-inscritas e entregues em edição finalizada, com todos os textos, imagens, diagramação, cores e número de páginas definitivos, inclusive com acabamento e matéria prima definitivos (papel, grampo, cola, etc.), e deverão manter conformidade com as especificações informadas no SIMAD por ocasião da pré-inscrição, salvo o disposto no **subitem 5.3.3.7**. Todas as características do projeto gráfico e editorial deverão ser mantidas caso a obra seja aprovada, salvo o disposto nos **subitens 6.2.1.1, 6.2.1.2 e 6.3.4.1** deste edital.

3.23. A obra didática inscrita deverá ter um único editor, ou seja, um titular do direito autoral de todos os seus volumes.

3.24. Somente será aceita a inscrição de obra cujo(s) autor(es), organizador(es) ou editor(es) responsável(is) seja(m) pessoa(s) física(s), identificada(s) no SIMAD, na primeira capa e na ficha catalográfica de cada obra, bem como nos rótulos dos CDs e DVDs ROM, se for o caso.

3.25. As obras pré-inscritas deverão atender às normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em cumprimento ao Decreto Legislativo nº 54, de 18 de abril de 1995, a Resolução nº 17, de 7 de maio de 2008, e ao Decreto nº 6.583, de 30 de setembro de 2008.

3.26. O não cumprimento dos critérios estabelecidos nos **subitens 3.1 a 3.25** exclui a obra do processo de avaliação e seleção previsto neste edital.

4. Das Condições de Participação

4.1. Os editores interessados em participar deste certame deverão observar as condições de participação no programa regulamentadas pelo Decreto nº 7.084, de 27/01/2010 e pela Resolução/FNDE nº 51, de 16/09/2009, e, para aqueles cujas obras didáticas forem aprovadas; observar também a Portaria Ministerial nº 07, de 05/04/2007 ou outra que vier a substituí-la.

4.2. Poderá participar do processo de avaliação e seleção toda e qualquer empresa legalmente estabelecida no país que atenda às exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital e seus anexos.

4.3. Poderá participar do processo de avaliação e seleção consórcio de empresas, desde que pelo menos uma de suas consorciadas seja brasileira.

4.3.1. No caso de participação em consórcio, a liderança caberá à empresa consorciada que detiver o maior capital social.

4.3.2. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá à empresa brasileira que detiver o maior capital social.

4.3.3. A empresa consorciada não poderá participar do processo de avaliação e seleção em mais de um consórcio ou isoladamente.

4.4. Não poderá participar do presente processo de avaliação e seleção a empresa:

4.4.1. declarada inidônea

4.4.2. suspensão de licitar em órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal e do Distrito Federal;

4.4.3. punida com impedimento de contratar com o Poder Público e

4.4.4. empresa estrangeira que não funcione no país.

5. Dos Procedimentos

5.1. Do Cadastramento de Editores

5.1.1. Será aceito somente cadastramento de editores com personalidade jurídica e que o formalizem por meio de um responsável devidamente identificado no Sistema de Material Didático – SIMAD, no módulo inscrição, disponível no portal do FNDE www.fnde.gov.br, no link “SIMAD”.

5.1.2. Para evitar problemas na comunicação por meio de correio eletrônico, entre o FNDE e o editor interessado, recomenda-se que se efetuem no sistema de e-mail configurações de liberação, de modo a permitir o recebimento de mensagens provenientes do domínio “@fnde.gov.br”. Ou seja, caso possua recursos de anti-spam (filtros de segurança) ativos em seu sistema de e-mail, esses recursos deverão ser desbloqueados para o recebimento de mensagens cujo remetente tenha o domínio “@fnde.gov.br”.

5.1.3. Para se cadastrar no SIMAD, o editor deverá solicitar login e senha pelo email preinscricao@fnde.gov.br, sendo que aquele que já possui acesso deverá solicitar a revalidação da senha.

5.1.3.1. A senha de acesso ao SIMAD possui validade de 90 dias, após este período o editor deverá solicitar revalidação.

5.1.4. Os editores deverão disponibilizar um endereço eletrônico corporativo para comunicação com o FNDE.

5.1.5. Os editores deverão manter seus dados permanentemente atualizados no FNDE por intermédio do endereço eletrônico preinscricao@fnde.gov.br ou por intermédio do portal www.fnde.gov.br.

5.1.6. Os editores deverão registrar no SIMAD a razão social da empresa, nome fantasia e marcas/selos, quando houver.

5.1.6.1. Entende-se por razão social a denominação jurídica da empresa registrada nos órgãos públicos competentes.

5.1.6.2. Entende-se por nome fantasia a denominação pela qual a empresa se identifica no mercado, ou seja, designação popular de título de estabelecimento, utilizada pela empresa e sob a qual ela se torna conhecida do público. Tal denominação deve constar no cadastro do SICAF.

5.1.6.3. Entende-se por marca/selo todo sinal distintivo, visualmente perceptível, que identifique e distinga produtos e serviços de outros análogos.

5.2. Da Pré-Inscrição das Obras Didáticas

5.2.1. A pré-inscrição é o prévio cadastramento das obras didáticas e dos respectivos autores ou sucessores legais que atendam às disposições deste edital, devendo ser realizada pelo responsável identificado no SIMAD, exclusivamente por meio da *internet*, no endereço eletrônico www.fnnde.gov.br.

5.2.2. Os editores poderão informar um endereço eletrônico da internet para cada obra, que constará como hiperlink no guia de livros didáticos para o PNLD EJA, no formato www.nomedaeditora.com.br/pnldeja2014/nomedacolecao etc, no qual o educador poderá ter acesso exclusivamente à referida obra, na sua totalidade ou parcialidade. Este conteúdo estará sob responsabilidade exclusiva de cada editor.

5.2.3. A pré-inscrição da obra deverá ser realizada com dados iguais aos constantes no contrato de edição, na capa da obra e na ficha catalográfica. Caso haja inconsistência e/ou divergência, a obra será excluída, salvo o disposto nos subitens **6.2.1.1** e **6.2.1.2** deste edital.

5.2.4. No caso de autor falecido, deverão ser informados também os dados dos herdeiros/sucessores.

5.2.5. Somente serão pré-inscritas obras que apresentarem número de ISBN para cada um de seus volumes, tanto para o livro do aluno como para o manual do educador.

5.2.5.1. O número do ISBN deve constar na 4ª capa do livro.

5.2.6. A razão social, nome fantasia e marca/selo constantes na obra devem estar em conformidade com as registradas no cadastramento dos editores, disposto no **subitem 5.1.6.**

5.2.7. A obra deverá ser pré-inscrita com o número da edição e o ano de edição.

5.2.8. Estará excluída do processo do PNLD EJA 2014 a obra cujos dados preenchidos no SIMAD, no período da pré-inscrição, estiverem incorretos ou incompletos ou ainda apresentarem divergência em relação a obra, salvo o disposto nos **subitens 6.2.1.1, 6.2.1.2, 5.3.3.7 e 6.3.4.1** deste edital.

5.2.9. Não será substituída ou alterada a obra pré-inscrita, salvo o disposto nos **subitens 6.2.1.1, 6.2.1.2 e 6.3.4.1** deste edital.

5.2.10. Para fins de prova de pré-inscrição da obra, só será aceita a ficha técnica do material, impressa em PDF do relatório do SIMAD.

5.2.11. O FNDE não se responsabilizará pela pré-inscrição de obras didáticas e cadastramento de editores não concretizados por motivos de ordem técnica dos sistemas informatizados e dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

5.2.12. Será de inteira responsabilidade dos editores a validade das informações fornecidas ao FNDE no cadastramento dos autores. Esse cadastro deverá conter dados atualizados, tendo em vista que será utilizado pelo FNDE em etapas do processo de aquisição.

5.3. Da inscrição/Entrega da Documentação e das Obras Didáticas

5.3.1. Os editores que realizarem a pré-inscrição de obras serão convocados em dia, horário e local previamente agendados, respeitando-se o período citado nos **subitens 2.1.1 e 2.1.2**, para entrega da documentação e das obras.

5.3.1.1. Deverão ser entregues também o CD e o DVD ROM, no caso de contê-los.

5.3.1.2. A inscrição/entrega deverá ser realizada pelo responsável identificado no SIMAD ou por procurador constituído.

5.3.1.3. Caso a inscrição seja realizada por um procurador, deverá ser apresentada procuração com reconhecimento de firma e em papel timbrado da empresa.

5.3.1.4. Somente serão recebidas/inscritas as obras, os CDs, os DVDs ROM, se houver, e a respectiva documentação que forem pré-inscritas no SIMAD.

5.3.2. Da Inscrição/entrega da Documentação

5.3.2.1. Os editores deverão apresentar os seguintes documentos:

5.3.2.1.1. Declaração de Edição, de que a obra apresentada no ato da inscrição corresponde a sua última edição, modelo no **Anexo IV**;

5.3.2.1.2. Declaração de Originalidade, modelo no **Anexo V** do edital;

5.3.2.1.3. Declaração de Primeira Avaliação, para obra inédita, em que se afirma, sob as penas da lei, que a obra não foi produzida tomando por base livros já avaliados em PNLA e PNLD EJA anteriores, modelo no **Anexo VI**;

5.3.2.1.4. Declaração de Reinscrição, para obra reapresentada, informando que a obra apresentada no ato da inscrição, ou parte dela, foi submetida à avaliação anterior, discriminando o título e autor da obra avaliada, modelo no **Anexo VII**;

5.3.2.1.5. Declaração de Revisão e Atualização, para obra excluída. A nova edição deverá estar acompanhada da versão anterior excluída, contendo identificação dos pontos alterados/corrigidos, sob pena de incidir no item de exclusão, além das eventuais penalidades cíveis e penais cabíveis, modelo no **Anexo VIII**.

5.3.2.1.6. Ficha de Correção, para obra excluída, sob pena de incidir no item de exclusão, além das eventuais penalidades cíveis e penais cabíveis, modelo no **IX**.

5.3.2.1.7. Cópia do Contrato de Edição e/ou instrumento legal estabelecido, inclusive de sub-rogação e/ou representação, firmado entre os autores, tradutores, organizadores e o editor da obra, entre si ou com terceiros, mediante o qual o editor comprove, em caráter de exclusividade, deter os direitos autorais da obra didática e obriga-se a reproduzi-la, divulgá-la e comercializá-la, ficando autorizado a publicá-la e explorá-la pelo prazo e nas condições pactuadas com o autor, com base no que preceitua a legislação que rege a matéria, em especial a Lei nº 9.610/98. Deverá constar o título e subtítulo, se houver, idênticos aos informados no SIMAD.

5.3.2.1.8. O prazo de vigência do contrato de edição deverá alcançar todo o período de execução do programa objeto deste edital.

5.3.2.1.9. Cópia de diplomação e/ou titulação acadêmica: deverá ser entregue uma cópia autenticada do diploma, certificado ou declaração de conclusão de curso de graduação ou pós-graduação realizado pelo(s) autor(es), coautor(es) e organizador(es), emitido por instituição de ensino superior, reconhecido pelo MEC.

5.3.2.1.10. O documento solicitado no **subitem 5.3.2.1.7** entregue na inscrição não isenta ou substitui o envio de qualquer dos documentos necessários ao processo de habilitação, descrito no **Anexo X** deste edital.

5.3.2.1.11. O documento solicitado no **subitem 5.3.2.1.7** poderá ser apresentado por qualquer processo de cópia, desde que autenticado por cartório competente.

5.3.3. Da Inscrição/Entrega das Obras Didáticas

5.3.3.1. Para participar do programa, os editores deverão apresentar obras didáticas assim definidas:

5.3.3.1.1. Obras Caracterizadas – aquelas que deverão estar claramente identificadas, de acordo com o **Anexo I**.

5.3.3.1.2. Obras Descaracterizadas – aquelas que não poderão conter identificação além do especificado no **Anexo I**.

5.3.3.2. Deverão ser entregues 10 (dez) exemplares do livro do aluno, acompanhados de

10 (dez) exemplares do(s) respectivo(s) manual(is) do educador, sendo, obrigatoriamente, 3 (três) exemplares de cada livro do aluno e de cada manual do educador caracterizados e 7 (sete) exemplares de cada livro do aluno e de cada manual do educador descaracterizados, conforme definido no **Anexo I**.

5.3.3.3. Caso a obra contenha DVD ROM, um exemplar do DVD deverá acompanhar cada um dos 10 (dez) conjuntos de exemplares do manual do educador.

5.3.3.3.1. O DVD ROM que acompanhar o exemplar da obra descaracterizada também deverá ser descaracterizado.

5.3.3.4. No caso de obra que contenha o componente de Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol), além dos exemplares a serem entregues na forma do **subitem 5.3.3.2** deverão também ser entregues para cada obra 10 (dez) exemplares do CD em áudio, sendo, obrigatoriamente, 3 (três) exemplares caracterizados e 7 (sete) exemplares descaracterizados.

5.3.3.5. Os exemplares das obras a serem entregues deverão corresponder a mais recente edição, ser da mesma edição informada no SIMAD e exatamente iguais.

5.3.3.6. Os exemplares das obras a serem entregues deverão estar embalados e identificados externamente por categoria e por composição.

5.3.3.7. Exclusivamente para o processo de avaliação, além dos acabamentos definidos nas especificações técnicas, será aceito o acabamento espiralado.

5.3.3.8. Não serão aceitos bonecos ou protótipos de obra.

5.3.3.9. Os exemplares das obras inscritas não serão devolvidos após o processo de avaliação.

5.3.3.10. A 1ª capa dos exemplares da obra inscrita deverá apresentar dados iguais aos constantes nos contratos de edição, na ficha catalográfica e nas informações cadastradas no SIMAD.

5.3.3.11. Será excluída a obra inscrita/entregue cujas especificações técnicas quanto ao número de páginas, número do ISBN, quantidade de cores da capa e quantidade de cores do miolo estiverem incorretas em relação às informações constantes no SIMAD.

5.3.3.12. O editor deverá disponibilizar, oportunamente, conforme orientação a ser fornecida pela SECADI/MEC, a imagem da primeira capa de cada volume das obras inscritas, com as seguintes especificações: CMYK, 300 DPI e formato TIF.

5.3.4. Da Comprovação de Inscrição/Entrega

5.3.4.1. Para efeito de confirmação da inscrição/entrega será emitido Comprovante de Entrega, após serem conferidos os exemplares das obras, a documentação, os CDs, no caso de Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol) e os DVDs ROM, se houver.

5.3.4.2. Somente será admitida a inscrição/entrega da obra e emitido o respectivo comprovante mediante a entrega conjunta dos exemplares da obra, da documentação, dos CDs e DVDs ROM, quando for o caso, sendo vedado o recebimento parcial.

5.3.4.2.1. Para fins de comprovação de entrega entende-se por obra didática o conjunto formado pelo livro do aluno, manual(is) do educador, CD de áudio, no caso da obra conter o componente curricular Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol), e DVD ROM, se houver.

6. Da Avaliação de Obras Didáticas

6.1. Constituem etapas de avaliação das obras didáticas a triagem, a pré-análise e a avaliação pedagógica.

6.1.1. As obras didáticas eliminadas nas etapas de triagem e pré-análise serão excluídas por não atendimento aos requisitos de admissibilidade estipulados neste edital.

6.1.2. Em conformidade com o Decreto nº 7.084/10, segundo o disposto no § 3º do art. 20, cabe recurso na etapa de avaliação pedagógica para as obras didáticas com parecer indicativo de reprovação. Não há previsão de recurso para as obras didáticas excluídas nas

etapas de triagem e pré-análise, de acordo com o § 3º do art. 18 do mesmo instrumento legal, por constituírem fases de verificação de atributos físicos, editoriais e documentais, no entanto, permanecendo resguardados, a qualquer tempo, os direitos assegurados no art. 109 da Lei 8.666/93, nas situações aplicáveis.

6.2. Da Triagem

6.2.1. A triagem das obras será realizada em caráter eliminatório, com o objetivo de examinar os aspectos físicos e atributos editoriais das obras inscritas, em conformidade com os requisitos estipulados neste edital.

6.2.1.1. Verificada a existência de falhas pontuais, limitadas a 5% (cinco por cento) do total de páginas por exemplar e a 8 (oito) volumes por titular de direito autoral, o interessado poderá reapresentar a obra corrigida no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a notificação.

6.2.1.2. Verificada a existência de falhas pontuais no preenchimento de dados no SIMAD, o editor será notificado e terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para correção, limitado a 5 (cinco) informações por volume e a 8 (oito) volumes por editor, correspondendo cada informação ao preenchimento de um campo do sistema.

6.2.2. Se verificada em obras descaracterizadas, previstas no **subitem 5.3.3.1.2**, a existência de informações que permitam sua identificação após os procedimentos previstos nos **subitens 6.2.1.1** e **6.2.1.2**, a obra será reenviada à triagem.

6.2.3. Para fins de triagem, as obras, os CDs, os DVDs ROM e a documentação que não atenderem às exigências contidas no **Anexo I** deste edital serão excluídos, salvo o contido no **subitem 6.2.1.1**.

6.2.4. Será excluída a coleção quando um de seus volumes for excluído.

6.2.5. Havendo contradição entre os dados preenchidos no SIMAD durante a fase de pré-inscrição e os dados constantes na documentação e/ou nos exemplares da obra entregues, a obra será excluída, salvo o contido no **subitem 6.2.1.2**.

6.2.6. Na hipótese de a obra ser excluída na etapa da triagem, os motivos da exclusão poderão ser disponibilizados ao editor mediante solicitação formal ao FNDE.

6.3. Da pré-análise

6.3.1. A pré-análise das obras inscritas terá caráter eliminatório e consistirá no exame de atendimento do objeto e da documentação definidos neste edital.

6.3.2. Na pré-análise será excluída a obra didática que:

6.3.2.1. não atenda aos **itens 1, 3** e ao **subitem 5.3.2.1**;

6.3.2.2. constitua variante de outra obra inscrita no PNLD EJA 2014 numa mesma composição;

6.3.2.3. duas ou mais obras serão consideradas variantes ou versões diferentes de uma mesma obra sempre que apresentarem – total ou parcialmente – projeto didático-pedagógico de mesma natureza e organização, em termos de concepção de ensino-aprendizagem (em geral e na área em questão), perspectivas teóricas, seleção de conteúdos, metodologia de ensino e tipo de atividade, em projetos gráfico-editoriais diversos ou semelhantes; e

6.3.2.4. tenha sido excluída em avaliação pedagógica anterior e não apresente declarações de revisão e atualização e de correção, previstas nos **subitens 5.3.2.1.5** e **5.3.2.1.6**.

6.3.3. Da Avaliação Pedagógica

6.3.3.1. A avaliação pedagógica das obras didáticas será realizada por instituições públicas de educação superior, de acordo com orientações e diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação, a partir das especificações e critérios fixados neste edital.

6.3.3.2. Para realizar a avaliação pedagógica, as instituições de educação superior públicas constituirão equipes técnicas formadas por professores do seu quadro funcional, professores convidados de outras instituições de ensino superior e professores da rede pública de ensino.

6.3.3.3. A avaliação das obras, inclusive dos CDs e DVDs, será realizada com base em critérios comuns e critérios específicos para os diversos componentes curriculares, constantes nos itens **1** e **3** e no **anexo II** deste edital.

6.3.3.4. O DVD ROM só será analisado se sua respectiva obra em formato impresso for aprovada na avaliação pedagógica.

6.3.3.4.1. Se o DVD ROM ao ser avaliado for reprovado será retirado da obra, conforme parecer técnico emitido pela instituição avaliadora e pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

6.3.3.5. A exclusão da obra impressa, em qualquer etapa do processo de que trata este edital, implicará na exclusão do DVD ROM a ela associado.

6.3.3.6. As obras avaliadas de acordo com os critérios estabelecidos neste edital receberão pareceres elaborados pelas equipes técnicas que indicarão:

6.3.3.6.1. a aprovação;

6.3.3.6.2. a aprovação condicionada à correção de falhas pontuais apontadas; ou

6.3.3.6.3. a reprovação.

6.3.4. Da Correção de Falhas Pontuais na Avaliação Pedagógica

6.3.4.1. Na hipótese do **subitem 6.3.3.6.2**, o editor deverá reapresentar a obra corrigida no prazo de quinze dias a contar da notificação ao editor para conferência e eventual aprovação.

6.3.4.2. O editor, para atender ao **subitem 6.3.4.1**, deverá reapresentar 5 (cinco) exemplares por volume corrigido objeto de avaliação.

6.3.4.3. A obra só será considerada aprovada para compor o guia de livros didáticos para educação de jovens e adultos se as falhas apontadas no parecer forem devidamente sanadas.

6.3.4.4. Não se constituem falhas pontuais a supressão ou substituição de trechos do texto, a correção de unidades ou capítulos, a revisão parcial ou global da obra, a adequação dos exercícios ou atividades dirigidas ou ainda quaisquer outras falhas que, não se restringindo à simples correção de um ou outro ponto isolado, demandem reformulação de texto(s), atividade(s), exercício(s) ou proposta(s) didática(s).

6.3.5. Do Recurso da Avaliação Pedagógica

6.3.5.1. O parecer referente à análise da obra não aprovada, hipótese prevista no **subitem 6.3.3.6.3**, poderá ser objeto de recurso fundamentado por parte do editor, no prazo de dez dias a contar da notificação, vedados pedidos genéricos de revisão da avaliação.

6.3.5.2. O recurso deverá ser dirigido à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), que proferirá decisão no prazo de trinta dias.

6.3.5.3. Para análise dos recursos de que trata o **subitem 6.3.5.1**, a SECADI contará com auxílio de equipes revisoras formadas por três avaliadores integrantes de equipes técnicas que não tenham participado da avaliação inicial da obra didática.

6.3.5.4. A equipe revisora ficará encarregada de analisar o recurso e emitir manifestação exclusivamente sobre a procedência ou improcedência do recurso, vedada a reavaliação integral da obra didática.

6.3.6. Do Guia de Livros Didáticos para a Educação de Jovens e Adultos

6.3.6.1. Após o processo de avaliação pedagógica, será elaborado o Guia de Livros Didáticos para Educação de Jovens e Adultos, a ser disponibilizado pelo FNDE às entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado, às escolas federais e às redes de ensino estaduais e municipais e do Distrito Federal, com o objetivo de auxiliar os responsáveis pela escolha das obras didáticas.

6.3.6.2. Constarão do Guia de Livros Didáticos para Educação de Jovens e Adultos as resenhas das obras aprovadas, os princípios e critérios que nortearam a avaliação

pedagógica, os modelos das fichas de análise e demais informações sobre o processo de escolha.

6.3.6.3. Serão convocados para a etapa de habilitação os editores que tiverem suas obras didáticas aprovadas.

6.3.7. Da Escolha das Obras Didáticas

6.3.7.1. Poderão receber obras didáticas do PNLD EJA 2014 as entidades parceiras do PBA, as escolas federais e as escolas, cujas redes de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal tenham firmado termo de adesão ao PNLD EJA.

6.3.7.2. As obras didáticas serão escolhidas pelas escolas federais, redes de ensino e entidades parceiras participantes com base na análise das informações contidas no Guia de Livros Didáticos para a Educação de Jovens e Adultos.

6.3.7.3. O processo de escolha das obras didáticas para o PNLD EJA reger-se-á pelos princípios da autonomia, transparência e participação dos educadores no processo, considerando a proposta pedagógica de cada entidade.

6.3.7.4. O processo de escolha das obras didáticas para alfabetização de jovens e adultos, no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado, é de inteira responsabilidade das entidades parceiras do PBA, devendo contar com a participação do gestor local, dos coordenadores de turma e dos alfabetizadores e estar fundamentado numa justificativa técnica elaborada conjuntamente.

6.3.7.5. O processo de escolha das obras didáticas para educação de jovens e adultos nas escolas federais e redes de ensino será de responsabilidade das respectivas entidades, devendo contar com a participação das escolas e dos educadores e estar fundamentado numa justificativa técnica elaborada conjuntamente

6.3.7.6. O cadastro de redes de ensino participantes e das entidades parceiras será coordenado pela Secretaria de Educação continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

6.3.7.7. A escolha será realizada em primeira e segunda opção para cada obra didática, considerando-se a adequação e a pertinência das obras em relação à proposta pedagógica das escolas federais, das redes de ensino e das entidades parceiras do PBA

6.3.7.8. Uma vez definidas as obras didáticas, os dirigentes das escolas federais, das redes de ensino e das entidades parceiras procederão ao registro da escolha no Sistema de Material Didático – SIMAD, no Módulo Escolha, disponível no portal www.fnnde.gov.br, no link “SIMAD”.

7. Da Acessibilidade

7.1. Os alunos e educadores cegos do Programa Brasil Alfabetizado – PBA e do ensino fundamental e médio da modalidade Educação de Jovens e Adultos receberão as mesmas obras distribuídas às suas escolas em formato digital MecDaisy.

7.2. Os editores deverão converter para o formato MecDaisy os livros do aluno e os manuais do educador das obras didáticas adquiridas.

7.3. As adaptações das obras deverão observar a norma DAISY, mediante conversão a partir dos aplicativos MecDaisy fornecidos pelo Ministério da Educação e disponibilização em DVD, em conformidade com as orientações contidas no **Anexo III** deste edital.

7.4. Os editores receberão a demanda com base nas projeções do número de beneficiários do Censo Escolar e o cadastro das entidades parceiras fornecido pela SECADI, para distribuição das obras em lote específico.

7.5. A remuneração da obra em MecDaisy será objeto de negociação específica que levará em consideração os custos tanto da geração do conteúdo digital, quanto de reprodução das cópias físicas.

7.6. O atraso ou o não atendimento do fornecimento da obra em MecDaisy resultará na aplicação de multa, nos termos e condições a serem definidos no contrato de aquisição.

7.7. Os editores ficam autorizados a realizar a produção e a distribuição das suas obras aprovadas, com vistas à educação especial, no formato digital bilíngue Língua Portuguesa/Libras, diretamente ou mediante contratação de instituição parceira, para aquisição do FNDE no âmbito do PNLD EJA 2014, sujeita à regulação e contratação específicas.

8. Do Processo de Habilitação

8.1. A habilitação será realizada por Comissão Especial de Habilitação, instituída pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

8.1.1. Entende-se por editor a pessoa jurídica detentora dos direitos autorais da obra e à qual se atribui o direito exclusivo de reprodução e o dever de divulgação, nos limites previstos no contrato de edição.

8.2. O editor que tiver obras didáticas aprovadas na etapa de avaliação será devidamente notificado por meio do endereço eletrônico cadastrado no SIMAD quando do início da etapa de habilitação.

8.3. O processo compreenderá a habilitação do editor e da obra.

8.4. Para habilitação do editor, o FNDE realizará pesquisa aos dados cadastrais, dados de seus representantes e das regularidades jurídica, econômico-financeira e fiscal no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, de acordo com o previsto na Lei nº 8.666/93, na IN/MARE nº 05/95, no Decreto nº 3.722/01, no Decreto 4485/02, na IN/MPOG 02/10 e nas respectivas alterações.

8.4.1. O SICAF é o registro cadastral oficial do Poder Executivo Federal que tem como finalidade cadastrar e habilitar pessoas jurídicas interessadas em participar de licitações realizadas por órgãos/entidades federais e acompanhar o desempenho dos fornecimentos contratados. Seu acesso é realizado por meio da rede de teleprocessamento do Governo Federal.

8.4.2. Informações sobre cadastramento no SICAF podem ser obtidas no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br ou na central de atendimento 0800-9782329.

8.5. Para habilitação do editor, será efetuada também, por meio de consulta online ao TST - Tribunal Superior do Trabalho pesquisa sobre a regularidade trabalhista de acordo com o previsto na Lei nº 12.440/11.

8.6. Os editores deverão manter atualizada a situação no SICAF, inclusive quanto aos dirigentes aptos a assinar o contrato, como também a regularidade trabalhista junto ao TST.

8.7. A habilitação da obra ocorrerá pela análise da documentação exigida no **anexo X** deste edital, em conformidade à Lei nº 9.610/98, referente aos direitos autorais da obra.

8.7.1. As obras didáticas e os DVDs ROM, se houver, se aprovados na forma do **item 6** deste edital, somente serão adquiridos, produzidos e entregues se o editor comprovar, por meio documental, que detém com exclusividade o direito patrimonial para todo o mercado.

8.8. Será considerado habilitado o editor que, por meio dos documentos previstos no **anexo X** e da consulta ao SICAF e ao TST, atender às condições de habilitação e qualificação exigidas por este edital.

8.9. Toda e qualquer documentação necessária à habilitação deverá ser encaminhada datada e assinada pelo dirigente da empresa ou por seu procurador público.

8.9.1. Caso a documentação seja apresentada por procurador, deverá ser encaminhado também o instrumento público de procuração, conferindo poderes expressos de representação junto ao FNDE.

8.10. Os documentos necessários à habilitação, em conformidade com o disposto no **anexo X**, poderão ser apresentados por qualquer processo de cópia, desde que autenticados por cartório competente ou pela Comissão Especial de Habilitação mediante a apresentação dos documentos originais.

8.11. Os editores terão o prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de envio do e-mail de convocação pelo FNDE, para encaminhamento da documentação exigida no **anexo X**, sob pena de as obras didáticas aprovadas serem excluídas.

8.12. A Comissão Especial de Habilitação, no curso do processo de análise da documentação, tem a prerrogativa de promover diligências, solicitar esclarecimentos, estabelecer exigências a serem cumpridas, objetivando certificar-se da licitude, veracidade e eficácia da documentação e dos respectivos dados fornecidos.

8.12.1. As diligências e exigências requeridas pela Comissão Especial de Habilitação serão encaminhadas por meio do endereço eletrônico do editor informado no SIMAD.

8.12.1.1. Nos casos em que a Comissão Especial de Habilitação expedir diligência, o habilitando terá 5 (cinco) dias corridos para cumpri-la, sob pena de o editor ser considerado não habilitado ou suas obras didáticas serem excluídas, na forma dos **subitens 8.14.2 e 8.14.3** deste edital.

8.12.1.2. O termo inicial para contagem de prazo para cumprimento das diligências requeridas será a data de envio do e-mail expedido pelo membro da Comissão Especial de Habilitação ao endereço eletrônico informado no SIMAD.

8.13. Para verificar se foram observados os prazos assinados pela Comissão Especial de Habilitação, será considerado como termo final o seguinte:

8.13.1. A data de postagem efetuada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, caso os documentos sejam encaminhados por meio de SEDEX ou carta registrada;

8.13.2. Data de entrada no protocolo do FNDE, caso a documentação seja entregue pessoalmente.

8.14. Do processo de habilitação poderá resultar:

8.14.1. Habilitação do editor sem exclusão de obras didáticas e/ou DVDs ROM;

8.14.2. Habilitação do editor com exclusão parcial de obras didáticas e/ou DVDs ROM;

8.14.3. Não habilitação do editor.

8.15. A habilitação do editor com exclusão parcial de obras possibilitará que este prossiga nas demais etapas somente quanto às obras didáticas não excluídas.

8.16. A não habilitação excluirá o editor das demais etapas previstas neste edital.

9. Dos Processos de Aquisição, Produção e Entrega

9.1. Após o processo de habilitação formal dos editores, o FNDE procederá à execução das demais etapas do processo.

9.2. Serão convocados para a etapa de negociação os editores habilitados e que tiveram obras didáticas escolhidas para o PNLD EJA 2014.

9.3. Poderão ser também adquiridas pelo FNDE, mediante negociação específica junto aos editores, versões eletrônicas das obras contratadas, para disponibilização a alunos e educadores do PBA e da rede de ensino público, conforme critérios definidos pelo Ministério da Educação.

9.4. Da aquisição

9.4.1. O FNDE, por intermédio de Comissão Especial de Negociação, convocará os editores habilitados para procederem à negociação de preços.

9.4.2. O processo de negociação tem como objetivo a pactuação de preço para aquisição das obras escolhidas em primeira opção pelas escolas federais e redes de ensino público.

9.4.3. Não havendo acordo entre as partes em relação ao preço, o FNDE poderá deixar de contratar a aquisição das obras escolhidas em primeira opção e contratar a aquisição das obras escolhidas em segunda opção, ou ainda, na eventualidade de novo impasse, fazer a opção pela obra mais escolhida em cada região.

9.4.4. O quantitativo de exemplares a serem adquiridos terá por base o Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP e o banco de dados das entidades parceiras fornecido pela SECADI.

9.4.5. O FNDE poderá solicitar planilha de custos praticados pelos editores, em formulário próprio.

9.4.6. A não negociação de preço para aquisição excluirá o editor das demais etapas previstas neste edital.

9.5. Do Contrato Administrativo

9.5.1. O FNDE formalizará os contratos administrativos com os editores após a negociação dos preços.

9.5.2. O FNDE verificará, por meio de consulta virtual ao SICAF, a situação do fornecedor, inclusive os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) do editor.

9.5.2.1. Caso quaisquer desses índices estejam inferiores ou iguais a 1 (um), será exigida prestação de garantia em uma das modalidades previstas pelo § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93 e modificações posteriores.

9.5.2.1.1. Os títulos da dívida pública apresentados como garantia deverão ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil.

9.5.2.1.2. A modalidade de garantia a ser prestada corresponderá a três por cento do valor a ser contratado, devendo ser entregue ao FNDE até a data da assinatura do contrato.

9.5.2.1.3. A apresentação de garantia contratual, nos casos em que se fizer necessária, é condição para assinatura do contrato administrativo.

9.5.2.1.4. A liberação e a restituição da garantia somente ocorrerão ao término da vigência do contrato e do cumprimento das obrigações contratuais, em especial das cláusulas referentes ao controle de qualidade.

9.5.2.2. Caso a documentação constante no SICAF esteja vencida, tal irregularidade impossibilitará a contratação por parte do FNDE.

9.5.3. O FNDE fará pesquisa *online* ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) para comprovar a regularidade trabalhista.

9.5.4. A critério e interesse da Administração Pública, o FNDE poderá prorrogar o contrato com base na Lei 8.666/93.

9.6. Da Produção

9.6.1. Após a assinatura dos contratos, os editores estarão aptos a iniciar a produção das obras didáticas a serem distribuídas aos alunos do PBA e das escolas públicas de ensino fundamental e médio na modalidade EJA, de acordo com as especificações técnicas contidas no **Anexo III**.

9.6.2. As obras deverão conter na primeira capa os selos do Programa fornecidos pelo FNDE.

9.6.3. Não serão aceitos selos impressos ou adesivados, tanto nas capas como no miolo da obra, exceto aqueles fornecidos pelo FNDE e o selo de certificação de origem florestal e de cadeia de custódia, conforme **subitem 9.6.6**.

9.6.4. Não serão aceitas quaisquer alterações nas obras didáticas aprovadas para o PNLD EJA 2014, ou seja, os exemplares deverão ser impressos idênticos àqueles pré-inscritos no programa, salvo disposição em contrário a ser informada previamente pelo FNDE e divergência decorrente de atualizações cadastrais do editor.

9.6.5. Só serão aceitos razão social, nome fantasia e marca/selo de editor, tanto nas capas como no miolo da obra, daquele contratado pelo FNDE e detentor comprovadamente dos direitos autorais. Não será admitido outra razão social, nome fantasia e marca/selo de outro editor, ainda que pertença ao mesmo grupo econômico.

9.6.5.1. A disposição contida no **subitem 9.6.5** aplica-se também para o editor que receber a cessão dos direitos autorais após a obra ter sido pré-inscrita no SIMAD.

9.6.6. O editor contratado deverá apresentar, conforme determina a Resolução nº 1, de 28 de janeiro de 2010, instituída pelo Comitê de Publicações do Ministério da Educação, certificação de origem florestal e de cadeia de custódia da etapa de produção do papel, outorgada por terceira parte independente, acreditada em pelo menos um dos sistemas de certificação reconhecidos e acreditados internacionalmente ou, no Brasil, pelo INMETRO.

9.6.6.1. O editor deverá apresentar uma declaração de que o papel utilizado na produção dos livros para o PNLD EJA 2014 corresponde ao papel certificado quanto à origem florestal e à cadeia de custódia da etapa de produção do papel, solicitada no **subitem 9.6.6.**

9.7. Do Controle de Qualidade

9.7.1. Por ocasião da produção das obras, o FNDE ou empresa contratada para este fim poderá realizar o controle de qualidade, mediante amostragem definida na NBR 5426/1985 – ABNT, em nível de inspeção a ser definido em contrato, que consistirá na análise dos itens de não conformidade constantes da Resolução n.º 2, de 12 de janeiro de 2011, do Conselho Deliberativo do FNDE, publicada no Diário Oficial da União, ou outra que vier a substituí-la, com vistas à verificação da qualidade do produto a ser entregue.

9.8. Da entrega

9.8.1. As obras serão entregues/postadas diretamente pelos editores ao FNDE ou à instituição contratada para esse fim, conforme instrução operacional a ser fornecida no momento da negociação.

10. Das Disposições Gerais

10.1. Este edital não dispensa o atendimento das exigências da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei nº 8.666/93, no caso de celebração dos futuros contratos administrativos.

10.2. A pré-inscrição das obras implica aceitação, pelo participante, de forma integral e irretroatável dos termos deste edital, bem como da legislação aplicável, especialmente em matéria de direito autoral, não cabendo controvérsias posteriores.

10.3. A pré-inscrição das obras não implica qualquer benefício futuro em processos de avaliação de obras didáticas dos programas relacionados ao livro didático.

10.4. Não serão aceitas, após o período da pré-inscrição, solicitações de alterações nos dados cadastrados no SIMAD, na obra entregue e nos documentos apresentados no ato da inscrição, salvo o disposto nos **subitens 6.2.1.1, 6.2.1.2, 6.3.4.1 e 5.3.3.7.**

10.5. O FNDE poderá, a qualquer tempo, revogar, total ou parcialmente, o processo de aquisição das obras didáticas por razões de interesse público decorrentes de fatos supervenientes devidamente comprovados, sem que isso implique direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

10.6. As etapas previstas neste edital estarão sob a integral responsabilidade:

10.6.1. do FNDE: cadastramento dos editores e pré-inscrição das obras;

10.6.2. do FNDE e da instituição a ser contratada por ele: inscrição/recepção das obras e da documentação, bem como da triagem efetiva dos títulos inscritos;

10.6.3. da SECADI: pré-análise, avaliação pedagógica das obras e divulgação do resultado da avaliação.

10.6.4. das escolas públicas federais e das redes de ensino estaduais, municipais e Distrito Federal: organizar e registrar em ata o processo de escolha das obras didáticas junto às escolas e educadores.

10.6.5. dos gestores locais e dos coordenadores de turma das entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado – PBA, em consenso com os alfabetizadores, fundamentados numa justificativa técnica elaborada conjuntamente: escolha das obras.

10.6.6. da Comissão Especial de Habilitação/FNDE: análise e deliberação quanto à documentação apresentada pelos editores;

10.6.7. da Comissão Especial de Negociação/FNDE: negociação dos preços das obras;

10.6.8. do Editor: produção e postagem;

10.6.9. do FNDE e da instituição a ser contratada por ele: controle de qualidade;

10.6.10. do FNDE da instituição a ser contratada por ele: distribuição;

10.6.11. do FNDE e dos entes executores do PBA, das Escolas Federais e das Redes de Ensino Estaduais, Municipais e do Distrito Federal: acompanhamento/monitoramento da execução do Programa.

10.7. Situações não previstas neste edital serão analisadas pela SECADI ou pelo FNDE, de acordo com as suas competências e com a natureza do assunto.

10.8. O editor deve manter toda a documentação atualizada durante o período de execução do contrato, especialmente no que se refere às exigências de regularidade jurídica, econômico-financeira e fiscal registradas no SICAF, a regularidade trabalhista no TST bem como a documentação referente às obras didáticas selecionadas.

10.9. Sem prejuízo da documentação exigida durante o processo de habilitação, nos termos do **Anexo X** deste edital, o FNDE poderá exigir dos editores, a qualquer tempo, dos editores, a apresentação dos contratos firmados com os autores de ilustrações, fotografias e demais trabalhos intelectuais abrangidos pela legislação autoral brasileira que compõem a obra.

10.9.1. A recusa pelo editor em apresentar os contratos mencionados no anterior, ou sua apresentação intempestiva ou incompleta, poderão ensejar a não contratação pelo FNDE.

10.10. Constitui obrigação do editor informar ao FNDE, previamente ou imediatamente após ter ciência, a existência de qualquer discussão judicial que envolvam as obras aprovadas.

10.10.1. O FNDE poderá, a qualquer tempo, deixar de contratar o editor da obra didática escolhida quando tiver ciência de litígio sobre direito autoral da obra.

10.11. A inscrição da obra não implica na obrigatoriedade de assinatura de contrato de aquisição por parte do FNDE, tampouco confere direito a indenizações a título de reposição de despesas realizadas no cumprimento de etapas deste edital ou na produção da obra, bem como não confere direito a lucro cessante, em caso de não-aprovação no processo de triagem e/ou avaliação pedagógica, escolha, habilitação e negociação.

10.12. De acordo com as responsabilidades, conforme definido no **subitem 10.6** deste edital, os pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos por escrito ao FNDE, por meio da Coordenação-Geral dos Programas do Livro, para o Setor Bancário Sul – Quadra 2 – Bloco F – Edifício FNDE – Sala 1401 – CEP 70070-929 – Brasília – DF, e à Diretoria de Políticas de Jovens e Adultos da SECADI, para a Esplanada dos Ministérios, Bloco L, 2º Andar, Sala 207, CEP 70047-900 – Brasília – DF, conforme o caso.

10.13. Será de inteira responsabilidade dos editores a veracidade das informações fornecidas ao FNDE.

10.14. Em nenhuma hipótese serão devolvidas aos editores a documentação e as obras, inclusive CDs e DVDs ROM apresentados para fins de cumprimento das etapas descritas neste edital, independentemente do resultado da avaliação.

10.15. Integram o presente edital, como se transcritos fossem e como parte indissolúvel, os seguintes anexos:

a) Anexo I – Estrutura Editorial, Triagem e Critérios de Exclusão na Triagem;

b) Anexo II – Princípios e Critérios para a Avaliação de obras Didáticas

c) Anexo III – Especificações Técnicas

d) Anexo IV – Modelo de Declaração de Edição

e) Anexo V – Modelo de Declaração de Originalidade

- f) Anexo VI – Modelo de Declaração de Primeira Avaliação
- g) Anexo VII – Modelo de Declaração de Reinscrição
- h) Anexo VIII – Modelo de Declaração de Revisão e Atualização da Obra
- i) Anexo IX – Modelo de Ficha de Correção de Obra
- j) Anexo X – Documentos necessários ao Processo de Habilitação
- k) Anexo XI – Modelo de Declaração de Titularidade de Direito Patrimonial de Obra Didática
- l) Anexo XII – Formulário de Habilitação

Brasília, 18 de julho de 2012.

José Carlos Wanderley Dias de Freitas
Presidente do FNDE

Cláudia Pereira Dutra
Secretária da SECADI

EDITAL DE CONVOCAÇÃO XX/2012 – CGPLI

PNLD EJA 2014

ANEXO I

ESTRUTURA EDITORIAL, TRIAGEM E CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO NA TRIAGEM

1. ESTRUTURA EDITORIAL DA OBRA IMPRESSA

1.1. LIVRO DO ALUNO E MANUAL DO EDUCADOR CARACTERIZADO

1.1.1. Na primeira capa:

- a) Título da coleção, título do livro e seu subtítulo, quando houver;
- b) Nome ou pseudônimo do autor(es) ou do organizador ou do editor responsável, claramente identificado como pessoa(s) física(s);
- c) Nome do editor (razão social e/ou nome fantasia e/ou marca/selo);
- d) No manual do educador, a expressão “Manual do Educador” em local e tamanho de fácil;
- e) Nos manuais do Educador da Composição “H”, além da expressão “Manual do Educador”, deverá haver a identificação do componente curricular;
- f) A expressão “Educação de Jovens e Adultos”; e
- g) A denominação abaixo descrita em cada volume das categorias:

Categoria 1	Denominação do Volume
Composição A (contendo um volume)	Alfabetização

Categoria 2	Denominação do Volume
Composição B (contendo dois volumes)	Volume 1 Alfabetização
	Volume 2 Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Composição C (contendo três volumes)	Volume 1 Alfabetização
	Volume 2 Anos Iniciais do Ensino Fundamental
	Volume 3 Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Composição D (contendo sete volumes)	Alfabetização
	Nome do Componente Curricular Anos Iniciais do Ensino Fundamental
	Nome do Componente Curricular Anos Iniciais do Ensino Fundamental
	Nome do Componente Curricular Anos Iniciais do Ensino Fundamental
	Nome do Componente Curricular Anos Iniciais do Ensino Fundamental
	Nome do Componente Curricular Anos Iniciais do Ensino Fundamental
	Nome do Componente Curricular Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Composição E	Nome do Tema

(contendo o mínimo de três volumes e o máximo de seis volumes)	Anos Iniciais do Ensino Fundamental
	Nome do Tema Anos Iniciais do Ensino Fundamental
	Nome do Tema Anos Iniciais do Ensino Fundamental
	Nome do Tema Anos Iniciais do Ensino Fundamental (se houver)
	Nome do Tema Anos Iniciais do Ensino Fundamental (se houver)
	Nome do Tema Anos Iniciais do Ensino Fundamental (se houver)

Categoria 3	Denominação do Volume
Composição F (um volume)	História Regional Geografia Regional

Categoria 4	Denominação do Volume
Composição G (contendo sete volumes)	Nome do Componente Curricular Anos Finais do Ensino Fundamental
	Nome do Componente Curricular Anos Finais do Ensino Fundamental
	Nome do Componente Curricular Anos Finais do Ensino Fundamental
	Nome do Componente Curricular Anos Finais do Ensino Fundamental
	Nome do Componente Curricular Anos Finais do Ensino Fundamental
	Nome do Componente Curricular Anos Finais do Ensino Fundamental
	Nome do Componente Curricular Anos Finais do Ensino Fundamental
Composição H (contendo quatro volumes)	Nº Ano Ensino Fundamental
	Nº Ano Ensino Fundamental
	Nº Ano Ensino Fundamental
	Nº Ano Ensino Fundamental
Composição I (contendo o mínimo de três volumes e o máximo de seis volumes)	Nome do Tema Anos Finais do Ensino Fundamental
	Nome do Tema Anos Finais do Ensino Fundamental
	Nome do Tema Anos Finais do Ensino Fundamental
	Nome do Tema Anos Finais do Ensino Fundamental (se houver)
	Nome do Tema Anos Finais do Ensino Fundamental (se houver)
	Nome do Tema Anos Finais do Ensino Fundamental (se houver)

Categoria 5	Denominação do Volume
Composição J (contendo três volumes)	Linguagem e Códigos Ensino Médio
	Ciências da Natureza e Matemática Ensino Médio
	Ciências Humanas Ensino Médio
Composição K (contendo onze volumes)	Nome do Componente Curricular Ensino Médio
	Nome do Componente Curricular Ensino Médio
	Nome do Componente Curricular Ensino Médio
	Nome do Componente Curricular Ensino Médio
	Nome do Componente Curricular Ensino Médio
	Nome do Componente Curricular Ensino Médio
	Nome do Componente Curricular Ensino Médio
	Nome do Componente Curricular Ensino Médio
	Nome do Componente Curricular Ensino Médio
	Nome do Componente Curricular Ensino Médio
	Nome do Componente Curricular Ensino Médio
Composição L (contendo o mínimo de três volumes e o máximo de seis volumes)	Volume 1 Nome do Tema Ensino Médio
	Volume 2 Nome do Tema Ensino Médio
	Volume 3 Nome do Tema Ensino Médio
	Volume 4 Nome do Tema Ensino Médio (se houver)
	Volume 5 Nome do Tema Ensino Médio (se houver)
	Volume 6 Nome do Tema Ensino Médio (se houver)

1.1.2. Na segunda capa:

a) Não deve conter textos ou ilustrações.

1.1.3. Na terceira capa, exceto para as obras do componente curricular de Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol):

a) Não deve conter textos ou ilustrações.

1.1.4. Na terceira capa do componente curricular de **Língua Estrangeira Moderna** (Inglês e Espanhol).

a) Embalagem contendo CD em áudio, com estrita observância ao subitem 2.1 deste anexo.

1.1.5. Na quarta capa:

a) Hino Nacional; e

b) Número do ISBN.

1.1.6. Na folha de rosto:

Frente:

a) Título da coleção e do título do livro e subtítulo, quando houver;

b) Nome ou pseudônimo do autor, ou do organizador, ou do editor responsável;

c) Nome do editor (razão social ou nome fantasia e/ou marca/selo);

d) Denominação do volume;

e) A expressão “Educação de Jovens e Adultos”;

f) Dados sobre a formação e experiência profissional do autor; e

g) Número da edição, inclusive quando for a primeira, local e ano de publicação.

Verso:

a) Ficha catalográfica; e

b) Nome e endereço completo do editor.

1.1.7. No miolo do Manual do Educador:

Deve conter instruções e orientações teórico-metodológicas ao educador, acompanhadas do livro do aluno de forma integral, com ou sem comentários adicionais.

1.1.8. Na lombada quando for quadrada:

a) Título da coleção e do livro e seu subtítulo, quando houver;

b) Denominação do volume; e

c) A expressão “Educação de Jovens e Adultos”.

1.2. LIVRO DO ALUNO E O MANUAL DO EDUCADOR DESCARACTERIZADOS

1.2.1. Na primeira capa

Deve trazer única e exclusivamente os elementos a seguir identificados, não sendo permitida a inserção de ilustrações ou outros textos:

a) A denominação de cada volume da composição, descrita na letra g do subitem 1.1.1 deste anexo;

b) Identificação da composição (letra), descrita no subitem 3.1.1 do edital;

c) No manual do educador a expressão “Manual do Educador” em local e tamanho de fácil identificação;

d) Nos manuais do Educador da Composição “H”, além da expressão “Manual do Educador”, deverá haver a identificação do componente curricular; e

e) A expressão “Educação de Jovens e Adultos”.

1.2.2. Na folha de rosto

Frente e Verso

a) Não deve conter textos ou ilustrações.

1.2.3. Na segunda, terceira e quarta capas

a) Não devem possuir textos ou ilustrações.

1.2.4. No miolo:

a) Não deve conter texto ou elementos que identifiquem o editor, o(s) autor(es), o título da coleção, o título e o subtítulo do livro.

1.2.5. Na lombada:

a) Não deve possuir textos ou ilustrações.

2. ESTRUTURA DO CD EM ÁUDIO E DO DVD ROM

2.1. CD EM ÁUDIO CARACTERIZADO

2.1.1. O rótulo do CD deverá manter identidade visual com a capa da obra e apresentar um número de telefone da Central de Atendimento ao Usuário para dúvidas e reclamações sobre as mídias sob responsabilidade do editor.

2.1.2. Deverá ser impresso no rótulo do CD:

- a) Título da coleção, do livro, do subtítulo, se houver, ao qual está vinculado;
- b) Nome ou pseudônimo do(s) autor(es), ou do(s) organizador(es), ou do editor responsável;
- c) Nome do editor (razão social e/ou nome fantasia e/ou marca/selo);
- d) Denominação do volume ao qual está vinculado;
- e) A expressão “Educação de Jovens e Adultos”;
- f) ISBN do livro do qual é parte integrante; e
- g) A expressão “CD do Educador”, no caso do CD para o educador, em local e tamanho de fácil identificação.

2.1.3. A embalagem do CD deverá ser do tipo envelope com aba, de cor branca e frente transparente.

2.2. CD EM ÁUDIO DESCARACTERIZADO

2.2.1. Deverá ser impresso no rótulo do CD:

- a) Identificação da categoria (número) a que se destina com a expressão “Alfabetização” ou “Anos Iniciais do Ensino Fundamental” ou “Regional” ou “Anos Finais do Ensino Fundamental” ou “Ensino Médio”;
- b) Identificação da composição (letra) a que pertence, segundo subitem 3.1.1 do edital;
- c) A expressão “CD do Aluno”, no caso de CD em áudio para o aluno, em local e tamanho de fácil identificação;
- d) A expressão “CD do Educador”, no caso de CD em áudio para o educador, em local e tamanho de fácil identificação; e
- e) A expressão “Educação de Jovens e Adultos”

2.2.2. Na embalagem e no conteúdo do CD não deverá haver texto ou qualquer outro elemento que identifique a editora, o autor, o organizador, o editor responsável, o título da coleção, o título e o subtítulo do livro.

2.3. DVD ROM CARACTERIZADO, se houver

2.3.1. O rótulo do DVD ROM deverá manter identidade visual com a capa da obra e apresentar um número de telefone da Central de Atendimento ao Usuário para dúvidas e reclamações sobre a mídia sob responsabilidade do editor.

2.3.2. Deverá ser impresso no rótulo do DVD ROM:

- a) Título da obra a qual está vinculado;
- b) Nome do editor (razão social e/ou nome fantasia e/ou marca/selo);
- c) Nome ou pseudônimo do(s) autor(es), ou dos organizador(es), ou do editor responsável;

- d) Denominação do volume, conforme letra “g” do subitem 1.1.1 deste anexo, a qual está vinculado;
- e) ISBN do livro do qual é parte integrante;
- f) A expressão “DVD do Educador” em local e tamanho de fácil identificação.
- g) A expressão “Educação de Jovens e Adultos”;

2.3.3. A embalagem do DVD ROM deverá ser do tipo envelope com aba, de cor branca e frente transparente.

2.4. DVD ROM DESCARACTERIZADO, se houver

2.4.1. Deverá ser impresso no rótulo do DVD ROM:

- a) Identificação da categoria (número) a que se destina com a expressão “Alfabetização” ou “Anos Iniciais do Ensino Fundamental” ou “Regional” ou “Anos Finais do Ensino Fundamental” ou “Ensino Médio”;
- b) Identificação da composição (letra) a que pertence, conforme subitem 3.1.1 do edital;
- c) A expressão “DVD do Educador” em local e tamanho de fácil identificação; e
- d) A expressão “Educação de Jovens e Adultos”.

2.4.2. Na embalagem, no rótulo e no conteúdo do DVD ROM não deverá haver texto ou qualquer outro elemento que identifique a editora e o(s) autor(es), o título da coleção e título e subtítulo do livro.

3. CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

3.1. Serão excluídas as obras que apresentarem as seguintes não-conformidades, mesmo que seja em apenas um dos exemplares entregues.

A – REFERENTE AO ELEMENTOS GERAIS DA OBRA CARACTERIZADA E DESCARACTERIZADA	
CÓDIGO DE EXCLUSÃO	NÃO-CONFORMIDADE
A1	Obra que não apresente as características de uma das composições e categorias previstas.
A2	Obra apresentada em boneco ou protótipo.
A3	Coleção inscrita cujo número de volumes não corresponda ao previsto em uma das composições do item 3.1 do edital.
A4	Obra cujo(s) volume(s) não sejam livros consumíveis.
A5	Obra cuja composição tenha mais de um editor e detentor de seus direitos autorais.
A6	Obras com anexos ou similares em volume separado, exceto DVD ROM, quando houver.
A7	Obra com edição não finalizada.
A8	Obra cujos exemplares entregues não sejam exatamente iguais.
A9	Obra cujos exemplares entregues não sejam da mesma edição.
A10	Obra com rasura, quer seja nas capas, quer no miolo.

A11	Livro do Aluno não acompanhado do respectivo Manual do Educador, exceto para a composição “H”.
A12	Manual do Educador não acompanhado do Livro do Aluno, exceto para a composição “H”;
A13	Livro do Aluno de coleção da composição “H” não acompanhado dos respectivos Manuais do Educador.
A14	Manuais do Educador de coleção da composição “H” não acompanhado do Livro do Aluno.
A15	Manual do Educador sem a parte do livro do aluno.
A16	Livro do aluno cuja composição contenha o componente curricular Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol) não acompanhado do CD em áudio na terceira capa.
A17	Manual do educador cuja composição contenha o componente curricular Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol) não acompanhado do CD em áudio na terceira capa.
A18	Obra pré-inscrita na composição “H” cujo manual do educador não seja composto de sete volumes, sendo um para cada componente curricular.
A19	Obra pré-inscrita com DVD ROM para o educador não entregue na etapa de inscrição.
A20	Obra entregue com número de exemplares diferente da quantidade de exemplares exigida nos subitens 5.3.3.3, 5.3.3.4 e 5.3.3.5.
A21	Obra que apresente páginas faltantes.
A22	Obra que apresente páginas trocadas.
A23	Obra que apresente páginas invertidas ou fora de sequência.
A24	Obra que apresente falhas de impressão impedindo a leitura.
A25	Obra que apresente textos ou ilustrações na segunda e terceira capas.
A26	A coleção cujo um dos seus volumes seja excluído.
A27	Obra pré-inscrita no SIMAD, mas não entregue no dia, mês, horário e local previamente agendados.
A28	Inconsistência nos dados constantes na obra.
A29	Obra do componente curricular de Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol) que não apresente na terceira capa embalagem com CD em áudio.
A30	Embalagem do CD em áudio de Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol) diferente do tipo envelope com aba, de cor branca e frente transparente.
A31	Embalagem do DVD ROM, quando houver, diferente do tipo envelope com aba, de cor branca e frente transparente.

B – REFERENTE AOS ELEMENTOS DA OBRA PRÉ-INSCRITOS NO SIMAD	
CÓDIGO DE EXCLUSÃO	NÃO-CONFORMIDADE
B1	Obra cujas informações prestadas no SIMAD são incorretas ou incompletas.
B2	Obra cuja primeira capa da obra não traga o título da coleção <u>exatamente</u> igual ao registrado no SIMAD.
B3	Obra cuja primeira capa da obra não traga o título e subtítulo do livro, se houver, <u>exatamente</u> igual ao registrado no SIMAD.
B4	Obra cuja primeira capa da obra caracterizada não traga o nome ou pseudônimo do(s) autor(es) ou do organizador ou do editor responsável igual ao registrado no SIMAD, ou pelo menos um dos nomes registrados no campo “autor” do SIMAD.
B5	Obra cuja razão social, nome fantasia e marca/selo do editor não sejam exatamente iguais aos informados no SIMAD.
B6	Obra entregue em composição diferente da pré-inscrita no SIMAD.
B7	Obra cuja edição nos exemplares não seja exatamente igual à edição informada no SIMAD.
B8	Obra cujo ano de edição nos exemplares não seja exatamente igual ao ano de edição informado no SIMAD.
B9	Obra entregue na inscrição cujas especificações não sejam exatamente iguais ao informado no SIMAD.
B10	Obra não acompanhada dos documentos solicitados no subitem 5.3.2.1 do edital.
B11	Obra cujo miolo da obra não apresente o número de páginas <u>exatamente</u> igual ao registrado no SIMAD.
C – REFERENTE AOS ELEMENTOS DA OBRA CARACTERIZADA	
CÓDIGO DE EXCLUSÃO	NÃO-CONFORMIDADE
C1	Obra cuja primeira capa da obra não traga o título do livro e subtítulo, se houver.
C2	Obra cuja primeira capa da obra não traga o título da coleção.
C3	Obra cuja primeira capa da obra não traga o nome ou pseudônimo do(s) autor(es) ou do organizador ou do editor responsável, ou pelo menos um dos nomes registrados no campo “autor” do SIMAD.
C4	Obra cuja primeira capa não traga o nome do editor (razão social e/ou nome fantasia e/ou marca/selo).
C5	Obra cuja primeira capa não traga a expressão “Educação de Jovens e Adultos”.

C6	Obra cuja primeira capa não traga a denominação do volume, conforme definido na letra “g” do subitem 1.1.1 deste anexo.
C7	Obra cuja primeira capa não traga a expressão <i>Manual do Educador</i> no manual do educador.
C8	Obra cuja primeira capa dos manuais do educador da composição “H” não traga o nome do componente curricular.
C9	Obra que não apresente o Hino Nacional na 4ª capa.
C10	Obra que não apresente o número do ISBN na 4ª capa.
C11	Obra que não apresente o título da coleção, do livro e subtítulo, se houver, na frente da folha de rosto.
C12	Obra que não apresente o nome do(s) autore(s) ou pseudônimo ou do organizador ou do editor responsável na frente da folha de rosto.
C13	Obra que não apresente a denominação do volume na frente da folha de rosto.
C14	Obra que não apresente a razão social ou nome fantasia ou marca/selo do editor na frente da folha de rosto.
C15	Obra que não apresente o número de edição, inclusive quando for a primeira na frente da folha de rosto.
C16	Obra que não apresente a expressão “Educação de Jovens e Adultos” na frente da folha de rosto.
C17	Obra que não apresente dados sobre a formação e experiência profissional do autor na frente da folha de rosto
C18	Obra que não apresente o local de publicação na frente da folha de rosto.
C19	Obra que não apresente o ano de publicação na frente da folha de rosto.
C20	Obra que não apresente a ficha catalográfica no verso da folha de rosto.
C21	Não apresenta o nome e o endereço completo do editor no verso da folha de rosto.
C22	Obra de lombada quadrada que não apresente na lombada o título da obra e título do livro e subtítulo, se houver,
C23	Obra de lombada quadrada que não apresenta na lombada a expressão “Educação de Jovens e Adultos”.
C24	Obra de lombada quadrada que não apresente a denominação do volume, conforme definido na letra “g” do subitem 1.1.1 deste anexo.
C25	Rótulo do CD em áudio de Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol) que não tenha identidade visual com a capa da coleção.
C26	Rótulo do CD em áudio de Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol) que não apresente um número de telefone de central de atendimento ao usuário.

C27	Rótulo do CD em áudio de Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol) que não apresente o título da coleção, do livro e subtítulo, se houver, ao qual está vinculado.
C28	Rótulo do CD em áudio de Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol) que não apresente o nome ou pseudônimo do(s) autores ou do organizador ou do editor responsável.
C29	Rótulo do CD em áudio de Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol) que não apresente o nome do editor (razão social e/ou nome fantasia e/ou marca/selo).
C30	Rótulo do CD em áudio de Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol) que não apresente a denominação do volume, conforme letra “g” do subitem 1.1.1 deste anexo, ao qual está vinculado.
C31	Rótulo do CD em áudio de Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol) que não apresente a expressão “Educação de Jovens e Adultos”.
C32	Rótulo do CD em áudio de Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol) que não apresente o ISBN do livro do qual é parte integrante.
C33	Rótulo do CD em áudio de Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol) pertencente ao manual do educador que não apresente a expressão “CD do Educador”.
D – REFERENTE AOS ELEMENTOS DO DVD ROM CARACTERIZADO, quando houver	
D1	Rótulo do DVD ROM que não tenha identidade visual com a capa da coleção.
D2	Rótulo do DVD ROM que não apresente um número de telefone de central de atendimento ao usuário.
D3	Rótulo do DVD ROM que não apresente o título da obra a qual está vinculado.
D4	Rótulo do DVD ROM que não apresente o nome ou pseudônimo do(s) autor(s)es ou organizador ou editor responsável.
D5	Rótulo do DVD ROM que não apresente o nome do editor (razão social e/ou nome fantasia e/ou marca/selo).
D6	Rótulo do DVD ROM que não apresente a denominação do volume, conforme letra “g” do subitem 1.1.1 deste anexo, a qual está vinculado.
D7	Rótulo do DVD ROM que não apresenta a expressão “Educação de Jovens e Adultos”.
D8	Rótulo do DVD ROM que não apresente o ISBN do livro do qual é parte integrante.
D9	Rótulo do DVD ROM que não apresente a expressão “DVD do Educador”.
E – REFERENTE AOS ELEMENTOS DA OBRA DESCARACTERIZADA	
CÓDIGO DE EXCLUSÃO	NÃO-CONFORMIDADE

E1	Obra que apresente na primeira capa outros elementos (texto ou ilustração) que não sejam os seguintes: denominação de cada volume das composições, descrita na letra “g” do subitem 1.1.1 deste anexo; identificação da composição (letra), descrita no subitem 3.1 do edital; a expressão “Manual do Educador” no manual do educador; no manual do educador da composição “H” o nome do componente curricular; e a expressão “Educação de Jovens e Adultos”.
E2	Obra que apresente na frente e verso da folha de rosto textos ou ilustrações.
E3	Obra que apresente na segunda, terceira e quarta capa qualquer texto ou ilustração.
E4	Obra que traga no miolo textos ou elementos que identifiquem o editor e autor(es), título da coleção, título e subtítulo do livro.
E5	Obra que traga na lombada textos ou ilustrações.
E6	CD em áudio que apresente no rótulo outros elementos (texto ou ilustração) além dos seguintes: identificação da categoria (número) a que se destina com a expressão “Alfabetização” ou “Anos Iniciais do Ensino Fundamental” ou “História Regional” ou “Geografia Regional” ou “Anos Finais do Ensino Fundamental” ou “Ensino Médio”; identificação da composição (letra) a que pertence, conforme subitem 3.1 do edital; a expressão “CD do Aluno” no CD do aluno; “CD do Educador” no CD do educador; a expressão “Educação de Jovens e Adultos”.
E7	Obra que traga no conteúdo e na embalagem do CD em áudio textos ou elementos que identifiquem o editor autor(es), organizador, editor responsável, título da coleção e título e subtítulo do livro.
F – REFERENTE AOS ELEMENTOS DO DVD ROM DESCARACTERIZADO, quando houver	
F1	DVD ROM que apresente no rótulo outros elementos (texto ou ilustração) além dos seguintes: identificação da categoria (número) a que se destina com a expressão “Alfabetização” ou “Anos Iniciais do Ensino Fundamental” ou “História Regional” ou “Geografia Regional” ou “Anos Finais do Ensino Fundamental” ou “Ensino Médio”; identificação da composição (letra) que pertence, conforme subitem 3.1 do edital; “DVD do Educador” no DVD ROM do educador; e a expressão “Educação de Jovens e Adultos”;
F2	Obra que traga no conteúdo e na embalagem do DVD textos ou elementos que identifiquem o editor, autor(es), organizador, editor responsável, título da coleção e título e subtítulo do livro.

3.2. Os procedimentos que serão empregados na análise para a verificação das não conformidades estão descritos a seguir:

3.2.1. Referente ao código de exclusão A1

No ato da inscrição, não serão aceitas obras cujas características não são de uma das composições e categorias previstas.

3.2.2. Referente ao código de exclusão A2

Análise visual dos exemplares da obra inscrita, para verificar se não consistem de protótipos ou bonecos, ou seja, obras que trazem apontamentos do editor, que sejam cópias reprográficas e/ou que tenham acabamentos preliminares à produção gráfica.

3.2.3. Referente ao código de exclusão A3

Análise visual para verificar se a coleção entregue atende ao número de volumes estabelecido na Tabela do item 3.1 do edital.

3.2.4. Referente ao código de exclusão A4

Não serão excluídas obras que apresentam lacunas ou espaços solicitando o preenchimento na própria obra ou induzindo o leitor por meio de texto ou imagem, de modo subentendido, à realização de atividades na própria obra.

3.2.5. Referente ao código de exclusão A5

Na obra inscrita será verificada a presença de mais de um editor. Em caso positivo, a obra será excluída.

3.2.6. Referente ao código de exclusão A6

Análise visual para verificar a presença de folhetos soltos, referentes ou não à obra, ou seja, que não façam parte do miolo da obra encadernada.

3.2.7. Referente ao código de exclusão A7

Análise visual da obra inscrita, assim como seus exemplares, para verificar se esta consiste em um projeto gráfico finalizado, ou seja, impresso com textos e/ou imagens, contendo miolo e capas, encadernados salvo o disposto no subitem 5.3.3.10. do edital: *“Exclusivamente para o processo de avaliação, além dos acabamentos definidos nas especificações técnicas, será aceito o acabamento espiralado”*.

3.2.8. Referente ao código de exclusão A8

Análise visual para verificar se os exemplares entregues de um mesmo título são iguais entre si, isto é, se apresentam textos e imagens iguais na capa e no miolo.

3.2.9. Referente ao código de exclusão A9

Análise visual para verificar se todos os exemplares de um título apresentam o mesmo número de edição. Considera-se:

edição: o conjunto dos exemplares impressos de uma obra sem modificações. Portanto, pertencem à mesma edição de uma obra todas as suas impressões, reimpressões e tiragens. Havendo qualquer modificação na obra, esta deve ser considerada como outra edição.

número de edição: o número que pertence a uma sequência numérica de 1 a n, sendo o número 1 referente à primeira edição da obra, que é a original. Os números subsequentes ao 1 são edições da obra que apresentam modificações em relação às edições anteriores. Serão considerados como número de edição apenas aqueles acompanhados da palavra edição, abreviada ou não. As sequências numéricas acompanhadas das expressões “impressão” e “reimpressão” não serão consideradas como número de edição.

ano de edição: o ano referente à edição apresentada. Será considerado como ano de edição aquele presente na ficha catalográfica da obra. Serão consideradas conformes apenas as obras que sejam da mesma edição.

3.2.10. Referente ao código de exclusão A10

Análise visual das capas e miolo para averiguar a presença de rasuras. Serão consideradas rasuras: rabiscos, emendas escritas a punho, etiquetas coladas sobre o texto, raspagens ou riscos para correções e outras ações de mesmo cunho visando alterações de texto sobre o material impresso.

3.2.11. Referente ao código de exclusão A11

No ato da inscrição, será verificado se o livro do aluno está acompanhado de seu respectivo *Manual do Educador*.

3.2.12. Referente ao código de exclusão A12

No ato da inscrição, será verificado se o Manual do Educador está acompanhado de seu respectivo *Livro do Aluno*.

3.2.13. Referente ao código de exclusão A13

Será verificado se cada volume do livro do aluno da coleção da composição H está acompanhado dos *Manuais do Educador*, sendo um Manual para cada componente curricular, contendo, respectivamente, a parte do aluno e a do educador.

3.2.14. Referente ao código de exclusão A14

Será verificado se o conjunto de manuais do educador da coleção da composição H estão acompanhados do livro do aluno.

3.2.15. Referente ao código de exclusão A15

Análise visual para verificar se os exemplares entregues do manual do educador são compostos pela parte do livro do aluno de forma integral e pela parte referente às instruções e orientações teórico-metodológicas ao educador.

3.2.16. Referente ao código de exclusão A16

Análise visual para verificar se no livro do aluno das obras de Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol) está anexado o CD em áudio na terceira capa.

3.2.17. Referente ao código de exclusão A17

Análise visual para verificar se no manual do educador das obras de Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol) está anexado o CD em áudio na terceira capa.

3.2.18. Referente ao código de exclusão A18

Verificar se a obra inscrita na composição “H” apresenta, para o Manual do Educador, 7 volumes, sendo um para cada componente curricular.

3.2.19. Referente ao código de exclusão A19

Será verificado se foi entregue o DVD ROM para o educador em obras pré-inscritas com este elemento.

3.2.20. Referente ao código de exclusão A20

No ato da inscrição, será verificado se foram entregues 10 exemplares do livro do aluno (3 caracterizados e 7 descaracterizados), acompanhados de 10 exemplares do manual do educador (3 caracterizados e 7 descaracterizados).

Caso a obra contenha DVD ROM, um exemplar do DVD ROM deverá acompanhar cada um dos 10 conjuntos de exemplares do manual do educador.

No caso de obras de Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol), será verificado se foram entregues para cada obra/coleção 10 exemplares de CD em áudio (3 caracterizados e 7 descaracterizados).

3.2.21. Referente ao código de exclusão A21

Análise visual do miolo de todos os exemplares entregues para averiguar a presença de páginas faltando.

3.2.22. Referente ao código de exclusão A22

Análise visual do miolo de todos os exemplares entregues para averiguar a presença de páginas trocadas, como, por exemplo, páginas do manual do professor no livro do aluno.

3.2.23. Referente ao código de exclusão A23

Análise visual do miolo de todos os exemplares entregues para averiguar a presença de páginas invertidas ou fora de sequência.

3.2.24. Referente ao código de exclusão A24

Análise visual das capas e do miolo de todos os exemplares entregues para averiguar a presença de falhas de impressão que impeçam a leitura de textos ou imagens.

3.2.25. Referente ao código de exclusão A25

Análise visual para verificar se a segunda e a terceira capas da obra estão em branco.

3.2.26. Referente ao código de exclusão A26

Verificar se a coleção teve algum volume excluído. Em caso positivo, toda a coleção será excluída na etapa de triagem.

3.2.27. Referente ao código de exclusão A27

Não serão inscritas obras entregues fora do período estipulado para inscrição.

3.2.28. Referente ao código de exclusão A28

Serão excluídas as obras que apresentarem qualquer tipo de inconsistência. Exemplos de inconsistência: o número de ISBN na quarta capa diferente do presente na ficha catalográfica; na primeira capa ou na folha de rosto o número de edição diferente do indicado na ficha catalográfica ou no verso da folha de rosto.

3.2.29. Referente ao código de exclusão A29

Análise visual para verificar se nas obras de Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol) está anexada na terceira capa embalagem contendo CD em áudio.

3.2.30. Referente ao código de exclusão A30

Análise visual para verificar se a embalagem do CD em áudio consiste de envelope branco com aba e frente transparente.

3.2.31. Referente ao código de exclusão A31

Análise visual para verificar se a embalagem do DVD ROM consiste de envelope branco com aba e frente transparente.

3.2.32. Referente ao código de exclusão B1

Será analisado o banco de dados do SIMAD a fim de verificar se há campos não preenchidos, ou preenchidos parcialmente ou com informações que não dizem respeito a ele.

3.2.33. Referente ao código de exclusão B2

Análise visual para verificar se o título da coleção constante na primeira capa é exatamente igual ao informado no campo "título" do SIMAD.

3.2.34. Referente ao código de exclusão B3

Análise visual para verificar se o título do livro e subtítulo constante na primeira capa é exatamente igual ao informado no campo "título" do SIMAD

3.2.35. Referente ao código de exclusão B4

Análise visual para verificar se o nome do autor (ou autores) constante na primeira capa da obra coincide(m) com o registrado no SIMAD, quer no campo "autor", "pseudônimo" e "apelido". No caso de mais de um autor, pelo menos um deles deve estar presente na capa. Caso no campo autor constem organizador e/ou editor responsável, serão todos vistos como autor.

3.2.36. Referente ao código de exclusão B5

Análise visual para verificar se o nome do editor ou marca/selo constante na obra coincide exatamente com o registrado no SIMAD, quer no campo "editora" (razão social), "nome fantasia" ou "selo".

No caso de marcas, quando essas não apresentam o nome do editor ou seu nome fantasia ou selo, deve haver na obra uma identificação clara á que ele se refere ou ser entregue na ocasião da inscrição da obra uma declaração informando a que se refere à marca/selo.

Não serão aceitos como identificação do editor: nome de coleção, série editorial, nomes temáticos e outras situações similares.

3.2.37. Referente ao código de exclusão B6

No ato da inscrição será verificado se a obra está inserida na composição indicada no SIMAD.

3.2.38. Referente ao código de exclusão B7

Análise comparativa para verificar se o número de edição nos exemplares é igual ao informado no SIMAD. Considera-se:

edição: o conjunto dos exemplares impressos de uma obra sem modificações. Portanto, pertencem à mesma edição de uma obra todas as suas impressões, reimpressões e tiragens. Havendo qualquer modificação na obra, esta deve ser considerada como outra edição.

número de edição: o número que pertence a uma sequência numérica de 1 a n, sendo o número 1 referente à primeira edição da obra, que é a original. Os números subsequentes ao 1 são edições da obra que apresentam modificações em relação às edições anteriores. Serão considerados como número de edição apenas aqueles acompanhados da palavra edição, abreviada ou não. As sequências numéricas acompanhadas das expressões “impressão” e “reimpressão” não serão consideradas como número de edição.

ano de edição: o ano referente à edição apresentada. Será considerado como ano de edição aquele presente na ficha catalográfica da obra. Serão consideradas conformes apenas as obras que sejam da mesma edição.

3.2.39. Referente ao código de exclusão B8

Análise comparativa para verificar se o ano de edição nos exemplares é igual ao informado no SIMAD. Considera-se:

edição: o conjunto dos exemplares impressos de uma obra sem modificações. Portanto, pertencem à mesma edição de uma obra todas as suas impressões, reimpressões e tiragens. Havendo qualquer modificação na obra, esta deve ser considerada como outra edição.

número de edição: o número que pertence a uma sequência numérica de 1 a n, sendo o número 1 referente à primeira edição da obra, que é a original. Os números subsequentes ao 1 são edições da obra que apresentam modificações em relação às edições anteriores. Serão considerados como número de edição apenas aqueles acompanhados da palavra edição, abreviada ou não. As sequências numéricas acompanhadas das expressões “impressão” e “reimpressão” não serão consideradas como número de edição.

ano de edição: o ano referente à edição apresentada. Será considerado como ano de edição aquele presente na ficha catalográfica da obra. Serão consideradas conformes apenas as obras que sejam da mesma edição.

3.2.40. Referente ao código de exclusão B9

Serão verificados se os registros solicitados no Anexo I deste edital são iguais aos informados no SIMAD.

3.2.41. Referente ao código de exclusão B10

Verificar se foram entregues os documentos exigidos nos itens 5.3.2.1 do presente edital.

3.2.42. Referente ao código de exclusão B11

Análise visual para verificar se o nome do editor ou marca/selo constante na primeira capa da obra coincide exatamente com o registrado no SIMAD, quer no campo “editora” (razão social), “nome fantasia” ou “selo”.

No caso de marcas, quando essas não apresentam o nome do editor ou seu nome fantasia ou selo, deve haver na obra uma identificação clara à que ele se refere ou ser entregue na ocasião da inscrição da obra uma declaração informando a que se refere à marca/selo.

Não serão aceitos como identificação do editor: nome de coleção, série editorial, nomes temáticos e outras situações similares.

3.2.43. Referente ao código de exclusão B12

Verificação em todos os exemplares se o número de páginas do miolo da obra corresponde ao informado no SIMAD. Será considerado como número de páginas o número total de folhas do miolo multiplicado por 2. Serão consideradas folhas do miolo aquelas que trazem o texto e/ou imagens impressas, as folhas em branco no início e final do livro, que usualmente completam caderno, folhas de guarda e folhas inseridas no miolo com

ilustrações. Não serão consideradas as folhas de guarda coladas nas segundas e terceiras capas de livros de capa dura.

3.2.44. Referente ao código de exclusão C1

Análise visual para verificar a presença, na capa da obra, do título do livro e subtítulo, se houver.

3.2.45. Referente ao código de exclusão C2

Análise visual para verificar a presença, na capa das obras do título da coleção.

3.2.46. Referente ao código de exclusão C3

Análise visual para verificar a presença, na capa das obras, do(s) autor(es) ou pseudônimo, ou organizador(es), ou editor responsável, ou pelo menos um dos nomes registrados no SIMAD.

3.2.47. Referente ao código de exclusão C4

Análise visual para verificar a presença, na capa das obras, do nome do editor (razão social e/ou nome fantasia e/ou marca/selo).

No caso de marcas, quando essas não apresentam o nome do editor ou seu nome fantasia ou selo, deve haver na obra uma identificação clara a que ele se refere ou ser entregue na ocasião da inscrição da obra uma declaração informando a que se refere à marca.

Não serão aceitos como identificação do editor: nome de coleção, série editorial, nomes temáticos e outras situações similares.

3.2.48. Referente ao código de exclusão C5

Análise visual para verificar a presença, na primeira capa, da expressão “Educação de Jovens e Adultos”.

3.2.49. Referente ao código de exclusão C6

Análise visual para verificar a presença, na primeira capa, da denominação do volume correspondente.

3.2.50. Referente ao código de exclusão C7

Análise visual para verificar a presença, na primeira capa, do manual do professor da expressão “*Manual do Educador*”.

3.2.51. Referente ao código de exclusão C8

Análise visual para verificar a presença do componente curricular na primeira capa dos manuais do educador, da composição H.

3.2.52. Referente ao código de exclusão C9

Análise visual para verificar a presença, na quarta capa, do Hino Nacional.

3.2.53. Referente ao código de exclusão C10

Análise visual para verificar a presença, na quarta capa, do número do ISBN. Entende-se por número ISBN (*International Standard Book Number*) o número internacional normalizador de livros, sendo um código único que identifica uma edição de uma obra publicada dentro de um país por uma empresa específica. Desse modo, cada edição de uma obra deve receber um número ISBN.

3.2.54. Referente ao código de exclusão C11

Análise visual da frente da folha de rosto para verificar a presença do título da coleção, título do livro e o subtítulo, se houver.

3.2.55. Referente ao código de exclusão C12

Análise visual da frente da folha de rosto para verificar a presença do nome do(s) autor(es) ou pseudônimo, ou organizador(es), ou editor responsável.

3.2.56. Referente ao código de exclusão C13

Análise visual para verificar a presença, na frente da folha de rosto, da denominação do volume correspondente.

3.2.57. Referente ao código de exclusão C14

Análise visual da frente da folha de rosto para verificar a presença do nome do editor (razão social e/ou nome fantasia e/ou marca/selo).

No caso de marcas, quando essas não apresentam o nome do editor ou seu nome fantasia ou selo, deve haver na obra uma identificação clara à que ele se refere ou ser entregue na ocasião da inscrição da obra uma declaração informando a que se refere à marca/selo.

Não serão aceitos como identificação do editor: nome de coleção, série editorial, nomes temáticos e outras situações similares.

3.2.58. Referente ao código de exclusão C15

Análise visual da frente da folha de rosto para verificar a presença do número da edição, inclusive quando for a primeira.

Considera-se:

edição: o conjunto dos exemplares impressos de uma obra sem modificações. Portanto, pertencem à mesma edição de uma obra todas as suas impressões, reimpressões e tiragens. Havendo qualquer modificação na obra, esta deve ser considerada como outra edição.

número da edição: o número que pertence a uma sequência numérica de 1 a n, sendo o número 1 referente à primeira edição da obra, que é a original. Os números subsequentes ao 1 são edições da obra que apresentam modificações em relação às edições anteriores. Serão considerados como número da edição apenas aqueles acompanhados da palavra edição, abreviada ou não. As sequências numéricas acompanhadas das expressões “impressão” e “reimpressão” não serão consideradas como número de edição.

3.2.59. Referente ao código de exclusão C16

Análise visual da frente da folha de rosto para verificar a presença da expressão “Educação de Jovens e Adultos” na frente da folha de rosto.

3.2.60. Referente ao código de exclusão C17

Análise visual da frente da folha de rosto para verificar a presença dos dados sobre a formação e experiência profissional do(s) autor(es).

3.2.61. Referente ao código de exclusão C18

Análise visual da frente da folha de rosto para verificar a presença do local de publicação. Considera-se local da publicação a cidade onde a obra foi editada (cidade sede da editora).

3.2.62. Referente ao código de exclusão C19

Análise visual da frente da folha de rosto para verificar a presença do ano de publicação. Entende-se ano de publicação como sendo o ano de edição. Considera-se:

edição: o conjunto dos exemplares impressos de uma obra sem modificações. Portanto, pertencem à mesma edição de uma obra todas as suas impressões, reimpressões e tiragens. Havendo qualquer modificação na obra, esta deve ser considerada como outra edição.

número de edição: o número que pertence a uma sequência numérica de 1 a n, sendo o número 1 referente à primeira edição da obra, que é a original. Os números subsequentes ao 1 são edições da obra que apresentam modificações em relação às edições anteriores. Serão considerados como número de edição apenas aqueles acompanhados da palavra edição, abreviada ou não. As sequências numéricas acompanhadas das expressões “impressão” e “reimpressão” não serão consideradas como número de edição.

ano de edição: o ano referente à edição apresentada. Será considerado como ano de edição aquele presente na ficha catalográfica da obra.

3.2.63. Referente ao código de exclusão C20

Análise visual do verso da folha de rosto para verificar a presença da ficha catalográfica. Entende-se por ficha catalográfica o registro dos elementos bibliográficos de uma obra com o intuito de identificá-la e distingui-la de outras. A ficha catalográfica deve se referir à edição da obra entregue e trazer os seguintes elementos: autor, título da obra, número de edição, local de publicação (cidade), editor e ano de edição.

3.2.64. Referente ao código de exclusão C21

Análise visual do verso da folha de rosto para verificar a presença do endereço completo do editor.

3.2.65. Referente ao código de exclusão C22

Em obras de lombada quadrada, análise visual para verificar a presença do título da coleção, do livro e subtítulo.

3.2.66. Referente ao código de exclusão C23

Análise visual para verificar a presença, na lombada, da expressão “Educação de Jovens e Adultos”.

3.2.67. Referente ao código de exclusão C24

Análise visual para verificar a presença, na lombada, da denominação do volume correspondente.

3.2.68. Referente ao código de exclusão C25

Análise visual para verificar se no rótulo do CD em áudio de Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol) tem identidade visual com a capa da coleção.

3.2.69. Referente ao código de exclusão C26

Análise visual para verificar se no rótulo do CD em áudio de Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol) apresenta um número de telefone da Central de Atendimento ao Usuário.

3.2.70. Referente ao código de exclusão C27

Análise visual para verificar se no rótulo do CD em áudio de Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol) apresenta o título da coleção e o título do livro e subtítulo, se houver.

3.2.71. Referente ao código de exclusão C28

Análise visual para verificar se no rótulo do CD em áudio de Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol) apresenta o nome do(s) autor(es) ou pseudônimo ou organizador ou editor responsável.

3.2.72. Referente ao código de exclusão C29

Análise visual para verificar se no rótulo do CD em áudio de Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol) apresenta o nome do editor (razão social e/ou nome fantasia e/ou marca/selo).

3.2.73. Referente ao código de exclusão C30

Análise visual para verificar se no rótulo do CD em áudio de Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol) apresenta a denominação do volume correspondente.

3.2.74. Referente ao código de exclusão C31

Análise visual para verificar a presença no rótulo do CD em áudio de Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol) da expressão “Educação de Jovens e Adultos”.

3.2.75. Referente ao código de exclusão C32

Análise visual para verificar se no rótulo do CD em áudio de Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol) apresenta o número do ISBN do livro.

3.2.76. Referente ao código de exclusão C33

Análise visual para verificar se no rótulo do CD em áudio de Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol) pertencente ao Manual do Educador apresenta a expressão “CD do Educador”.

3.2.77. Referente ao código de exclusão D1

Análise visual para verificar se no rótulo do DVD ROM tem identidade visual com a capa da coleção.

3.2.78. Referente ao código de exclusão D2

Análise visual para verificar se no rótulo do DVD ROM apresenta um número de telefone da Central de Atendimento ao Usuário.

3.2.79. Referente ao código de exclusão D3

Análise visual para verificar se no rótulo do DVD ROM consta o título da coleção.

3.2.80. Referente ao código de exclusão D4

Análise visual para verificar se no rótulo do DVD ROM apresenta o nome do(s) autor(es) ou pseudônimo ou organizador ou editor responsável.

3.2.81. Referente ao código de exclusão D5

Análise visual para verificar se no rótulo do DVD ROM apresenta o nome do editor (razão social e/ou nome fantasia e/ou marca/selo).

3.2.82. Referente ao código de exclusão D6

Análise visual para verificar se no rótulo do DVD ROM apresenta a denominação do volume correspondente.

3.2.83. Referente ao código de exclusão D7

Análise visual para verificar a presença no rótulo do DVD ROM da expressão “Educação de Jovens e Adultos”.

3.2.84. Referente ao código de exclusão D8

Análise visual para verificar se no rótulo do DVD ROM apresenta o número do ISBN do livro.

3.2.85. Referente ao código de exclusão D9

Análise visual para verificar se no rótulo do DVD ROM pertencente ao Manual do Educador apresenta a expressão “DVD do Educador”.

3.2.86. Referente ao código de exclusão E1

Análise visual das obras entregues para verificar se constam na primeira capa apenas os seguintes elementos: denominação de cada volume das composições; identificação da composição (letra); a expressão “Manual do Educador” no manual do educador; e a expressão “Educação de Jovens e Adultos”. No Manual do Educador da composição H além das informações citadas, ter também o nome do componente curricular.

3.2.87. Referente ao código de exclusão E2

Análise visual das obras entregues para verificar se constam na frente e verso da folha de rosto textos ou ilustrações.

3.2.88. Referente ao código de exclusão E3

Análise visual das obras entregues para verificar se constam na segunda, terceira e quarta capa qualquer texto ou ilustração.

3.2.89. Referente ao código de exclusão E4

Análise visual do miolo das obras para verificar se apresentam textos ou elementos que identifiquem ou o autor ou a editora ou o organizador ou o editor responsável e/ou título da coleção e/ou o título do livro e subtítulo.

3.2.90. Referente ao código de exclusão E5

Análise visual das obras entregues para verificar se constam na lombada qualquer texto ou ilustração.

3.2.91. Referente ao código de exclusão E6

Análise visual das obras entregues para verificar se constam no rótulo do CD em áudio descaracterizado os seguintes elementos: identificação da categoria (número) a que se destina com a expressão “Alfabetização” ou “Anos Iniciais do Ensino Fundamental” ou “História Regional” ou “Geografia Regional” ou “Anos Finais do Ensino Fundamental” ou “Ensino Médio”; identificação da composição (letra) a que pertence; a expressão “CD do Aluno” no CD do aluno; “CD do Educador” no CD do Educador”; e a expressão “Educação de Jovens e Adultos”.

3.2.92. Referente ao código de exclusão E7

Análise do conteúdo e da embalagem do CD em áudio textos ou elementos que identifiquem a editora, o(s) autor(es), o organizador, o editor responsável, o título da coleção e o título do livro e o subtítulo.

3.2.93. Referente ao código de exclusão F1

Análise visual das obras entregues para verificar se constam no rótulo do DVD ROM descaracterizado somente os seguintes elementos: identificação da categoria (número) a que se destina com a expressão “Alfabetização” ou “Anos Iniciais do Ensino Fundamental” ou “História Regional” ou “Geografia Regional” ou “Anos Finais do Ensino Fundamental” ou “Ensino Médio” ; identificação da composição (letra); a expressão “DVD do Educador”; a expressão “Educação de Jovens e Adultos.

3.2.94. Referente ao código de exclusão F2

Análise do conteúdo e da embalagem do DVD ROM textos ou elementos que identifiquem a editora, o(s) autor(es), o organizador, o editor responsável, o título da coleção e o título do livro e o subtítulo.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO XX/2012 – CGPLI
PNLD EJA 2014**

ANEXO II

PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS PARA A AVALIAÇÃO DE OBRAS DIDÁTICAS

1. JUSTIFICATIVA

A edição do Programa Nacional do Livro de Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA) de 2009 e 2010 ampliou o universo de alunos atendidos pelo programa, passando a incorporar, além dos alfabetizandos inscritos no Programa Brasil Alfabetizado – PBA, os alunos de turmas regulares de alfabetização na Educação de Jovens e Adultos das redes públicas de ensino.

A ampliação do universo de alunos atendidos é parte do movimento que visa assegurar a jovens, adultos e idosos o pleno direito à educação. Assim, visando possibilitar a continuidade de estudos para os alunos egressos dos programas de alfabetização, ou alunos que buscam retornar à escola para concluir seus estudos, e, sobretudo, numa perspectiva de que a EJA seja entendida como educação ao longo da vida, o Ministério da Educação promove a avaliação e seleção de obras didáticas destinadas aos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental na Modalidade EJA através do Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos – PNLD EJA.

Esta iniciativa reveste-se de importância especial, pois representa a primeira ocasião em que Coleções Didáticas destinadas a EJA serão objeto de uma chamada pública para participarem de um processo de avaliação sistemática. Esta, por sua vez, se constituirá em uma etapa fundamental do processo de consolidação da política de material didático para a EJA, através de um programa para a aquisição e distribuição de obras didáticas de qualidade para o público jovem, adulto e idoso que busca os anos iniciais e finais da EJA, que incorpora e preserva o PNLA e amplia o acesso a livros didáticos a todos os segmentos da EJA.

Com esta iniciativa o Ministério da Educação busca fomentar a produção de obras didáticas que superem o quadro atual das produções existentes caracterizadas, por vezes, por mera redução de conteúdos da educação básica regular, baixa qualidade do projeto gráfico-editorial, e, de modo geral, por propostas inadequadas sob a perspectiva didático-pedagógica, pois alheias às diretrizes educacionais formuladas para a EJA.

Na EJA, no entanto, essa escassez de materiais didáticos, em particular de livros didáticos de qualidade, tem impulsionado os docentes a buscar alternativas para organizar o ensino e aprendizagem dos conteúdos escolares, lançando mão de uma diversidade de outros materiais e recursos de ensino-aprendizagem, tais como: livros didáticos destinados ao ensino regular, obras literárias, revistas, jornais, bulas de remédio, recibos, cupons, contas, filmes, sítios eletrônicos, músicas, desenhos, ilustrações, dentre outros. Todavia, nesta ampla diversidade de recursos, poucos foram concebidos e construídos pedagogicamente levando em consideração as particularidades do público jovem, adulto e idoso da EJA, o que exige do educador um forte esforço para a transposição didática destes recursos para sua contextualização em sala de aula.

Assim o educador que atua na EJA enfrenta vários desafios, desde o diagnóstico dos saberes que os alunos já trazem consigo, o estabelecimento dos objetivos, a realização de opções metodológicas de ensino, a escolha de atividades e seleção do material didático apropriado para cada situação, o planejamento de intervenções adequadas até a avaliação contínua das conquistas de aprendizagem dos alunos.

Há, por exemplo, propostas de EJA voltadas para a prática e transformação social, que buscam se apropriar da realidade como instrumento pedagógico, e preconiza a produção de materiais didáticos como parte do processo pedagógico-formativo, colocando educadores e alunos como protagonistas das produções didáticas. Pensamos, contudo, que essas propostas não são incompatíveis com a necessidade de disponibilizar aos

educadores produções didáticas de qualidade, em diversidade e quantidade relevante para a EJA, e que em seu processo de elaboração e avaliação tenham sido considerados aspectos relativos às diretrizes de aprendizagem de pessoas jovens, adultas e idosas.

Neste sentido, partimos do pressuposto de que os materiais e os métodos didáticos utilizados na EJA podem e devem ser múltiplos e diversificados. Considera-se que boas obras didáticas podem contribuir para uma prática pedagógica autônoma dos educadores e promover a busca, entre eles, por metodologias e concepções pedagógicas adequadas ao projeto político-pedagógico da escola. Por isso, espera-se, também, que o fomento a essa produção e a disponibilização de obras voltadas para a EJA suscite, posteriormente, o debate entre educadores sobre como incorporar o livro didático às práticas educativas, no sentido de que eles busquem caminhos para que os materiais didáticos produzidos pela indústria cultural sejam, de fato, incorporados como uma complementação e apoio ao trabalho do educador.

O fundamental é que o livro didático não seja considerado a única referência para organizar as situações de ensino e aprendizagem, mas, sim, um recurso a mais que poder ser utilizado em momentos específicos e para fins determinados. Preconiza-se, assim, que o livro atue como uma das referências possíveis, estimulando o educador para a busca de outras fontes e experiências, coerentes com as concepções pedagógicas que postula, contribuindo na organização das práticas educativas. A avaliação pedagógica aqui proposta, baseia-se, portanto, na premissa de que as obras didáticas devem auxiliar o educador da EJA na busca por caminhos para sua prática pedagógica. Esses caminhos são bastante plurais, posto que o universo de referências dos saberes desse profissional não se esgota no restrito espaço da sala de aula ou nas orientações transmitidas pela obra didática. O educador, dada a natureza do seu ofício, vive em permanente processo de formação.

Neste sentido, os livros constantes de Guias devem desempenhar um duplo papel:

- a) um papel pedagógico, assegurando uma concepção e proposta pedagógica adequada às características dos sujeitos da EJA, e também garantindo a veiculação de conceitos e informações corretos, mantendo coerência da sua opção metodológica e fornecendo ao educador subsídios para o aprimoramento de sua prática docente,
- b) Um papel social, contribuindo para a formação da cidadania ao garantir o direito universal à alfabetização, à educação básica e à aprendizagem ao longo da vida, incentivando a autonomia do educador e do aluno, valorizando a liberdade de expressão e pensamento e promovendo o respeito mútuo entre os sujeitos.

2. CARACTERIZAÇÃO DAS OBRAS

São consideradas, para o processo de avaliação aqui definido, as obras didáticas elaboradas para serem utilizadas no processo de ensino-aprendizagem escolar tanto na alfabetização quanto nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, conforme definido neste edital.

Entende-se por obra didática de alfabetização aquela especificamente destinada a apoiar o processo de ensino-aprendizagem que envolve a aquisição do domínio da língua escrita, numa perspectiva de letramento. Por sua vez, compreende-se como coleção o conjunto de volumes ordenados em torno de uma proposta pedagógica única e de uma progressão didática articulada que envolva o conjunto dos conteúdos de aprendizagem dos componentes curriculares correspondentes ao processo de alfabetização e anos iniciais e/ou finais do Ensino Fundamental na modalidade EJA. Esses materiais devem constituir-se como uma proposta didático-pedagógica para pessoas jovens, adultas e idosas que buscam retomar seus estudos na modalidade EJA, organizando-se em relação a um programa curricular e observando critérios claros de progressão de estudos, nas diferentes formas de organização do ensino, sejam em termos de ano, etapas, termos ou ciclos.

A coleção deverá ser composta, obrigatoriamente, por livro(s) do aluno e o(s) correspondente(s) manual(is) do educador. Considera-se que o manual do educador não pode ser uma cópia do livro do aluno com os exercícios resolvidos. É necessário que ofereça orientação teórico-metodológica e de articulação dos conteúdos do livro entre si e com outras áreas do conhecimento; ofereça também, discussão sobre a proposta de

avaliação da aprendizagem, leituras e informações adicionais ao livro do aluno, bibliografia, bem como sugestões de leituras que contribuam para a formação e atualização do educador.

Este guia de avaliação pedagógica preconiza que as coleções didáticas, destinadas aos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental na modalidade EJA, inscritas no Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos – PNLD EJA envolvam o conjunto de conteúdos correspondentes aos anos iniciais do Ensino Fundamental para a modalidade EJA. Os conteúdos considerados devem ser aqueles determinados na Base Comum Nacional, estabelecida pela LDBEN, Lei 9394/96, e suas alterações posteriores. De acordo com a legislação federal em vigor fazem parte da base nacional comum, para o Ensino Fundamental, os seguintes componentes curriculares sem prejuízo de outros:

- Língua Portuguesa;
- Matemática;
- Conhecimento do mundo físico e natural;
- Conhecimento da realidade social, especialmente do Brasil;
- Arte;
- História da África e dos africanos;
- História da cultura e etnias, principalmente das matrizes indígena, africana e européia;
- Educação ambiental;
- Direitos da criança e do adolescente;
- Conhecimentos sobre o processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso;
- Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol).

Entende-se que a concepção sobre o que são componentes curriculares é diversa. Pode-se entender que eles formam um conjunto de aprendizagens, constituídas por disciplinas, conteúdos ou conteúdos programáticos, práticas educativas, ou áreas de conhecimento, que integram o currículo do Ensino Fundamental. Na Educação de Jovens e Adultos não há um currículo único, ou proposta modelo de organização das aprendizagens básicas e obrigatórias, que podem ser apresentadas em diferentes desenhos curriculares, organizadas de forma diversa, sejam em disciplinas, áreas de conhecimento, conteúdos programáticos, temas transversais, dentre outras. Por isso, ainda que a forma de organização das coleções didáticas não necessite seguir um único modelo padrão, dada a diversidade de propostas de organização da EJA, em respeito à legislação adotamos um conjunto mínimo de componentes curriculares.

Assim um conjunto de componentes curriculares mínimos é definido para cada uma das etapas da EJA, alfabetização, primeiro segmento (correspondente aos anos iniciais do Ensino Fundamental) e segundo segmento (correspondente aos anos finais do Ensino Fundamental). Entende-se que a alfabetização deve estar integrada à EJA e deve estar articulada na perspectiva de assegurar condições de continuidade de estudos a pessoas recém-alfabetizadas.

Este corpo mínimo dos componentes curriculares elencados para cada etapa da EJA também não se traduz em restrições contra a possibilidade de apresentação de outros conteúdos, tais como cidadania, saúde, economia solidária, dentre outros, que enriquecem as experiências de ensino e tem se tornado objeto de aprendizagens na EJA. Ao contrário, o que se pretende é que os conteúdos de aprendizagem estabelecidos na legislação sejam contemplados, sem detrimento de outras aprendizagens.

Do ponto de vista da abordagem dada aos conteúdos disciplinares o atual quadro da produção didática para a EJA apresenta basicamente dois tipos de coleções: as que organizam os componentes curriculares por disciplinas, e as que os organizam por temas ou temáticas, numa abordagem interdisciplinar. Uma das características das coleções didáticas organizadas por disciplinas é a presença de volumes unificados ou integrados. Chamamos aqui de volume único os livros que agrupam diferentes disciplinas de uma

etapa num mesmo volume ou que apresentam os conteúdos de uma mesma disciplina para várias etapas de um segmento num único volume.

A forma como os livros são organizados numa coleção não asseguram se eles possuem uma abordagem interdisciplinar dos conteúdos. Há coleções que anunciam uma proposta de abordagem interdisciplinar nas capas dos livros, ou nos manuais do educador, que não são cumpridas efetivamente na forma de articulação interna dos conteúdos das diferentes áreas de conhecimento. Algumas se caracterizam pela mera justaposição de disciplinas, ou temas, sem apresentar uma proposta metodológica de trabalho e, até mesmo, um projeto gráfico-editorial que integre os componentes curriculares.

Dessa forma, a coleção que apresentar proposta diferenciada de organização dos conteúdos curriculares e de aprendizagem seja por eixo temático ou na perspectiva interdisciplinar, terá cuidadoso exame de sua proposta considerando especialmente aspectos pedagógicos e metodológicos e suas relações com os aspectos gráfico-editoriais. Do mesmo modo, haverá atenção especial às coleções que apresentem livros integrados ou unificados, ou seja, livros que combinem, em um mesmo volume, conteúdos de mais de um termo ou período na mesma etapa de escolaridade, organizados ou não pelos componentes curriculares. Neste caso, pensa-se que apresentar propostas de articulação entre as áreas de conhecimento, e não apenas uma mera justaposição dos componentes curriculares, qualifica positivamente essas obras.

Os critérios aqui apresentados são a referência para a avaliação de obras didáticas destinadas aos públicos específicos da EJA, tais como: a) populações indígenas, bilíngües, fronteiriças ou não; b) populações do campo – agricultores familiares, agricultores assalariados, trabalhadores rurais temporários, assentados, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas; c) populações remanescentes de quilombos; d) população carcerária e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Todavia, o tratamento a ser dado a estas obras exigirá a consideração de critérios já elaborados com a participação ativa de conselhos com representantes dos segmentos, abordando as particularidades que envolvem as situações e ambientes de aprendizagem para estes públicos. Por outro lado, a forma como estes segmentos sociais devem ser abordados nas obras destinadas a um público mais amplo da EJA, devem respeitar os critérios relativos aos aspectos legais e éticos, tais como o respeito às diferenças e necessidade de evitar representações que estigmatizam ou propagam estereótipos.

Os critérios que se anunciam nas próximas páginas têm por objetivo zelar por livros que possam oferecer aos alunos e aos educadores da EJA conteúdos significativos para uma aprendizagem efetiva, e independente, que teça laços com os saberes e as culturas tradicionais e minoritárias melhorando o processo de aprendizagem por meio de estratégias centradas no educando.

Os critérios foram organizados em dois grupos:

- 1) critérios eliminatórios comuns a todas as coleções;
- 2) critérios eliminatórios específicos às áreas de conhecimento. Os critérios comuns levam em consideração elementos relativos à legislação, às diretrizes educacionais, aos princípios éticos, à concepção pedagógica e à estrutura editorial. Os critérios específicos abrangem as diferentes áreas de conhecimento relacionadas aos componentes curriculares da EJA definidos neste edital, e abordam, principalmente, aspectos relativos aos conteúdos de aprendizagem.

3. CRITÉRIOS ELIMINATÓRIOS COMUNS A TODAS OBRAS DIDÁTICAS DESTINADAS À MODALIDADE EJA

Os critérios eliminatórios comuns para todas as obras didáticas destinadas a EJA são definidos por seis elementos:

- Respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas à Educação Básica, e particularmente da EJA;
- Observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano;

- Coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pelo material didático, no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos visados;
- Correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos;
- Existência de Guia ou Manual de Orientações Didáticas que explicita e seja coerente com a proposta didático-pedagógica do material didático;
- Estrutura editorial e aspectos gráfico-editoriais adequados aos fins a que se propõem as obras.
- Primeiro elemento do critério de avaliação a considerar:

Respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas à Educação Básica, e particularmente à EJA

Entende-se que os materiais didáticos devem respeito à legislação vigente, e se orientem pelas diretrizes e normas oficiais que organizam e estabelecem os princípios a serem observados na EJA:

Constituição da República Federativa do Brasil;

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 10.639/2003, nº 11.274/2006, nº 11.525/2007 e nº 11.645/2008;
- Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Estatuto do idoso;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos;
- Resoluções e Pareceres do Conselho Nacional de Educação, em especial, o Parecer CEB nº 11/2000, de 10/05/2000, a Resolução CNE/CEB Nº 1 de 05/07/2000;
- Lei 10.639/08 e a Lei 11.645/08 visando à construção de uma sociedade anti-racista, justa e igualitária;
- Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nºs 10.048 e 10.098, que estabelece normas e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, que aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Segundo elemento do critério de avaliação a considerar:

Observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano.

Em respeito à Constituição do Brasil e para contribuir efetivamente para a construção da ética necessária ao convívio social e à cidadania, os materiais didáticos devem:

- Reconhecer e tratar adequadamente a diversidade de gênero, considerando a participação de mulheres e homens em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, discutindo diferentes possibilidades de expressão de feminilidades e masculinidades, desmistificando preconceitos e estereótipos sexuais e de gênero, considerando o gozo dos direitos civis e políticos, visando à construção de uma sociedade não-sexista, não-homofóbica;
- Reconhecer a importância e tratar adequadamente a história, a cultura e a imagem dos povos indígenas no Brasil, considerando a garantia de seus direitos à terra, à qualidade de vida nas terras indígenas, educação diferenciada em suas aldeias e à sua participação em diferentes espaços de poder;
- Reconhecer o modo próprio de vida das populações do campo e a utilização social desse espaço como fundamental, em sua diversidade, para a constituição da identidade

da população rural e de sua inserção cidadã na definição dos rumos da sociedade brasileira; livre de referências estigmatizantes que associem o campo ao passado rural brasileiro em contraposição ao meio urbano industrial e desenvolvido;

- Reconhecer a importância e tratar adequadamente a história, a cultura e a imagem de afro-brasileiros e afro-brasileiras, considerando sua participação em diferentes trabalhos e profissões e espaços de poder, dando visibilidade aos seus valores, tradições, organizações e conhecimentos, promovendo o respeito à diversidade étnico-racial e fomentando o combate ao racismo e à discriminação racial;
- Reconhecer a diversidade de aspectos que permeiam as questões socioambientais, possibilitando refletir sobre os efeitos ao ambiente do modo de produção capitalista, dialogando quanto à responsabilidade de homens e mulheres na construção de sociedades sustentáveis;
- Promover a discussão das relações de gênero, das minorias sexuais, étnico-raciais, geracionais, entre localidades urbanas e rurais, das relações socioambientais, de preconceito, de discriminação e das violências correlatas, visando a superar preconceitos e discriminações;
- Não promover doutrinação de qualquer tipo, que desrespeitem o caráter laico e democrático do ensino público;
- Não promover a veiculação de publicidade e difusão de marcas, produtos ou serviços comerciais

Terceiro elemento do critério de avaliação a considerar:

Coerência e adequação da abordagem teórico metodológica assumida pelo material didático, no que diz respeito à proposta didático pedagógica adotada e aos objetivos visados.

Por princípio, assegura-se na avaliação das obras didáticas, o respeito à diversidade de abordagens teórico-metodológica que caracterizam o campo da EJA. Dessa forma, o que será objeto de avaliação no livro didático é, principalmente, a *coerência e adequação teórico-metodológicas entre as concepções e fundamentos teóricos que embasam a obra e sua concretização efetiva na seleção, organização e apresentação dos conteúdos e atividades de ensino-aprendizagem.*

Por mais diversificadas que sejam as concepções e práticas de ensino e aprendizagem na EJA, propiciar ao aluno jovem, adulto e idoso da EJA a apropriação significativa do conhecimento implica optar por uma abordagem e ser coerente em relação a ela e, ao mesmo tempo, contribuir satisfatoriamente para a consecução dos objetivos propostos.

O foco da análise, portanto, será a capacidade que a obra didática tem de propor trabalho adequado no plano metodológico, isto é, a forma como os conteúdos são desenvolvidos e como as estratégias pedagógicas são concebidas e aplicadas. É importante que o autor da obra explicithe suas propostas metodológicas e, principalmente, que seja coerente com elas. Portanto, o enunciado de concepções de EJA, de conteúdos e conceitos das áreas de conhecimento, de objetivos e métodos de ensino e aprendizagem, devem ser coerentes com o que se efetiva na proposta didática da obra.

Os aspectos metodológicos considerados na avaliação são os seguintes:

- *Coerência e adequação teórico-metodológicas.* É imprescindível que, além de explicitados, os objetivos da obra sejam compatíveis e coerentes com os objetivos gerais do Ensino Fundamental e do ensino de cada área do currículo. É, igualmente, fundamental coerência entre os objetivos gerais de ensino propostos pelo autor, e os conteúdos e metodologias desenvolvidos no livro didático do aluno;

- *A articulação pedagógica* entre os conteúdos e estratégias pedagógicas de cada volume, assim como a articulação dos diferentes volumes que integram a coleção didática e desta com as orientações contidas no manual do educador é essencial para o cumprimento dos objetivos propostos para o ensino de cada área de conhecimento;

- As *estratégias teórico-metodológicas*, seja em relação às práticas do conhecimento da área, seja, em relação ao ensino e a aprendizagem, que contribuam para o desenvolvimento de competências e habilidades do pensamento autônomo e crítico (como a compreensão, a memorização, a análise, a síntese, a formulação de hipóteses adequadas ao aprendizado de diferentes objetos de conhecimento) devem estar explícitas.

As principais estratégias metodológicas são as seguintes:

- Mecanismos metodológicos apropriados para que se atinja o conhecimento em *níveis cada vez mais amplos de abstração e generalização*, e se estabeleça a percepção das relações entre esse conhecimento e as funções que ele desempenha na sociedade, sejam elas relativas ao campo científico e ao aprendizado, sejam elas relativas à vida prática. Além disso, é fundamental que a progressão e a complexização desses conteúdos e atividades sejam visíveis;

- A *linguagem* do livro deve ser flexibilizada e adequada à faixa etária correspondente aos sujeitos que buscam a EJA. O aprendizado de cada disciplina escolar está associado ao desenvolvimento da linguagem em geral e, em particular, de um vocabulário específico, relacionado ao domínio das noções e conceitos, evitando infantilização dos leitores, reducionismos e simplificações;

- As atividades devem não apenas auxiliar na realização dos objetivos, mas também estar plenamente integradas aos conteúdos, possibilitando o desenvolvimento de diferentes capacidades, estimulando a investigação científica em cada campo de conhecimento, por meio da observação, experimentação, análise, a comparação, interpretação, discussão de resultados, a síntese, registros, comunicação, a criatividade, e a avaliação. Podem conter orientação para o desenvolvimento de atividades experimentais factíveis, com resultados confiáveis e interpretação teórica correta. Podem apresentar propostas de atividades que estimulem a interação e participação da comunidade escolar, das famílias e da população em geral e, propostas de visitas a espaços que favoreçam o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem (museus, centros de ciências, universidades, centros de pesquisa e outros) e, ainda, propostas de uso de tecnologias da informação e comunicação. As do livro didático do aluno deve ser o menor número possível, restritas apenas as que o autor considere fundamentais e que estimulem o estudo pelo educando de forma autônoma e deixando para o manual do educador todas as que – com caráter de sugestões – valorizem o papel do educador como elaborador do programa a ser desenvolvido em sala e como mediador entre o aluno.

Quarto elemento do critério de avaliação a considerar

Correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos.

Correção de conceitos e informações básicas

Trata-se de um direito de todos o acesso ao conjunto de dados, informações, conceitos e conhecimentos que foram socialmente elaborados nos diferentes domínios da ciência, que não podem ser apresentados de maneira errônea ou distorcida na obra didática. O cuidado com a seleção das fontes de dados e informações, o zelo na sua apresentação, e o uso adequado dos conceitos específicos às áreas de conhecimento é indispensável na produção de uma obra didática. Principalmente, quando consideramos que os sujeitos da EJA enfrentam dificuldades no acesso a materiais escritos e, muitas vezes, o livro didático é o principal recurso disponível no espaço escolar.

Atualização em relação às ciências de referência e da pedagogia.

Os diferentes campos de conhecimento estão em processo contínuo de atualizações seja em aspectos teórico-metodológicos, na descoberta de novos objetos de investigação, ou na proposta de novas interpretações sobre os fenômenos. Estar atento às diretrizes contemporâneas para a EJA e manter-se atualizado em relação à produção da área específica de conhecimento com a qual trabalha e as suas inter-relações com os demais campos científicos são exigências prementes aos autores de obras didáticas para a EJA. Assim, apesar do reconhecimento da diversidade das opções teórico-metodológicas, e do respeito à opção adotada pelos autores, é importante que a intensa produção de conhecimento nos diferentes campos de saber e das contribuições da pesquisa em

Educação de Jovens e Adultos e as diretrizes educativas para a EJA presentes em documentos e na legislação, sejam conhecidas e consideradas como ponto de reflexão e discussão no processo de elaboração das obras didáticas para a EJA.

Quinto elemento do critério de avaliação a considerar

Existência de Guia ou Manual de Orientações Didáticas que explicita e seja coerente com a proposta didático pedagógica do material didático.

Considera-se que um dos elementos que caracteriza um material como didático é a presença de um manual, ou guia contendo orientações didáticas para o educador. Este guia ou manual de orientações didáticas deve ter como objetivo orientar os docentes para um uso adequado do material, constituindo-se, ainda, num instrumento de complementação didático-pedagógica e atualização para o docente. Neste sentido, o manual, ou guia de orientações didáticas deve organizar-se de modo a propiciar ao docente uma efetiva reflexão sobre sua prática e aos alunos uma aprendizagem significativa. Deve, ainda, colaborar para que o processo de ensino e aprendizagem acompanhe avanços recentes, tanto do campo de conhecimento abordado, da tecnologia educacional adotada, quanto da Educação de Jovens e Adultos, da pedagogia e da didática em geral. Entende-se que o educador é o mediador entre o educando e os conteúdos de aprendizagem, portanto, o manual ou guia a ele destinado deve ser um instrumento que propicie ao educador uma reflexão aprofundada sobre a opção teórico-metodológica ali presente, bem como sugira, oriente, proponha atividades a serem escolhidas e informe sobre metodologias; seja substancialmente constituído e acrescido por textos, atividades, propostas, em relação ao material, configurando-se, de fato, como um repositório importante de idéias a serem apropriadas pelos alfabetizadores de acordo com a realidade da escola e outros referenciais que o norteiam. Os guias ou manuais devem:

- explicitar os objetivos da proposta didático-pedagógica assumida pelo material e os pressupostos teórico-metodológicos assumidos;
- descrever a organização geral do material, tanto no conjunto, quanto na estruturação interna de cada um deles quando for o caso;
- relacionar a proposta didático-pedagógica ou concepção teórica do material didático aos principais documentos públicos nacionais que orientam a Educação de Jovens e Adultos e estabelecem parâmetros para o ensino dos diferentes componentes curriculares;
- discutir o uso adequado do material didático, inclusive no que se refere às estratégias e recursos de ensino a serem empregados;
- indicar as possibilidades de trabalho interdisciplinar na escola, a partir do(s) conteúdo(s) curricular(es) abordados no material didático;
- discutir diferentes formas, possibilidades, recursos e instrumentos de avaliação que o educador poderá utilizar ao longo do processo de ensino-aprendizagem;
- propiciar a reflexão sobre a prática docente, favorecendo sua análise por parte do educador e sua interação com os demais profissionais da escola;
- apresentar textos de aprofundamento e propostas de atividades complementares às do livro do aluno;
- propor formas de articulação entre as propostas e atividades do livro didático e os demais materiais didáticos distribuídos por programas oficiais, como o PNLD Dicionários, o PNLD dos Materiais Complementares e o PNBE.

Sexto elemento do critério de avaliação a considerar:

Estrutura editorial e aspectos gráficos editoriais adequados aos fins a que se propõem as obras.

A proposta didático-pedagógica de uma coleção deve traduzir-se em um projeto gráfico-editorial compatível com suas opções teórico-metodológicas, considerando-se, dentre

outros aspectos, a faixa etária e o nível de escolaridade a que se destina. Particularmente, na EJA os materiais elaborados podem apresentar projetos inovadores que promovam salto qualitativo tendo em consideração os nexos entre os aspectos gráfico-editoriais e os conteúdos de aprendizagem, de modo a potencializar a aprendizagem de jovens e adultos. Desse modo, no que se refere aos requisitos técnicos relativos ao projeto gráfico-editorial, serão considerados cinco aspectos:

- Adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico aos objetivos didático-pedagógicos da coleção;
- Respeito às convenções e normas da língua portuguesa;
- Observância de características de ergonomia visual no projeto gráfico em seus elementos tipográficos e de layout;
- Presença de elementos pós-textuais;
- Observância de critérios no uso das ilustrações.

Primeiro aspecto do critério de avaliação a considerar:

Adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico aos objetivos didático-pedagógicos da coleção.

Considerando-se a estrutura editorial serão observados:

- Critérios de organização claros, coerentes e funcionais que explicitem e traduzam elementos enunciados na proposta didático-pedagógica da coleção;
- Sumário que reflita claramente a organização dos conteúdos e atividades propostos, além de permitir a rápida localização das informações.

Segundo aspecto do critério de avaliação a considerar:

Respeito às convenções e normas da língua portuguesa.

Considerando-se a necessidade de rigoroso cumprimento das convenções e normas que disciplinam o uso da língua escrita as coleções deverão ter:

- Isenção de erros de revisão;
- isenção de erros de impressão.

Terceiro aspecto do critério de avaliação a considerar:

Observância de características de ergonomia visual no projeto gráfico em seus elementos tipográficos e de layout.

- Legibilidade do ponto de vista tipográfico quanto ao formato e tamanho da fonte; do espaçamento entre letras, palavras e linhas; do alinhamento do texto;
- Legibilidade do ponto de vista do layout envolvendo os elementos texto, ilustrações e espaços em branco de modo a integrar harmonicamente, texto principal, ilustrações, textos complementares e as várias intervenções gráficas que conduzem o leitor para dentro e para fora do texto principal. O projeto visual deve apresentar cuidados quanto ao formato, dimensões e disposição dos textos na página; uso e largura das margens e colunas; apresentação de títulos e subtítulos claramente hierarquizados por meio de recursos gráficos compatíveis; uso de contraste de cor do texto e cor de fundo; luminosidade e cor. Os textos complementares não devem prejudicar a identificação, o fluxo da leitura e o entendimento do texto principal. Também é desejável que textos mais longos sejam apresentados de forma a não desencorajar a leitura, lançando-se mão de recursos de descanso visual;
- Leiturabilidade: uso adequado dos recursos de linguagem que revelem preocupação com pontuação, tamanho das frases, tamanho dos parágrafos, uso de recursos na apresentação de informações complexas como a distribuição em tópicos, hierarquização da informação;

- Impressão que não prejudique a legibilidade no verso da página.

Quarto aspecto do critério de avaliação a considerar:

Presença de elementos pós-textuais.

- Referências bibliográficas segundo as normas da ABNT;
- Indicação de leituras complementares;
- Glossário.

Quinto aspecto do critério de avaliação a considerar:

Observância de critérios no uso das ilustrações.

- As ilustrações devem explorar ao máximo as várias funções que as imagens podem exercer no processo educativo, e não somente o papel estético ou reforçador do texto principal;
- as ilustrações devem reproduzir adequadamente a diversidade étnica da população brasileira, a pluralidade social e cultural do país, não expressando, induzindo ou reforçando preconceitos e estereótipos;
- as ilustrações devem ser adequadas à finalidade para as quais foram elaboradas e, dependendo do objetivo, sejam claras, precisas, de fácil compreensão, podendo, no entanto, também intrigar, problematizar, convidar a pensar, despertar a curiosidade, motivar, facilitar e até substituir a verbalização, comprovar, explicar, informar, e contribuir para o equilíbrio estético da página;
- as ilustrações de caráter científico devem indicar a escala adequada dos fenômenos representados;
- os mapas devem ter legenda dentro das convenções cartográficas, que indiquem orientação e escala e apresentem limites definidos, e orientação para o uso adequado dos pontos cardeais e colaterais, a partir da Rosa dos Ventos colocada ao lado dos mapas e figuras;
- todas as ilustrações devem estar acompanhadas dos respectivos créditos, locais de custódia e de informações a respeito das técnicas utilizadas para sua elaboração, assim como os gráficos e tabelas contenham os títulos, fonte e datas;
- legendas sintéticas, com cores definidas, evitando o excesso da informação a ser identificada e localizada na ilustração, imagem ou mapa.

4. COMPONENTES CURRICULARES DO ENSINO FUNDAMENTAL – VOLUME(S) DESTINADO(S) AO ENSINO FUNDAMENTAL NA MODALIDADE EJA

4.1. Componentes Curriculares dos anos iniciais do Ensino Fundamental na modalidade EJA - 1º, 2º, 3º e 4º e 5º anos

4.1.1. Componentes curriculares Letramento e Alfabetização Linguística; e Alfabetização Matemática

4.1.1.1. Princípios e critérios de avaliação para os componentes curriculares Alfabetização Linguística

As obras didáticas devem favorecer o processo de alfabetização e a promoção do letramento na perspectiva da formação de sujeitos autônomos e críticos, ou seja, de leitores e escritores capazes de participar dos diferentes eventos e práticas de letramento na sociedade. Dessa forma, entende-se que as obras didáticas destinadas a apoiar o processo de alfabetização do aluno jovem e adulto precisam assegurar, simultaneamente, o domínio da escrita alfabética e a ampliação das capacidades que permitem ao alfabetizando participar de práticas letradas. Considera-se que os livros de alfabetização devem promover tratamento adequado à apropriação do sistema alfabético, zelar pela qualidade do repertório de textos oferecidos para a leitura, e pelas situações voltadas ao desenvolvimento da proficiência leitura e na produção de textos orais e escritos.

4.1.1.2. Critérios específicos eliminatórios para o componente curricular alfabetização linguística

Serão considerados na avaliação das obras didáticas aspectos relativos à:

- (1) Aprendizagem do sistema da escrita alfabética;
- (2) Natureza do material textual;
- (3) Práticas de leitura;
- (4) Produção de textos escritos;
- (5) Práticas orais.

Aspectos relativos ao aprendizado do sistema alfabético da escrita

Embora a notação alfabética constitua em si um objeto de conhecimento, para que sua aprendizagem seja significativa para o alfabetizando, é desejável que as atividades de apropriação do sistema de escrita sejam apresentadas de forma articuladas às atividades de leitura e produção de textos. Assim, a concepção de alfabetização da obra didática não deve ser pautada basicamente na codificação e decodificação de palavras e de frases descontextualizadas. Dessa forma considera-se importante que a obra apresente:

(1) articulação entre as atividades de apropriação do sistema alfabético de escrita e as de leitura e produção de textos de modo a favorecer a formação de sujeitos autônomos e críticos, e que contemplem temáticas que estão na ordem do dia, tais como a imagem de afrodescendentes e a situação de sociedades indígenas; a imagem da mulher na sociedade; o cuidado com o meio ambiente; a articulação dos conhecimentos de Língua Portuguesa e de Matemática, dentre outras;

(2) atividades para a apropriação do sistema alfabético devem motivadoras e que estimulam a construção de hipóteses sobre a escrita. Também devem promover a familiarização com as letras do alfabeto, a leitura e a produção de palavras estáveis e a contagem e a comparação das palavras quanto às unidades menores, sem/com o estabelecimento das correspondências gráficas. As atividades oferecidas também devem promover a comparação de palavras quanto às semelhanças e às diferenças sonoras, sem/com correspondência gráfica, além de promover a apropriação das correspondências entre as letras e os fonemas. Valoriza-se a presença de atividades que promovem a reflexão sobre a dimensão ortográfica de nossa escrita.

Aspectos relativos à natureza do material textual

O conjunto de textos de um livro didático é um instrumento privilegiado de que os alfabetizando dispõem para ter acesso aos materiais usados em práticas letradas. Ante essa importância – que ganha significado especial nas comunidades mais carentes e afastadas – é desejável que o livro de alfabetização ofereça ao aprendiz uma amostra representativa dos diversos gêneros e tipos de textos, que circulam em diferentes esferas ou contextos de nossa sociedade. Mesmo reconhecendo que se trata de um livro de alfabetização, é necessário garantir a qualidade dos textos apresentados e a presença de textos literários, que assegurem também uma dimensão estética às práticas de leitura vivenciadas pelos alfabetizando. Sempre que possível, é desejável que os textos inseridos no livro sejam autênticos e integrais e que, quando usados textos adaptados ou com recortes, seja mantida a unidade de sentido do que o alfabetizando irá ler. Obviamente, os textos oferecidos devem ser adequados à faixa etária e ao universo de interesses dos alfabetizando que freqüentam o Programa Brasil Alfabetizado. Assim, considera-se importante que a obra apresente:

- (1) Diversidade de gêneros e tipos textuais, provenientes de diferentes contextos sociais;
- (2) Textos de natureza literária que assegurem uma dimensão estética às práticas de leitura;
- (3) Textos preferencialmente autênticos e integrais, e quando adaptados ou com recortes, mantenham características que assegurem sua unidade de sentido;
- (4) Indicações completas das fontes de onde foram extraídos os textos, e preferencialmente, informações acerca do autor e do contexto em foram produzidos;

(5) Gêneros e tipos textuais adequados à faixa etária dos sujeitos da EJA, que estimulem o interesse e instiguem à leitura.

Aspectos relativos à leitura

Numa perspectiva sociointeracionista, ler consiste em construir significados, interagindo com as intenções e recursos linguísticos adotados pelos autores dos textos que queremos ou somos chamados a conhecer. A compreensão de leitura adquire, então, um sentido complexo e seu ensino implica uma série de cuidados, que visam a auxiliar o aprendiz a acionar seus conhecimentos prévios e desenvolver estratégias para estabelecer uma interlocução com os significados permitidos pelo texto.

Para tanto, é desejável que, antes das atividades de leitura, sejam apresentadas ao alfabetizando informações sobre o contexto de produção (época, lugar, autor, finalidades) do texto em foco, bem como se explicitem as finalidades da leitura que está sendo praticada. Além de indicar qual gênero textual estará sendo lido, é importante que o livro promova a reflexão sobre as características do gênero textual em pauta.

Assim consideramos que a obra didática, no que diz respeito às atividades de leitura, deve:

- (1) oferecer informações sobre o contexto em que os textos são produzidos;
- (2) explicitar os gêneros e tipos textuais a serem lidos;
- (3) orientar as finalidades de leitura e propor reflexões sobre as características dos gêneros textuais apresentados.

No que concerne ao desenvolvimento da compreensão leitora, julgamos necessário que as atividades ou exercícios propostos ao alfabetizando promovam o desenvolvimento de estratégias diversificadas, que envolvam as capacidades de:

- (1) antecipar sentidos e hipóteses a partir de alguns indicadores do texto e ativar conhecimentos prévios que auxiliem na compreensão;
- (2) localizar informações apresentadas explicitamente no texto (em especial, por se tratar de uma etapa inicial de aprendizado da leitura e, conseqüentemente, de criação de automatismos no processamento de correspondências som-grafia);
- (3) identificar o tema, a “mensagem”, o ponto de vista defendido ou as idéias centrais do texto, de modo a apreender os sentidos gerais do mesmo;
- (4) elaborar inferências, valendo-se de seus conhecimentos de mundo e preenchendo lacunas entre partes do texto, com base na interpretação das pistas linguísticas oferecidas pelo autor;
- (5) interpretar o significado de frases, expressões e palavras, considerando o contexto em que foram usadas;
- (6) estabelecer relações entre textos diferentes, comparando-os quanto aos seus conteúdos e formas composicionais.

Aspectos relativos à produção textual

No que se refere ao desenvolvimento e da proficiência para produzir textos escritos precisamos estar atentos para a quantidade e diversidade de gêneros textuais que os alfabetizados serão convidados a escrever. Evitando situações de produção descontextualizada, com a perspectiva restritiva de lição ou mera tarefa escolar é recomendável que a obra didática adote cuidados nos textos que formam os comandos para atividades de produção de textos.

Como os gêneros são instituições e suas formas composicionais tornam-se relativamente estáveis ao longo da história, é importante que o alfabetizando tenha contato com bons modelos de cada gênero que é convidado a produzir e que a reflexão sobre as propriedades dos mesmos precedam a escrita em si. O livro também precisa assegurar a vivência da escrita como um processo, o que implica planejar, revisar e reescrever o já escrito, atentando, inclusive, para convencionais da notação escrita e da norma de prestígio.

Assim consideramos que a obra didática, no que diz respeito às atividades de produção textual, deve:

- (1) apresentar uma quantidade suficiente de atividades de produção de textos para o desenvolvimento das competências / habilidades de escrita;
- (2) apresentar clareza na redação dos comandos para as atividades de produção de textos, indicando e assegurando diversidade de destinatários e finalidades para a escrita dos textos;
- (3) indicar e proporcionar uma diversidade de gêneros textuais a serem produzidos pelos alunos;
- (4) propor reflexão sobre os gêneros textuais indicados nas atividades de produção de textos em atividades anteriores à escrita;
- (5) trazer orientações quanto ao planejamento, a revisão e reescrita dos textos;
- (6) propor atividades de reflexão sobre pontuação, concordância e paragrafação.

Aspectos relativos à oralidade

Considera-se que o estímulo à conversa em sala de aula é fundamental para que os jovens e adultos e idosos da EJA possam, a cada dia, socializar suas experiências e resgatar/compartilhar os conhecimentos que acumularam em suas trajetórias individuais. Ao lado desse princípio geral, o livro didático deve ter o cuidado de garantir uma diversidade nos gêneros orais que os alfabetizados são convidados a praticar, contemplando, inclusive, atividades mais formais e públicas de uso da fala, que exigem o planejamento e a reelaboração do discurso.

O espaço de práticas orais também deve oportunizar a reflexão sobre a heterogeneidade das realizações da língua em função de fatores distintos (região, grupo sociocultural, geração, sexo, época etc.), o que contribui para o combate a preconceitos linguísticos. É importante, também, auxiliar o alfabetizado a refletir sobre as relações entre fala e escrita, observando semelhanças e diferenças entre gêneros orais e escritos, constatando, por exemplo, que, enquanto a fala revela variações na pronúncia, a escrita tem uma notação unificada.

Assim considera-se que a obra didática, no que diz respeito às práticas de oralidade, deve:

- (1) estimular situações de diálogo em sala de aula articuladas à realização das atividades propostas;
- (2) apresentar propostas de atividades diversificadas quanto aos gêneros orais;
- (3) contemplar atividades de uso da linguagem oral em situações mais formais;
- (4) promover a reflexão sobre as variações linguísticas;
- (5) promover a reflexão sobre as relações entre fala e escrita (semelhanças e diferenças entre gêneros orais e escritos; variações de pronúncia X notação escrita unificada).

4.1.1.3. Princípios e critérios de avaliação para o componente curricular Alfabetização Matemática

O ensino de Matemática das séries iniciais está, atualmente, organizado em torno de quatro eixos: números e operações, geometria, grandezas e medidas e tratamento da informação. Em uma proposta de ensino de Matemática, é importante que os quatro eixos sejam trabalhados e que as atividades propostas busquem articular os eixos entre si e com outras áreas do conhecimento.

Além da articulação entre conteúdos matemáticos e de outras naturezas, é preciso equilibrar discussões referentes à compreensão conceitual, aos procedimentos próprios e aos algoritmos formais. Esse equilíbrio, ou sua ausência denota o que se valoriza como conhecimento matemático, ou seja, se o mais importante é o aprendizado de regras e procedimentos convencionais, ou se são igualmente importantes procedimentos próprios, que são desenvolvidos dentro e fora da sala de aula.

Desafiar os alfabetizados a “matematizarem” situações diversas, como aquelas vivenciadas em seus cotidianos, é outro aspecto que deve ser priorizado na educação do jovem, adulto e idoso. A preocupação em envolver essas aprendizagens em atividades significativas e desafiadoras denota a perspectiva de ensino da Matemática, que reconhece a capacidade de aprendizado e desenvolvimento do estudante dessa modalidade de ensino.

Deve-se reconhecer que os alfabetizados possuem uma rica bagagem de conhecimentos, desenvolvida a partir de suas atividades profissionais e outras práticas sociais. No trabalho e outras esferas de convivência social do jovem e do adulto, fazem-se presentes: números naturais e racionais com diferentes usos e significados, operações com esses números, grandezas de naturezas diversas e medidas dessas grandezas, conhecimentos geométricos diversificados e formas de coleta, organização e registro de informações. É importante, portanto, que os alunos dessa modalidade de escolarização sejam capazes de reconhecer a potencialidade desses conhecimentos e a necessidade de inscrevê-los em um conjunto mais sistematizado e amplo de saberes.

É preciso considerar que, fora da escola, há um rico desenvolvimento de conhecimentos matemáticos e que as relações e propriedades de conceitos matemáticos são as mesmas, dentro e fora do ambiente de aprendizagem. O que varia são os contextos e situações e, por vezes, formas de representação simbólica. A matemática do dia-a-dia é de cunho predominantemente prático e, em alguns casos, utilizam-se mais representações orais que representações escritas. Cabe, então, ao alfabetizador a explicitação do que há em comum entre a matemática do dia-a-dia e a matemática de dentro do ambiente de aprendizagem. A discussão em sala de aula desses aspectos pode propiciar o reconhecimento, por parte do alfabetizado, de que ele já desenvolveu rico conhecimento matemático, mas que, na turma, pode aprender ainda mais sobre como lidar matematicamente com o mundo físico e social que o cerca.

Deve-se considerar, também, que a Matemática é desenvolvida fora do ambiente de aprendizagem com diferentes particularidades por distintos grupos sociais. É necessário reconhecer que, em atividades profissionais, sociais, e culturais diversas, desenvolvem-se formas de pensar e fazer Matemática diferenciadas, mas que possuem elementos comuns, tornando essa Matemática mais ampla e universalizada.

Aspectos relativos aos números e suas operações

Neste eixo, o livro didático precisa auxiliar o alfabetizado a reconhecer as diferentes funções e significados dos números naturais e racionais na quantificação, no rótulo ou identificação, na ordenação e na medição. Identificar situações é uma excelente forma de se iniciar a discussão em Matemática. Essa prática permitirá que os alfabetizados percebam, por exemplo, que a idade deles é um número com a função de quantificação, que o número da casa e do telefone são identificações, que os resultados dos campeonatos são expressos em números ordenados e que líquidos são acondicionados em recipientes em função de suas medidas.

É importante, no trabalho com jovens, adultos e idosos, reconhecer que eles utilizam os números de diversas ordens em seu cotidiano, evitando a idéia de que esse alfabetizado, só em ambientes de aprendizagem, está iniciando o seu contato com os números e limitando o trabalho a números menores.

Cabe, então, ao alfabetizador e ao livro didático, explicitar os princípios do nosso sistema numérico, de modo a ampliar a compreensão dos alfabetizados a respeito dos números.

Os números racionais também devem estar presentes nos livros destinados à alfabetização, pois se fazem presentes, em suas diferentes formas (fração ordinária, decimais, porcentagem, razão, etc.) no dia-a-dia do jovem e adulto.

Os significados diversificados das operações aritméticas também devem propiciar a ampliação do conhecimento que os alfabetizados já possuem. A resolução de problemas deve ser o ponto de partida do aprendizado, por meio de situações significativas, que motivem os alfabetizados a buscarem soluções adequadas. A diversidade na forma de resolver problemas (por meio de heurísticas, algoritmos, cálculo mental, estimativas e arredondamentos) deve ser estimulada na turma de alfabetização, reconhecendo formas de

cálculo anteriormente desenvolvidas e introduzindo outras possíveis. De modo particular, a calculadora deve ser considerada como um valioso instrumento, tanto com a função de auxiliar na realização de cálculos em problemas, quanto elemento facilitador da compreensão do nosso sistema de numeração. O livro didático não deve ignorar que a calculadora é um artefato utilizado cotidianamente por esses alfabetizandos.

4.1.1.4. Critérios específicos eliminatórios para o componente curricular Alfabetização Matemática

Espera-se que a obra didática:

- (1) Estimule a reflexão sobre os princípios do sistema numérico decimal;
- (2) Proponha o uso de diferentes significados de números naturais;
- (3) Possibilite o uso de diferentes significados e representações de números racionais;
- (4) Apresente proposições diversificadas de problemas de estrutura aditiva;
- (5) Apresente diversificados problemas de estrutura multiplicativa;
- (6) Contemple o uso de diversificadas estratégias de cálculo (heurística, algoritmo, cálculo mental, estimativa, arredondamento, uso da calculadora, etc).

Aspectos relativos à Geometria

O trabalho com a geometria na alfabetização de jovens a adultos deve ir bem além do simples reconhecimento de figuras geométricas; faz-se necessário estimular o desenvolvimento de um pensar geométrico. Para tanto é importante que os livros didáticos invistam na manipulação das figuras geométricas, contemplando simetrias, ampliações e reduções, dentre outras. Em sua vida cidadã, o alfabetizando se vê confrontado com diversas formas espaciais, ao mesmo tempo em que, muitas vezes, é chamado a representá-las no plano. É preciso, portanto, que um trabalho efetivo seja realizado no sentido de levá-lo a identificar idéias contidas nessa passagem e, conseqüentemente, a compreender as propriedades envolvidas na figura.

Um outro aspecto considerado na análise das propostas matemáticas contidas nos livros diz respeito à compreensão das representações de movimentações e localizações (como as expressas em mapas e plantas baixas). O estudo refletido desse aspecto permitirá ao alfabetizando o enriquecimento de sua leitura de mundo.

Desse modo, espera-se que a obra didática:

- (1) Estimule a compreensão de transformações geométricas (translação, reflexão, rotação, ampliação, redução);
- (2) Trabalhe representações geométricas bi e tridimensionais;
- (3) Explore a interpretação e representação de localizações e movimentações;
- (4) Favoreça a identificação de figuras planas e sólidos por meio de suas propriedades.

Aspectos relativos às grandezas e suas medidas

O estudo das grandezas e medidas deve levar em consideração que o jovem e adulto reconhece e trabalha com elas em seu dia-a-dia. Nesses momentos, ele é levado a comparar e medir áreas, comprimentos, volumes, etc., além de outras grandezas ainda pouco contempladas na escola, tais como velocidade, densidades e aquelas bastante presentes no mundo moderno, como, por exemplo, memória de computadores e velocidade de processadores. É desejável, portanto, que o livro didático leve esse alfabetizando a reconhecer aquilo que ele realiza em sua prática social, dentro do corpo sistematizado de conhecimentos matemáticos.

Para tanto, um aspecto fundamental a ser considerado é reconhecer a diferenciação entre o elemento, a grandeza associada a ele e a medida dessa grandeza. Por exemplo, diferenciar o piso de um cômodo, da grandeza área associada a esse piso, do número positivo que expressa a medição dessa área. É preciso, ainda, promover, no alfabetizando, a compreensão de que esse número produzido pela medida é função da unidade de medida padronizada (como metro, litro e grama) ou não-padronizada (como palmo, copo e

pitada), bem como o estabelecimento de relações entre as unidades mais usuais. A estimativa de medidas em que se antecipam valores antes da medição e o uso de instrumentos diversificados de medidas, também, devem ser estimulados nas turmas de alfabetização.

Espera-se que a obra didática em relação às grandezas (comprimento, área, volume, tempo, temperatura, massa, monetária etc) estimule:

- (1) A diferenciação entre a grandeza e a sua medida;
- (2) A comparação de grandezas de mesma natureza;
- (3) O estabelecimento e adequação de diferentes unidades (convencionais e não-convencionais) de medida;
- (4) O estabelecimento das relações entre unidades de medidas;
- (5) O uso de instrumentos diversificados de medida;
- (6) A estimativa de medidas.

Aspectos relativos ao tratamento da informação

No mundo atual, o tratamento da informação é imprescindível e não se podem excluir jovens, adultos e idosos, que retornam às atividades de ensino-aprendizagem que envolvem, coleta, classificação, organização e representação de dados. A interpretação e produção de dados em forma de listas, tabelas e gráficos são atividades nas quais os livros didáticos precisam engajar o alfabetizando, de modo a possibilitar a sua compreensão de informações veiculadas, principalmente, na mídia.

Enfatizamos por fim, que os componentes curriculares do ensino de Matemática devem ser abordados na alfabetização a partir da exploração de situações cotidianas do jovem e adulto, tais como: as informações contidas em documentos pessoais (como Certidão de Nascimento, RG, CPF, etc); cálculos envolvidos em situações de compra e venda; levantamento de itens e valores de cestas básicas; uso de moedas e cédulas em compras à vista e a prazo; consumos de água e luz; interpretação de extratos bancários; leitura e traçado de itinerários, de mapas e plantas baixas; medidas de terrenos e construções; planejamento e organização de eventos, dentre diversas outras situações.

Dessa forma, em relação ao tratamento da informação, espera-se que a obra didática:

- (1) Estimule a coleta e classificação de dados em diferentes fontes de informação;
- (2) Proponha a organização e representação de dados em diferentes formas (listas, tabelas, gráficos etc);
- (3) Incentive a interpretação de tabelas e gráficos;
- (4) Explore o conceito de média aritmética.

4.1.2. Componente curricular Língua Portuguesa

4.1.2.1. Princípios e critérios de avaliação para o componente curricular Língua Portuguesa

Considerando-se as demandas de comunicação linguística inerentes à vida em sociedade, assim como as recomendações expressas por diretrizes, orientações e parâmetros curriculares oficiais, o ensino de língua materna, nos primeiros anos do Ensino Fundamental, deve organizar-se de forma a garantir ao aluno:

1. desenvolvimento da linguagem oral e a apropriação e o desenvolvimento da linguagem escrita, especialmente no que diz respeito a demandas básicas oriundas seja de situações e instâncias públicas e formais de uso da língua, seja do próprio processo de ensino-aprendizagem escolar;
2. pleno acesso ao mundo da escrita e, portanto, o domínio da escrita alfabética e a proficiência em leitura e escrita, no que diz respeito a gêneros discursivos e tipos de texto representativos das principais funções da escrita em diferentes esferas de atividade social; a fruição estética e a apreciação crítica da produção literária associada à língua portuguesa, em especial a da literatura brasileira; o desenvolvimento de atitudes,

competências e habilidades envolvidas na compreensão da variação linguística e no convívio democrático com a diversidade dialetal, de forma a evitar o preconceito e valorizar as diferentes possibilidades de expressão linguística; o domínio das normas urbanas de prestígio¹, especialmente em sua modalidade escrita, mas também nas situações orais públicas em que seu uso é socialmente requerido; a práticas de análise e reflexão sobre a língua, na medida em que se revelarem pertinentes, seja para a (re)construção dos sentidos de textos, seja para a compreensão do funcionamento da língua e da linguagem.

Portanto, as atividades de leitura e compreensão, de produção escrita e de produção e compreensão oral, em situações contextualizadas de uso, devem ser prioritárias no ensino-aprendizagem desses anos de escolarização — e, por conseguinte, na proposta pedagógica dos livros didáticos de Português (LDPs) a eles destinados. Por outro lado, as práticas de reflexão, assim como a construção correlata de conhecimentos linguísticos e a descrição gramatical, devem justificar-se por sua funcionalidade, exercendo-se, sempre, com base em textos produzidos em condições sociais efetivas de uso da língua, e não em situações didáticas artificialmente criadas.

Neste quadro geral, é preciso atentar para as especificidades de um adequado processo de alfabetização, na medida em que ele se constitui como condição fundamental para o desenvolvimento da autonomia nos estudos e para o sucesso de todo o ensino-aprendizagem escolar. Neste sentido, recomenda-se que as coleções destinadas ao primeiro segmento do Ensino Fundamental organizem-se de forma a garantir que os volumes dirigidos para a etapa de EJA que correspondem ao terceiro, o quarto e o quinto anos constituam-se como propostas de consolidação e aprofundamento dos processos de letramento, de alfabetização e de desenvolvimento de competências e habilidades necessárias aos níveis gradativamente superiores de proficiência oral e escrita pressupostos em cada um desses anos de escolarização. Critérios eliminatórios específicos para o componente curricular Língua Portuguesa

4.1.2.2. Critérios específicos eliminatórios para o componente curricular Língua Portuguesa

Considerando-se os princípios acima enunciados, serão excluídas as coleções de Língua Portuguesa cujas análises manifestarem, em um ou mais de seus componentes, incompatibilidade com os critérios a seguir explicitados.

Relativos à natureza do material textual

O conjunto de textos que um LDP oferece para o ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa deve justificar-se pela qualidade da experiência de leitura que possa propiciar ao aluno, contribuindo para a sua formação como leitor proficiente, inclusive como leitor literário. Uma coletânea deve, portanto:

- (1) estar isenta tanto de fragmentos sem unidade de sentido quanto de pseudotextos, redigidos com propósitos exclusivamente didáticos;
- (2) ser representativa da heterogeneidade própria da cultura da escrita — inclusive no que diz respeito a autoria, a registros, estilos e variedades (sociais e regionais) linguísticas do Português, de forma a permitir ao aluno a percepção de semelhanças e diferenças entre tipos de textos e gêneros diversos, pertencentes a esferas socialmente mais significativas de uso da linguagem;
- (3) ser adequada do ponto de vista da extensão, da temática e da complexidade linguística ao nível de escolarização em jogo;
- (4) incluir, de forma significativa e equilibrada, em relação aos demais, textos da tradição literária de língua portuguesa (especialmente os da literatura brasileira);

¹ Em substituição à expressão “norma culta”, normas urbanas de prestígio é um termo técnico recente, introduzido para designar os falares urbanos que, numa comunidade linguística como a dos falantes do português do Brasil, desfrutam de maior prestígio político, social e cultural e, por isso mesmo, estão mais associados à escrita, à tradição literária e a instituições como o Estado, a Escola, as Igrejas e a Imprensa.

(5) incentivar educadores e alunos a buscarem textos e informações fora dos limites do próprio livro didático.

Relativos ao trabalho com o texto

No trabalho com o texto, em qualquer de suas dimensões (leitura e compreensão, produção de textos orais e escritos, construção de conhecimentos linguísticos), é fundamental a diversidade de estratégias, assim como a articulação entre os vários aspectos envolvidos, de forma a garantir a progressão nos estudos. Além desses, em cada um dos componentes de Língua Portuguesa outros critérios afiguram-se fundamentais para garantir à coleção um desempenho ao menos satisfatório, em termos metodológicos.

Relativos à Leitura

As atividades de compreensão e interpretação do texto têm como objetivo final a formação do leitor (inclusive a do leitor literário) e o desenvolvimento da proficiência em leitura. Portanto, só podem constituir-se como tais na medida em que:

- (1) encararem a leitura como uma situação de interlocução leitor/autor/texto socialmente contextualizada;
- (2) respeitarem as convenções e os modos de ler próprios dos diferentes gêneros, tanto literários quanto não literários;
- (3) desenvolverem estratégias e capacidades de leitura, tanto as relacionadas aos gêneros propostos, quanto as inerentes ao nível de proficiência que se pretende levar o aluno a atingir.

Produção de textos escritos

As propostas de produção escrita devem visar à formação do produtor de texto e, portanto, ao desenvolvimento da proficiência em escrita. Neste sentido, não podem deixar de:

- (1) considerar a escrita como uma prática socialmente situada, propondo ao aluno, portanto, condições plausíveis de produção do texto;
- (2) abordar a escrita como processo, de forma a ensinar explicitamente os procedimentos envolvidos no planejamento, na produção, na revisão e na reescrita dos textos;
- (3) explorar a produção de gêneros ao mesmo tempo diversos e pertinentes para a consecução dos objetivos estabelecidos pelo nível de ensino visado;
- (4) desenvolver as estratégias de produção relacionadas tanto ao gênero proposto quanto ao grau de proficiência que se pretende levar o aluno a atingir.

Relativos ao trabalho com a oralidade

A linguagem oral, que o aluno chega à escola dominando satisfatoriamente, no que diz respeito a demandas de seu convívio social imediato, é o instrumento por meio do qual se efetivam tanto a interação educador-aluno quanto o processo de ensino-aprendizagem. Será com o apoio dessa experiência prévia que o aprendiz não só desvendará o funcionamento da língua escrita como estenderá o domínio da fala para novas situações e contextos, inclusive no que diz respeito a situações escolares como as exposições orais e os seminários. Assim, caberá ao LDP, no que diz respeito a esse quesito:

- (1) recorrer à oralidade nas estratégias didáticas de abordagem da leitura e da produção de textos;
- (2) valorizar e efetivamente trabalhar a variação e a heterogeneidade linguísticas, situando neste contexto sociolinguístico o ensino das normas urbanas de prestígio;
- (3) propiciar o desenvolvimento das capacidades e formas discursivas relacionadas aos usos da linguagem oral próprios das situações formais e/ou públicas pertinentes ao nível de ensino em foco.

Relativos ao trabalho com os conhecimentos linguísticos

O trabalho com os conhecimentos linguísticos objetiva levar o aluno a refletir sobre aspectos da língua e da linguagem relevantes para o desenvolvimento tanto da proficiência

oral e escrita quanto da capacidade de analisar fatos de língua e de linguagem. Por isso mesmo, seus conteúdos e atividades devem:

(1) abordar os diferentes tipos de conhecimentos linguísticos em situações de uso, articulando-os com a leitura, a produção de textos e o exercício da linguagem oral;

(2) considerar e respeitar as variedades regionais e sociais da língua, promovendo o estudo das normas urbanas de prestígio neste contexto sociolinguístico;

(3) estimular a reflexão e propiciar a construção dos conceitos abordados.

4.1.3. Componente curricular Arte

4.1.3.1. Princípios e critérios de avaliação para o componente curricular Arte

A atual legislação educacional brasileira reconhece a importância da Arte na formação e desenvolvimento de pessoas jovens, adultas e idosas, incluindo-a como componente curricular obrigatório da educação básica, também na modalidade EJA. No Ensino Fundamental a Arte passa a vigorar como área de conhecimento e trabalho com as várias linguagens e visa à formação artística e estética dos alunos. A área de Arte, assim constituída, refere-se às linguagens artísticas, como as Artes Visuais, a Música, o Teatro e a Dança. A área de Arte que se está delineando neste documento visa a destacar os aspectos essenciais da criação e percepção estética dos alunos e o modo de tratar a apropriação de conteúdos imprescindíveis para a cultura do cidadão contemporâneo. As oportunidades de aprendizagem de Arte, dentro e fora da escola, mobilizam a expressão e a comunicação pessoal e ampliam a formação do estudante como cidadão, principalmente por intensificar as relações dos indivíduos tanto com seu mundo interior como com o exterior. Em particular, para os alunos da EJA, muitos deles envolvidos em processos culturais ricos e diversificados, como produtores, como apreciadores e difusores de cultura o ensino e as práticas educativas relacionadas a Arte ganham relevância singular para a identidade desses alunos.

Entende-se que o educando desenvolve sua cultura de arte fazendo, conhecendo e apreciando produções artísticas, das mais diversas fontes e proveniências, que são ações que integram o perceber, o pensar, o aprender, o recordar, o imaginar, o sentir, o expressar, o comunicar. A realização de trabalhos pessoais, assim como a apreciação de seus trabalhos, os dos colegas e a produção de artistas, se dá mediante a elaboração de idéias, sensações, hipóteses e esquemas pessoais que o aluno vai estruturando e transformando, ao interagir com os diversos conteúdos de Arte manifestados nesse processo dialógico.

Produzindo trabalhos artísticos e conhecendo essa produção nas outras culturas, o aluno da EJA poderá compreender a diversidade de valores que orientam tanto seus modos de pensar e agir como os da sociedade. Trata-se de criar um campo de sentido para a valorização do que lhe é próprio e favorecer o entendimento da riqueza e diversidade da imaginação humana, incluindo nela suas próprias vivências e bagagem cultural. Além disso, os alunos tornam-se capazes de perceber sua realidade cotidiana mais vivamente, reconhecendo e decodificando formas, sons, gestos, movimentos que estão à sua volta, e que tecem a rede de conhecimentos e relações sociais que formam os saberes adquiridos ao longo da vida. O exercício de uma percepção crítica das transformações que ocorrem na natureza e na cultura pode criar condições para que os alunos da EJA percebam o seu comprometimento na manutenção de uma qualidade de vida melhor, e a necessidade de valorização do seu entorno cultural.

A dimensão social das manifestações artísticas revela modos de perceber, sentir e articular significados e valores que orientam os diferentes tipos de relações entre os indivíduos na sociedade. A Arte estimula o aluno a perceber, compreender e relacionar tais significados sociais. Essa forma de compreensão da Arte inclui modos de interação como a empatia e se concretiza em múltiplas sínteses. O conhecimento da Arte abre perspectivas para que o aluno tenha uma compreensão do mundo na qual a dimensão poética esteja presente: a Arte ensina que nossas experiências geram um movimento de transformação permanente, que é preciso reordenar referências a cada momento, ser flexível. Isso significa que criar e conhecer são indissociáveis e a flexibilidade é condição fundamental para aprender.

Ao ter oportunidade de desenvolver aprendizagens relacionadas a Arte na escola, o educando de EJA poderá integrar os múltiplos sentidos presentes na dimensão do concreto e do virtual, do sonho e da realidade. Tal integração é fundamental na construção da identidade e da consciência do jovem, da recuperação de sentidos e significâncias para adultos e idosos que poderão assim compreender melhor sua inserção e participação na sociedade.

4.1.3.2. Critérios específicos eliminatórios para o componente curricular Arte

Além dos critérios eliminatórios comuns, para o componente curricular Arte será observado se a coleção possibilita ao aluno de EJA:

- (1) Experimentar e explorar as possibilidades de diferentes linguagens artísticas;
- (2) Compreender e utilizar a Arte como linguagem, mantendo uma atitude de busca pessoal e/ou coletiva, articulando a percepção, a imaginação, a emoção, a investigação, a sensibilidade e a reflexão ao realizar e fruir produções artísticas;
- (3) Experimentar e conhecer materiais, instrumentos e procedimentos artísticos diversos em Arte (artes visuais, dança, música, teatro, arte digital), de modo a identificá-los e interpretá-los na apreciação e contextualizá-los culturalmente;
- (4) Construir uma relação de autoconfiança com a produção artística pessoal e o conhecimento estético, respeitando a própria produção e a dos colegas, sabendo receber e elaborar críticas;
- (5) Identificar, relacionar e compreender a Arte como fato histórico contextualizado nas diversas culturas, conhecendo, respeitando e podendo observar as produções presentes no entorno, assim como as demais do patrimônio cultural e do universo cultural e natural, identificando a existência de diferenças nos padrões artísticos e estéticos de diferentes grupos;
- (6) Observar as relações entre a Arte e a leitura da realidade, refletindo, investigando, indagando, com interesse e curiosidade, exercitando a discussão, a sensibilidade, argumentando e apreciando as artes de modo sensível;
- (7) Identificar, relacionar e compreender os diferentes âmbitos da Arte, do trabalho e da produção dos artistas;
- (8) Identificar, investigar e organizar informações sobre a Arte, reconhecendo e compreendendo a variedade dos produtos artísticos e concepções estéticas presentes na história das diferentes culturas e etnias;
- (9) Pesquisar e saber organizar informações sobre artes em contato com artistas, obras de artes, fontes de comunicação e informação;
- (10) Utilizar os conhecimentos sobre a relação artes e realidade para analisar formas de organização de mundo e de identidades;
- (11) Analisar criticamente as diversas produções artísticas como meio de explicar diferentes culturas, padrões de beleza e preconceitos artísticos;
- (12) Reconhecer o valor da diversidade artística e das inter-relações de elementos que se apresentam nas manifestações de vários grupos sociais e étnicos.

4.1.4. Componente curricular Matemática

4.1.4.1. Princípios e critérios de avaliação para o componente curricular Matemática

As coleções didáticas de Matemática devem capacitar os alunos para:

- usar com autonomia o raciocínio matemático, para a compreensão do mundo que nos cerca;
- raciocinar, fazer abstrações com base em situações concretas, generalizar, organizar e representar;
- planejar ações e projetar soluções para problemas novos, que exigem iniciativa e criatividade;

- resolver problemas, criando estratégias próprias para sua resolução, ou utilizando estratégias convencionais, desenvolvendo a imaginação e a criatividade;
- compreender e transmitir idéias matemáticas, por escrito ou oralmente, desenvolvendo a capacidade de argumentação;
- estabelecer relações entre os campos da Matemática e entre estes e outros campos do saber; · relacionar conceitos e estratégias de diferentes campos matemáticos, sendo capaz de identificar diferentes formas ou abordagens para resolver problemas;
- interpretar matematicamente situações do dia-a-dia, e também do mundo tecnológico e científico;
- avaliar se resultados obtidos na solução de situações-problema são ou não razoáveis;
- fazer estimativas mentais de resultados ou cálculos aproximados;
- utilizar as novas tecnologias da informação e da comunicação.

Estes objetivos devem servir de orientação para todo o processo de ensino e aprendizagem da Matemática, desde os primeiros passos da escolaridade. Ao propor esta lista de objetivos para o ensino de Matemática, delinea-se uma mudança de enfoque: saímos da simples preocupação com o que ensinar, para levar em conta também o processo de ensino e aprendizagem e o significado do que se ensina nas práticas sociais atuais. A escolha de conteúdos adequados à sociedade atual, que possam prover instrumentos eficazes para a resolução de problemas, deve ser valorizada e efetivamente trabalhada no processo de ensino e aprendizagem de Matemática.

Para uma aprendizagem significativa, devem ser dosados, nesse processo, judiciosamente, o uso de intuição, de fatos do dia-a-dia, o emprego de variados materiais didáticos, o início da apresentação da Matemática abstrata, visando, por um lado, a aprendizagem futura e, por outro lado, o desenvolvimento da capacidade de raciocinar, de fazer abstrações a partir de situações concretas, de generalizar, de organizar e de representar.

A abordagem dessas competências deve levar em conta o aluno dessa faixa de escolaridade, sem subestimá-lo ou superestimá-lo. O texto subestima o aluno quando desconsidera a riqueza e variedade de experiências e interesses que ele traz para a escola. O aluno é também subestimado com a apresentação de situações, problemas e atividades que não exercitam sua imaginação e criatividade. O aluno é superestimado quando o texto o supõe já capaz de um raciocínio lógico-dedutivo plenamente desenvolvido, e apresenta a Matemática de um ponto de vista meramente formal e sistematizado.

4.1.4.2. Critérios específicos eliminatórios para o componente curricular Matemática

Além dos critérios eliminatórios comuns, para o componente curricular Matemática será excluída a coleção que:

- (1) apresentar erro ou indução a erro em conceitos, argumentação e procedimentos matemáticos, no livro do aluno, no Manual do educador e, quando houver, no glossário;
- (2) deixar de incluir um dos campos da Matemática escolar, a saber, números e operações, álgebra, geometria, grandezas e medidas e tratamento da informação;
- (3) der atenção apenas ao trabalho mecânico com procedimentos, em detrimento da exploração dos conceitos matemáticos e de sua utilidade para resolver problemas;
- (4) apresentar os conceitos com erro de encadeamento lógico, tais como: recorrer a conceitos ainda não definidos para introduzir outro conceito, utilizar-se de definições circulares, confundir tese com hipótese em demonstrações matemáticas;
- (5) deixar de propiciar o desenvolvimento, pelo aluno, de competências cognitivas básicas, como: observação, compreensão, argumentação, organização, análise, síntese, comunicação de idéias matemáticas, memorização;
- (6) supervalorizar o trabalho individual;
- (7) apresentar publicidade de produtos ou empresas.

4.1.5. Componente curricular Ciências

4.1.5.1. Princípios e critérios de avaliação para o componente curricular Ciências

O rápido crescimento da Ciência ocorrido nos últimos 100 anos foi acompanhado por uma educação formal focada cada vez mais na informação e na memorização. Além disso, temas e práticas descontextualizadas, muito distantes da realidade e do dia-a-dia dos alunos, têm dificultado a compreensão de como a ciência e a tecnologia são produzidas e afetam nossa sociedade. O livro didático de Ciências deve contribuir para romper com esse modelo de ensino e familiarizar o estudante com a pesquisa, orientando-o para a investigação de fenômenos e temas que evidenciem a utilidade da Ciência para o bem estar social e para a formação de cidadãos aptos a responder aos questionamentos que o século XXI nos coloca.

Promover a pesquisa durante o processo de ensino cria condições efetivas para um prazeroso e eficiente aprendizado. A pesquisa propicia situações, tanto coletivas como individuais, para observações, questionamentos, formulação de hipóteses, experimentação, análise e registro, estabelecendo um rico processo de troca entre educadores e alunos para gerar novas indagações. A educação em Ciências passa então a ser empolgante, dinâmica e estimulante, permitindo ao aluno explorar, conhecer e transformar seu mundo. Torna-se um processo em que sempre há espaço para atividades lúdicas e práticas. É esse o conceito de ensino de Ciências que se espera ser trabalhado no livro didático: ensinar Ciências fazendo ciência.

O nosso ambiente de vida oferece variadas e atraentes possibilidades de estudo, permitindo ao aluno observar, levantar hipóteses, medir, experimentar, fazer contas, ler, escrever, desenhar e se envolver de forma a construir um conhecimento científico e uma visão crítica do mundo que o cerca. Ao invés de simplesmente informar, o livro didático deve estimular a busca de respostas.

O tema desenvolvimento sustentável deve perpassar os conteúdos desenvolvidos no material didático de Biologia, com destaque para debates sobre o consumo consciente, tecnologias limpas, direitos das futuras gerações, responsabilidade global pela preservação da natureza.

O livro didático é um suporte de conhecimentos e de métodos para o ensino, e serve como orientação para as atividades de produção e reprodução de conhecimento. Assim, é fundamental que o livro didático e, especialmente, o manual do educador, estimule outras leituras e apresente variadas referências bibliográficas, por meio de diferentes possibilidades: revistas especializadas, obras disponíveis em bibliotecas (da escola, da cidade, de instituições de Ensino superior, dentre outras), além de obras e/ou textos obtidos por meio da rede mundial de computadores (internet).

4.1.5.2. Critérios específicos eliminatórios para o componente curricular Ciências

Além dos critérios eliminatórios comuns, para o componente curricular Ciências será observado se a coleção apresenta:

- (1) temas de estudo, atividades, linguagem e terminologia científica adequadas aos sujeitos de EJA, respeitando sua experiência e conhecimentos adquiridos na vida social;
- (2) iniciação às diferentes áreas do conhecimento científico, assegurando a abordagem de aspectos centrais em física, astronomia, química, geologia, ecologia e biologia (incluindo zoologia, botânica, saúde, higiene, fisiologia e corpo humano);
- (3) articulação dos conteúdos de Ciências com outros campos disciplinares;
- (4) produção do conhecimento científico como atividade que envolve diferentes pessoas e instituições às quais se deve dar os devidos créditos;
- (5) incentivo a uma postura de respeito ao ambiente, conservação e manejo corretos;
- (6) textos e atividades que colaborem com o debate sobre as repercussões, relações e aplicações do conhecimento científico na sociedade, buscando uma formação para o pleno exercício da cidadania;

- (7) propostas de atividades que estimulem a investigação científica, por meio da observação, experimentação, interpretação, análise, discussões dos resultados, síntese, registros, comunicação e de outros procedimentos característicos da Ciência;
- (8) orientação para o desenvolvimento de atividades experimentais factíveis, com resultados confiáveis e interpretação teórica correta;
- (9) orientações claras e precisas sobre os riscos na realização dos experimentos e atividades propostos visando garantir a integridade física de alunos, educadores e demais pessoas envolvidas no processo educacional;
- (10) propostas de atividades que estimulem a interação e participação da comunidade escolar, das famílias e da população em geral;
- (11) propostas de visitas a espaços que favoreçam o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem (museus, centros de ciências, universidades, centros de pesquisa e outros);
- (12) propostas de uso de tecnologias da informação e comunicação.

4.1.6. Componente curricular História

4.1.6.1. Princípios e critérios de avaliação para o componente curricular História

Como área de conhecimento, a História modificou-se muito no século XX, deixando de ser entendida como o resgate dos fatos ocorridos para ser a representação destes, por meio da interpretação das fontes e testemunhos. Contudo, o conhecimento histórico escolar ainda está muito marcado pelo senso comum sobre a História: a enumeração, a mais exata possível, dos fatos, datas e personagens do passado e, portanto, centrada na informação e na memorização.

Considera-se que há consenso suficiente entre os profissionais de História para afirmar que a educação básica precisa desconstruir esse senso comum, o qual está na base da percepção de que, no livro didático, há uma verdade absoluta, ignorando os saberes prévios dos estudantes. Essa visão parte de uma concepção de ensino-aprendizagem calcada na transmissão sem relação com a realidade e com o dia-a-dia dos alunos, o que não proporciona, portanto, a compreensão de como o conhecimento do passado e dos modos humanos padronizados de agir, pensar e sentir, estabelecidos em diferentes tempos e espaços, podem possibilitar pensar historicamente, que é o objetivo central do ensino-aprendizagem de História.

Neste sentido, é fundamental a diferenciação entre a vivência desses processos e a forma de produção de conhecimento sobre eles, ou seja, a compreensão do processo histórico e da produção de conhecimento sobre o mesmo. Da capacidade de discernir entre essas duas dimensões da História derivará o desenvolvimento de capacidades que auxiliem o aluno a atuar na sociedade de forma autônoma, crítica, participativa, digna e responsável.

Portanto, ensina-se História como se produz o conhecimento histórico. O desafio de uma boa coleção didática não é explorar a maior quantidade de conteúdos, mas ser um instrumento para que o educador trabalhe com os alunos a metodologia da produção do conhecimento histórico, sempre adequado ao nível de escolaridade a que a coleção se destina.

Tal ensino deve ser de qualidade, ou seja, deve adequar-se às necessidades socioculturais da sociedade brasileira, considerar os interesses e as potencialidades cognitivas dos alunos, levar em conta os saberes gestados na prática docente e oferecer tecnologia educacional compatível, seja com a legislação educacional em vigor, seja com as tendências científicas abonadas pela academia.

Neste segmento de Ensino Fundamental, o livro didático deve contribuir para o desenvolvimento dos conceitos de História, fonte, historiografia, memória, acontecimento, seqüência, encadeamento, períodos, fato, tempo, simultaneidade, ritmos de tempo, medidas de tempo, sujeito histórico, espaço, historicidade, identidade, semelhança, diferença, contradição, continuidade, permanência, mudança, evidência, causa, ficção, narrativa, verdade, ruptura, explicação e interpretação.

4.1.6.2. Critérios específicos eliminatórios para o componente curricular História

Além dos critérios eliminatórios comuns, para o componente curricular História será observado se a coleção:

- (1) utiliza a intensa produção de conhecimento nas áreas da História e da Pedagogia, realizada nos últimos anos, considerando-a como ponto de reflexão e de discussão;
- (2) compreende a escrita da História como um processo social e cientificamente produzido e que desempenha funções na sociedade;
- (3) explicita as opções teórico-metodológicas (histórica e pedagógica);
- (4) apresenta coerência entre as opções teórico-metodológicas explicitadas e o desenvolvimento dos textos principais, textos complementares, ilustrações e com os objetivos gerais do ensino de História para os anos finais do Ensino Fundamental;
- (5) adota opções teórico-metodológicas que contribuem efetivamente para a consecução dos objetivos da disciplina no Ensino Fundamental da EJA;
- (6) desperta os alunos para a historicidade das experiências sociais, trabalhando conceitos, habilidades e atitudes, na construção da cidadania. Estimula o convívio social e o reconhecimento da diferença, abordando a diversidade da experiência humana e a pluralidade social, com respeito e interesse. Na área de História, esses preceitos éticos, contudo, só têm sentido se tratados historicamente, visto que, retirados de seu contexto histórico, podem se revestir, apenas, de ensinamentos morais e cívicos que não condizem com os objetivos do ensino nem com a produção do conhecimento histórico;
- (7) contribui para o desenvolvimento da autonomia de pensamento, o raciocínio crítico e a capacidade de argumentar;
- (8) apresenta ilustrações variadas quanto às possibilidades de significação como os desenhos, fotografias e reproduções de pinturas;
- (9) apresenta ilustrações que exploram as múltiplas funções das imagens, de forma a auxiliar o aprendizado do alfabetismo visual e do ensino de História;
- (10) apresenta imagens acompanhadas de atividades de leitura e interpretação e de interação, sempre que possível, referenciada sua condição de fonte para a produção do conhecimento histórico.

Para que haja coerência com os princípios acima listados, as obras didáticas não devem conter anacronismos e voluntarismos.

- O anacronismo consiste em atribuir razões ou sentimentos gerados no presente aos agentes históricos do passado, interpretando-se, assim, a História em função de critérios inadequados, como se os atuais fossem válidos para todas as épocas. Trata-se, com efeito, de distorção grave, que compromete totalmente a compreensão do processo histórico.
- O voluntarismo, por sua vez, consiste em aplicar a documentos e textos uma teoria a priori, em função do que se quer demonstrar. Desta forma, a escrita da História é utilizada apenas para confirmar as explicações já existentes na mente da autoria, que parte de convicções estabelecidas por motivos ideológicos, religiosos ou pseudocientíficos. Pode, ainda, originar-se da tentativa da aplicação de teorias explicativas, tomadas acriticamente. Serão excluídas as coleções didáticas que apresentarem erros de informação tópica, nominal ou cronológica.

4.1.7. Componente curricular Geografia

4.1.7.1. Princípios e critérios de avaliação para o componente curricular Geografia

O movimento de renovação da ciência geográfica, intensificado nas últimas décadas do século XX, teve como uma de suas prioridades a reflexão acerca de suas concepções teórico-metodológicas. Desenvolvido a partir da produção acadêmica, esse processo trouxe evidentes repercussões para a Geografia abordada na educação básica, que, de modo geral, se pautava na busca de explicações objetivas e quantitativas da realidade, imprimindo o mito do discurso neutro e mantendo as análises geográficas presas ao mundo das aparências.

As bases dessa revisão crítica foram lançadas no Brasil já no início da década de 1970, em inúmeras obras e eventos, mas, apenas na década seguinte, os debates acadêmicos alcançaram, de fato, as instituições de Ensino Fundamental. Esse movimento trouxe inúmeras mudanças para o ensino de Geografia, traduzidas em propostas curriculares municipais e estaduais e livros didáticos, que também começaram a trabalhar com proposições identificadas com a(s) Geografia(s) Crítica(s).

A visão de Geografia contida neste Edital é a de uma ciência que estuda processos, dinâmicas e fenômenos da sociedade e da natureza, para compreender as relações sociedade/espço/tempo que se concretizam diacrônica e sincronicamente, produzindo, reproduzindo e transformando o espaço geográfico nas escalas local, regional, nacional e mundial. Essas relações abordadas no processo de construção social, cuja gênese se constitui no espaço e no tempo, não podem ser entendidas como uma enumeração ou descrição de fatos e fenômenos desarticulados, que se esgotam em si mesmos.

O raciocínio geográfico forma-se a partir de um referencial teórico-metodológico, assentado sobre os conceitos de natureza, paisagem, espaço, território, região e lugar, congregando dimensões de análise que abordam tempo, cultura, sociedade, poder e relações econômicas e sociais.

Partindo dessas referências, o estudo espacial deve estar voltado para a identificação das variáveis básicas que permitam perceber a totalidade: localização, distância, semelhanças, diferenças, hierarquias, atividades e sistemas de relações, de maneira a articular formas, conteúdos, processos e funções, observando as articulações e contradições existentes entre essas dimensões da realidade. Isso pressupõe ultrapassar a mera descrição dos elementos constituintes do espaço, enfatizando sua gênese, motivação e interesses dos agentes sociais em suas múltiplas determinações.

Na observação e interpretação da realidade social, econômica, política e cultural, a Cartografia torna-se indispensável, na medida em que possibilita o registro e o estabelecimento de correlações entre as dimensões da sociedade e da natureza no tempo e no espaço.

Esses princípios teórico-metodológicos da ciência geográfica, quando expressos em uma linguagem científica adequada e coerente ao ensino básico, traduzem uma compreensão dos processos formadores da realidade. Neste sentido, contribui para o alcance do objetivo geral da Geografia, como componente obrigatório do currículo escolar: formar cidadãos capazes de analisar a realidade, com suas semelhanças, diferenças e desigualdades sociais, apresentando, no decorrer do processo ensino-aprendizagem, propostas para sua transformação.

O conteúdo, além de orientações didático-pedagógicas, é de fundamental importância para o educando compreender e refletir sobre seu cotidiano, articulado às escalas regional, nacional e mundial, sendo imprescindível trabalhar as interações da sociedade com a natureza. Com base nessas interações, o livro didático deve conter explicações sobre a produção do espaço pelas sociedades ao longo da história, com argumentações sobre esse processo de transformação contínua e desigual, visto que as bases naturais desses espaços produzidos socialmente são também diferentes, em razão da localização dos recursos disponíveis na superfície terrestre.

Como as interações sociedade-natureza também se transformam em decorrência de redes e conexões do atual meio técnico/científico/informacional, o livro didático de Geografia pode contribuir com o trabalho do educador, trazendo informações, conhecimentos e concepções que preparem o aluno para localizar-se e atuar em um mundo complexo e contraditório, decodificá-lo, compreender seu sentido e significado.

Ao oferecer contribuições para o estudante se apropriar de uma linguagem necessária ao desenvolvimento de habilidades de representar e interpretar o mundo em suas múltiplas escalas, o livro didático deve sugerir a realização de trabalhos de campo, que estimulem a observação, a investigação, a comparação, a compreensão, a interpretação, a criatividade, a análise e a síntese. Neste aspecto, o domínio e utilização da linguagem cartográfica são indispensáveis para a construção e registro de conhecimentos e valores, na compreensão das diferenças existentes entre o real e sua representação e na articulação entre conteúdo

e forma, devendo ser a Cartografia amplamente utilizada e articulada às novas tecnologias disponíveis na escola.

4.1.7.2. Critérios específicos eliminatórios para o componente curricular Geografia

A problematização dos temas tratados pela Geografia, tanto nos textos como nas atividades e ilustrações, deve favorecer a discussão e a crítica, de modo a conscientizar cada aluno de seu papel de agente social, indispensável ao desenvolvimento de habilidades e procedimentos que estimulem a formação de atitudes para o exercício da cidadania, no âmbito do componente curricular.

Nessa acepção, uma boa coleção de livros didáticos de Geografia deve, necessariamente, apresentar:

(1) compatibilidade entre a opção teórico-metodológica adotada, os conteúdos geográficos desenvolvidos e o modo como são desenvolvidos, evitando paradoxos de interpretações;

(2) articulação das relações espaço-temporais que possibilitem compreender a construção histórica do espaço geográfico e as interações da Sociedade com a Natureza;

(3) articulação dos processos históricos, sociais, econômicos, políticos e culturais para a explicação do estágio de desenvolvimento dos povos e países, mantendo-se o direito à diversidade dentro de padrões éticos e de respeito à liberdade de indivíduos e grupos, com isenção de preconceitos, tanto de origem, etnia, gênero, religião, idade ou outras formas de discriminação;

(4) discussões e renovações na área, mostrando-se atualizada em relação aos avanços teoricometodológicos recentes aceitos pela comunidade científica e incorporados à corrente de pensamento que for adotada pela coleção ou livro didático, ressaltando-se que a opção por uma dada corrente não será indicativo de sua qualidade;

(5) discussão de diferenças políticas, econômicas, sociais e culturais de povos e países, sem discriminar ou tratar negativamente os que não seguem o padrão hegemônico de conduta da Sociedade Ocidental, evitando visões distorcidas da realidade e a veiculação de ideologias antropocêntricas, políticas ou ambas;

(6) conceitos vinculados às dimensões de análise que abordam tempo, cultura, sociedade, poder e relações econômicas e sociais sem omitir qualquer um dos conceitos estruturantes do espaço geográfico: natureza, paisagem, espaço, território, região e lugar;

(7) conceitos e informações corretas que permitam a compreensão da formação, do desenvolvimento e da ação dos elementos constituintes do espaço físico, suas formas e suas relações;

(8) conceitos e informações corretas que permitam compreender a formação, desenvolvimento e ação dos elementos constituintes do espaço humano, assim como os processos sociais, econômicos, políticos e culturais, suas formas e suas relações;

(9) conceitos e informações relacionadas de maneira correta, encaminhando os passos necessários à análise da dimensão geográfica da realidade;

(10) temas e conteúdos da geografia econômica sem o objetivo de publicidade, mostrando a necessária diversificação dos produtos apenas para explicar os processos espaciais;

(11) atividades que favoreçam a realização de trabalhos de campo, em pelo menos um volume da coleção, estimulando a observação, a investigação, a comparação, a compreensão, a interpretação, a criatividade, a análise e a síntese;

(12) leituras complementares de fontes científicas reconhecidas e atualizadas, acompanhadas de referências bibliográficas, nota de rodapé ou outras formas adequadas, que ampliem conceitos e conteúdos e sejam, de fato, coerentes com o texto principal, evitando textos herméticos, mesmo que sejam de pensadores consagrados;

(13) linguagem adequada aos sujeitos da EJA, à transmissão dos conhecimentos geográficos, ao desenvolvimento do vocabulário e dos conhecimentos linguísticos, evitando reducionismos e estereótipos no tratamento das questões sociais e naturais;

(14) ilustrações que dialogam com o texto e com exemplos da diversidade étnica da população brasileira e da pluralidade social e cultural do país, não devendo reforçar preconceitos e estereótipos em relação a gênero e a outras nações do mundo;

(15) escala adequada de representação dos fenômenos tratados;

(16) legendas sintéticas, com cores definidas, evitando o excesso da informação a ser identificada e localizada no mapa, bem como, datas, símbolos convencionais e demais créditos necessários para a identificação das fontes utilizadas;

(17) orientação para o uso adequado dos pontos cardeais e colaterais, a partir da Rosa dos Ventos colocada ao lado dos mapas e figuras;

(18) fontes fidedignas na citação de textos e mapas, evitando utilizar um mapa já conhecido de outro(a) autor(a) sem a citação correta, negando-lhe a autoria e indicando apenas as mesmas fontes que este(a) autor(a) utilizou, sintetizou e citou na sua elaboração.

4.2. Componentes Curriculares dos anos finais do Ensino Fundamental na modalidade EJA - 6º, 7º, 8º e 9º anos

4.2.1. Componente curricular Língua Portuguesa

4.2.1.1. Princípios e critérios de avaliação para o componente curricular Língua Portuguesa

O ensino de Língua Portuguesa nos quatro anos finais do Ensino Fundamental apresenta características próprias, devidas tanto ao perfil escolar do alunado desse nível quanto às demandas sociais que a ele se apresentam, ao final do período.

Antes de mais nada, espera-se que o aluno ingressante no segundo segmento do Ensino Fundamental já tenha cumprido satisfatoriamente uma primeira e decisiva etapa de seu processo de letramento e alfabetização, tendo, inclusive, se apropriado de algumas práticas mais complexas e menos cotidianas (mais relacionadas a esferas públicas de uso da linguagem), seja de leitura e escrita, seja de compreensão e produção de textos orais. Essas práticas apresentam padrões lingüísticos e textuais que, por sua vez, demandam novos tipos de reflexão sobre o funcionamento e as propriedades da linguagem em uso, assim como a sistematização dos conhecimentos lingüísticos correlatos mais relevantes. Portanto, cabe ao ensino de língua materna, nesse nível de ensino-aprendizagem, aprofundar o processo de inserção qualificada do aluno na cultura da escrita,

- aperfeiçoando sua formação como leitor e produtor de textos escritos;
- desenvolvendo as competências e habilidades de leitura e escrita requeridas por esses novos níveis e tipos de letramento;
- ampliando sua capacidade de reflexão sobre as propriedades e o funcionamento da língua e da linguagem;
- desenvolvendo as competências e habilidade associadas a usos escolares, formais e/ou públicos da linguagem oral.

Em segundo lugar, a trajetória desse aluno em direção à autonomia relativa nos estudos e ao pleno exercício da cidadania pode ser considerada, por um lado, mais delineada; e, por outro, ainda não satisfatoriamente consolidada. O que deverá implicar, no processo de ensino-aprendizagem escolar desses anos, um maior peso relativo para esses eixos de formação.

Finalmente, a destinação do aluno, ao final desse período de escolarização obrigatória, é bastante diversificada. E, muitas vezes, implica a interrupção temporária ou mesmo definitiva de sua educação escolar, motivo pelo qual o Ensino Fundamental deve garantir a seus egressos um domínio da escrita e da oralidade suficiente para as demandas básicas do mundo do trabalho e do pleno exercício da cidadania, inclusive no que diz respeito à fruição da literatura em língua portuguesa. Tais circunstâncias atribuem a esses anos do Ensino Fundamental uma responsabilidade ainda maior, no que diz respeito ao processo de formação tanto do leitor e do produtor proficiente e crítico de textos quanto do locutor capaz de uso adequado e eficiente da linguagem oral em situações privadas ou públicas.

Considerando-se tanto as demandas de comunicação e/ou conhecimentos lingüísticos implicados no quadro acima descrito quanto as recomendações expressas por diretrizes, orientações e parâmetros curriculares oficiais, o ensino de língua portuguesa, nos quatro últimos anos do novo Ensino Fundamental, deve organizar-se de forma a garantir ao aluno:

1. o desenvolvimento da linguagem oral e a apropriação e o desenvolvimento da linguagem escrita, especialmente no que diz respeito a demandas oriundas seja de situações e instâncias públicas e formais de uso da língua, seja do próprio processo de ensino-aprendizagem escolar;

2. o pleno acesso ao mundo da escrita e, portanto,

- a proficiência em leitura e escrita, no que diz respeito a gêneros discursivos e tipos de texto representativos das principais funções da escrita em diferentes esferas de atividade social;

- a fruição estética e a apreciação crítica da produção literária associada à língua portuguesa, em especial a da literatura brasileira;

- o desenvolvimento de atitudes, competências e habilidades envolvidas na compreensão da variação lingüística e no convívio democrático com a diversidade dialetal, de forma a evitar o preconceito e valorizar as diferentes possibilidades de expressão lingüística;

- o domínio das normas urbanas de prestígio², especialmente em sua modalidade escrita, mas também nas situações orais públicas em que seu uso é socialmente requerido;

- a práticas de análise e reflexão sobre a língua, na medida em que se revelarem pertinentes, seja para a (re)construção dos sentidos de textos, seja para a compreensão do funcionamento da língua e da linguagem.

Neste sentido, as atividades de leitura e escrita, assim como de produção e compreensão oral, em situações contextualizadas de uso, devem ser prioritárias no ensino-aprendizagem desses anos de escolarização e, por conseguinte, na proposta pedagógica dos livros didáticos de Português (LDPs) a eles destinados. Por outro lado, as práticas de reflexão, assim como a construção correlata de conhecimentos lingüísticos e a descrição gramatical, devem justificar-se por sua funcionalidade, exercendo-se, sempre, com base em textos produzidos em condições sociais efetivas de uso da língua, e não em situações didáticas artificialmente criadas.

4.2.1.2. Critérios eliminatórios específicos para o componente curricular Língua Portuguesa

Considerando-se os princípios acima enunciados, serão excluídas as coleções de Língua Portuguesa cujas análises manifestarem, em um ou mais de seus componentes, incompatibilidade com os critérios a seguir explicitados.

Relativos à natureza do material textual

O conjunto de textos que um LDP oferece para o ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa deve justificar-se pela qualidade da experiência de leitura que possa propiciar ao aluno, contribuindo para a sua formação como leitor proficiente, inclusive como leitor literário. Uma coletânea deve, portanto:

(1) estar isenta tanto de fragmentos sem unidade de sentido quanto de pseudotextos, redigidos com propósitos exclusivamente didáticos;

(2) ser representativa da heterogeneidade própria da cultura da escrita — inclusive no que diz respeito a autoria, a registros, estilos e variedades (sociais e regionais) lingüísticas do Português —, de forma a permitir ao aluno a percepção de semelhanças e diferenças entre

²Em substituição à expressão “norma culta”, normas urbanas de prestígio é um termo técnico recente, introduzido para designar os falares urbanos que, numa comunidade lingüística como a dos falantes do português do Brasil, desfrutam de maior prestígio político, social e cultural e, por isso mesmo, estão mais associados à escrita, à tradição literária e a instituições como o Estado, a Escola, as Igrejas e a Imprensa.

tipos de textos e gêneros diversos, pertencentes a esferas socialmente mais significativas de uso da linguagem;

(3) ser adequada — do ponto de vista da extensão, da temática e da complexidade lingüística — ao nível de escolarização em jogo;

(4) incluir, de forma significativa e equilibrada, em relação aos demais, textos da tradição literária de língua portuguesa (especialmente os da literatura brasileira);

(5) incentivar educadores e alunos a buscarem textos e informações fora dos limites do próprio livro didático.

Relativos ao trabalho com o texto

No trabalho com o texto, em qualquer de suas dimensões (leitura e compreensão, produção de textos orais e escritos, construção de conhecimentos lingüísticos), é fundamental a diversidade de estratégias, assim como a articulação entre os vários aspectos envolvidos, de forma a garantir a progressão nos estudos. Além desses, em cada um dos componentes de Língua Portuguesa outros critérios afiguram-se fundamentais para garantir à coleção um desempenho ao menos satisfatório, em termos metodológicos.

Leitura

As atividades de compreensão e interpretação do texto têm como objetivo final a formação do leitor (inclusive a do leitor literário) e o desenvolvimento da proficiência em leitura. Portanto, só podem constituir-se como tais na medida em que:

(1) encararem a leitura como uma situação de interlocução leitor/autor/texto socialmente contextualizada;

(2) respeitarem as convenções e os modos de ler próprios dos diferentes gêneros, tanto literários quanto não literários;

(3) desenvolverem estratégias e capacidades de leitura, tanto as relacionadas aos gêneros propostos, quanto as inerentes ao nível de proficiência que se pretende levar o aluno a atingir.

Produção de textos escritos

As propostas de produção escrita devem visar à formação do produtor de texto e, portanto, ao desenvolvimento da proficiência em escrita. Neste sentido, não podem deixar de:

(1) considerar a escrita como uma prática socialmente situada, propondo ao aluno, portanto, condições plausíveis de produção do texto;

(2) abordar a escrita como processo, de forma a ensinar explicitamente os procedimentos envolvidos no planejamento, na produção, na revisão e na reescrita dos textos;

(3) explorar a produção de gêneros ao mesmo tempo diversos e pertinentes para a consecução dos objetivos estabelecidos pelo nível de ensino visado;

(4) desenvolver as estratégias de produção relacionadas tanto ao gênero proposto quanto ao grau de proficiência que se pretende levar o aluno a atingir.

Relativos ao trabalho com a oralidade

A linguagem oral, que o aluno chega à escola dominando satisfatoriamente, no que diz respeito a demandas de seu convívio social imediato, é o instrumento por meio do qual se efetivam tanto a interação educador-aluno quanto o processo de ensino-aprendizagem. Será com o apoio dessa experiência prévia que o aprendiz não só desvendará o funcionamento da língua escrita como estenderá o domínio da fala para novas situações e contextos, inclusive no que diz respeito a situações escolares como as exposições orais e os seminários. Assim, caberá ao LDP, no que diz respeito a esse quesito:

(1) recorrer à oralidade nas estratégias didáticas de abordagem da leitura e da produção de textos;

(2) valorizar e efetivamente trabalhar a variação e a heterogeneidade lingüísticas, situando nesse contexto sociolingüístico o ensino das normas urbanas de prestígio;

(3) propiciar o desenvolvimento das capacidades e formas discursivas relacionadas aos usos da linguagem oral próprios das situações formais e/ou públicas pertinentes ao nível de ensino em foco.

Relativos ao trabalho com os conhecimentos lingüísticos

O trabalho com os conhecimentos lingüísticos objetiva levar o aluno a refletir sobre aspectos da língua e da linguagem relevantes para o desenvolvimento tanto da proficiência oral e escrita quanto da capacidade de analisar fatos de língua e de linguagem. Por isso mesmo, seus conteúdos e atividades devem:

- (1) abordar os diferentes tipos de conhecimentos lingüísticos em situações de uso, articulando-os com a leitura, a produção de textos e o exercício da linguagem oral;
- (2) considerar e respeitar as variedades regionais e sociais da língua, promovendo o estudo das normas urbanas de prestígio nesse contexto sociolingüístico;
- (3) estimular a reflexão e propiciar a construção dos conceitos abordados.

4.2.2. Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol)

4.2.2.1. Princípios e critérios de avaliação para o componente curricular Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol)

O ensino de Língua Estrangeira – Inglês e Espanhol – para os anos finais do Ensino Fundamental pauta-se, primordialmente, pelos objetivos que contribuam para a reflexão sobre a função social da língua estrangeira como uma disciplina que permite o acesso a outros bens, tais como a ciência, a tecnologia, as artes, as comunicações e produções (inter)culturais e o mundo do trabalho. Além disso, a aprendizagem de outras línguas possibilita o contato com novas e variadas formas de ver e organizar o mundo e com outros valores, os quais, confrontados com os nossos próprios, contribuem para uma saudável abertura de horizontes, uma ruptura de estereótipos, uma superação de preconceitos, um espaço de convivência com a diferença, que promove inevitáveis e frutíferos deslocamentos em relação às nossas próprias formas de organizar, dizer e valorizar o mundo. Assim, não resta dúvida de que essa abertura para o diferente tem um papel muito importante na constituição da identidade dos alunos.

Em conformidade com esses princípios gerais que balizam o ensino e a aprendizagem das línguas estrangeiras na atualidade, esse ensino, nessa etapa da educação formal, deve ter por objetivo possibilitar ao aprendiz:

- vivenciar uma experiência de comunicação humana pelo uso de uma língua estrangeira, no que se refere a novas e diversificadas maneiras de se expressar e de ver o mundo;
- refletir sobre os costumes ou maneiras de agir e interagir em diferentes situações e culturas, em confronto com as formas próprias do universo cultural dos alunos, de modo a promover neles uma visão plural e heterogênea do mundo e a fazer entender o papel de cada um como cidadão em nível local e global;
- reconhecer que a aprendizagem de Língua Estrangeira possibilita o acesso a legados culturais da humanidade construídos em outras partes do mundo;
- construir conhecimento sistêmico sobre a língua estudada, conhecimento sobre diferentes modalidades pragmático-discursivas vigentes nos diversos âmbitos sociais e regionais, sobre a organização textual e sobre como e quando utilizar a linguagem adequadamente nas situações de comunicação;
- desenvolver consciência lingüística e crítica dos usos que se fazem da língua estrangeira que está aprendendo;
- utilizar a língua estrangeira como fonte de informação, de fruição e como veículo de comunicação, em diversas práticas sociais da linguagem.

Além disso, o ensino de Língua Estrangeira, na atualidade, busca não apenas instrumentalizar o aluno para usar a língua em diferentes práticas sociais, mas também valorizar o caráter educativo dessa disciplina, de modo a garantir uma formação mais ampla e diversificada do indivíduo e a formação do cidadão, que pode ter, entre outras coisas, acesso à construção coletiva do conhecimento. É fundamental, portanto, focalizar

as línguas não somente como formas de expressão e comunicação, mas como espaços de construção de conhecimento, como portadoras de valores e sentimentos e como constituintes de significados e sentidos profundamente atrelados a processos históricos.

Tendo em vista que o conhecimento de línguas estrangeiras deve habilitar o aluno, entre outras coisas, a ter acesso a produções culturais e a interagir com falantes de regiões, países, culturas, etnias, idades e níveis sócio-econômicos diferentes, as coleções didáticas deverão contemplar as variedades lingüísticas sem, contudo, perderem a coerência com a variedade escolhida para apresentação e organização de suas atividades didáticas. As coleções didáticas de línguas, portanto, precisam trazer, sempre de forma contextualizada e adequada à temática abordada naquele momento, insumo (oral e escrito) que represente essa variedade de manifestações da língua. As variedades regionais, culturais, sociais, etárias e étnicas da língua escrita e falada, bem como as ligadas ao suporte ou meio em que são veiculadas as mensagens, não devem, portanto, ocupar um espaço marginal nas coleções de Língua Estrangeira, mas ser tratadas, de forma contextualizada, como elemento constitutivo da língua, levando em conta as conseqüências de seus usos públicos e privados.

Da mesma forma que com as variedades lingüísticas, o trabalho com a cultura nas coleções de Língua Estrangeira deve incentivar educadores e alunos a perceber a diversidade sócio-cultural que há no mundo e nos próprios contextos de vida do aluno. Nesse sentido, esse trabalho deve ter um enfoque intercultural, uma vez que, ao ver o outro, também nos vemos e nos transformamos. Assim, espera-se que, nessas coleções, sejam abordadas, sempre que isso couber e for relevante para a questão abordada e sem a utilização de estereótipos e de preconceitos, temáticas e situações que representem diversos territórios, espaços e momentos relacionados aos povos que falam essa língua estrangeira, diferentes grupos sociais, étnico-raciais e etários, diferentes gêneros, orientações sexuais, condições físicas etc.

Tendo em vista, ainda, o caráter mais formador e educativo do ensino de línguas estrangeiras nessa etapa da educação formal, também a interdisciplinaridade deve ser prioritária. Para tanto, os temas abordados nas coleções didáticas precisam ser social e culturalmente relevantes para a formação mais ampla e educação dos alunos, para o desenvolvimento de seu senso de cidadania e a expansão de seu conhecimento articulado às outras disciplinas do currículo escolar. Esse tratamento interdisciplinar deverá refletir-se tanto nos textos, imagens e demais recursos escolhidos quanto na abordagem das questões.

4.2.2.2. Critérios específicos eliminatórios para o componente curricular Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol)

É preciso considerar que o livro didático de Língua Estrangeira, num território tão extenso quanto o do nosso país, é, muitas vezes, uma das únicas ou mesmo a única fonte de insumo acessível para educadores e alunos. É imprescindível, portanto, que as coleções didáticas de Língua Estrangeira (LE) apresentem correção e atualização no trato com a linguagem, os conceitos e as informações básicas, de forma a não introduzir erros e inadequações. Portanto, as coleções de Língua Estrangeira devem:

- (1) apresentar insumo lingüístico contextualizado e inserido em práticas discursivas variadas e autênticas, observando sempre a adequação lingüística e discursiva;
- (2) propiciar condições para o desenvolvimento integrado das habilidades de compreensão e produção oral, bem como de compreensão e produção escrita;
- (3) contribuir para o desenvolvimento da competência comunicativa do aluno, por meio de produção e recepção de textos orais e escritos de vários gêneros;
- (4) contextualizar as atividades de gramática, vocabulário e pronúncia, evidenciando os diferentes usos da linguagem enquanto prática social;
- (5) propor atividades que tenham relevância social, política e cultural;
- (6) apresentar atividades que levem à reflexão sobre a língua e suas variedades bem como sobre a diversidade cultural em nível local e global;

(7) apresentar referências culturais, evitando todo o tipo de doutrinação, discriminação, estereótipos ou preconceitos em textos e imagens.

Por sua vez, a aprendizagem na sala de aula é compreendida como construída e reconstruída pelos alunos e educadores, como resultado de (auto-)observação,(auto-) análise e (auto-) avaliação. Para tanto, as coleções de Língua Estrangeira devem:

- apresentar instruções claras para as atividades;
- maximizar as oportunidades de aprendizagem do aluno e propiciar-lhe condições para ampliar suas habilidades e competências de maneira autônoma, bem como sua capacidade de auto-avaliação;
- permitir ao aluno a construção e ampliação de um repertório de estratégias de aprendizagem, relacionadas ao desenvolvimento de diferentes habilidades e competências e ao alcance dos objetivos de aprendizagem definidos tanto pelo currículo escolar quanto pelo próprio aluno;
- ser sensíveis às diferentes situações de ensino e aprendizagem escolar em contextos educacionais urbanos e rurais;
- reconhecer as identidades coletivas e individuais dos participantes do processo de ensino e aprendizagem em relação a classe, raça, gênero e outras marcas identitárias.

As quatro habilidades (ler, ouvir, falar e escrever) devem ser desenvolvidas de maneira integrada e devem ser vinculadas ao ensino do léxico, da pronúncia e da prosódia e dos conhecimentos lingüísticos e discursivos.

Compreensão escrita

No componente curricular Língua Estrangeira é essencial que a coletânea de textos seja composta por textos autênticos e originais, advindos de suporte impresso ou digital, para que se possibilite ao aprendiz qualidade de experiência em leitura, incluindo textos multimodais. Logo, a diversidade de temas, de gêneros e de tipos textuais, bem como a de contextos culturais e de circulação deve estimular a leitura como processo de construção de sentido, ao considerá-la uma situação efetiva de interação leitor-autor, tendo em conta a constituição histórico-social e ideológica de ambos. Para tanto, é necessário que:

(1) o aluno tenha contato com textos de diferentes esferas – científica, cotidiana, jornalística, jurídica, literária, publicitária etc. – nas quais possa estreitar seu contato com diversas práticas de linguagem, de estilo formal e informal, de modo a confrontar diferentes recursos comunicativos; · as atividades respeitem as convenções e os modos de ler constitutivos de diferentes gêneros e tipos textuais, bem como o caráter polifônico dos textos e, portanto, a multiplicidade de vozes nele presentes;

(2) o processo de compreensão envolva atividades de pré-leitura e pós-leitura;

(3) as atividades pressuponham a abordagem de diversas estratégias de leitura, tais como localização de informações explícitas no texto, levantamento de hipóteses, produção de inferência, reconstrução de sentidos do texto pelo leitor, compreensão global e detalhada do texto, dentre outras;

(4) as atividades explorem a intertextualidade e estimulem alunos e educadores a buscarem textos e informações fora dos limites do livro didático;

(5) as atividades de interpretação de texto sejam estimuladas, aceitando-se, dentro dos limites do que o próprio texto permite, a pluralidade de interpretações;

(6) o aluno seja formado como leitor reflexivo e crítico.

A imersão na cultura estrangeira a partir do texto literário é parte importante das atividades de leitura e deve sensibilizar o aluno para o uso estético da linguagem e contribuir para o desenvolvimento de uma consciência cultural mais ampla. As atividades com o texto literário devem, portanto:

- levar em conta as particularidades e as especificidades do texto literário, evitando usá-lo como simples pretexto para a focalização de questões gramaticais;

- estimular a leitura interpretativa e as experiências estéticas e prazerosas com a linguagem, não estrita e exclusivamente vinculadas a objetivos funcionais;
- situar e contextualizar o leitor em relação à obra da qual o texto faz parte e em relação ao momento histórico e à corrente literária a que ele pertence;
- estimular o leitor a conhecer a obra da qual o texto faz parte, assim como outras produções literárias, da mesma ou de outras épocas, do mesmo ou de outros gêneros.

Produção escrita

É preciso ter em conta que o desenvolvimento da escrita em língua estrangeira é um processo que deve passar por sucessivas etapas de reformulação e que supõe uma tomada de consciência a respeito das condições de produção: quem escreve, para quem, com que finalidade, de que forma, com que recursos, argumentativos ou de outra natureza, e em que suporte. Tudo isso exige planejamento e observância das características textuais e discursivas, que precisam, portanto, ser abordadas nas aulas de língua. Assim, as atividades apresentadas pelas coleções para o desenvolvimento da produção escrita devem:

- (1) tratar a produção escrita como processo interativo e em constante reformulação;
- (2) considerar o uso social da escrita e trabalhar, de forma contextualizada e, tanto quanto possível, com finalidades precisas, com diferentes gêneros e tipos textuais;
- (3) apresentar e discutir as características sócio-discursivas dos gêneros abordados, levando em conta as condições de produção e o potencial receptor do texto;
- (4) explicitar as condições de produção: quem escreve e como se projeta enquanto enunciador, para quem escreve e como projeta o seu leitor, com que objetivo, em que suporte e em que momento;
- (5) refletir sobre as regras e convenções que regem determinado sistema lingüístico no âmbito de recursos ortográficos, morfológicos, semânticos, sintáticos, estilísticos, retóricos e discursivos;
- (6) contemplar e refletir sobre as diferentes etapas do processo de produção.

Compreensão oral

O trabalho com compreensão oral, que envolve a compreensão auditiva e a captação do sentido das

mensagens, deve ter por objetivo preparar o aluno para vivenciar diversas situações de comunicação em língua estrangeira, levando-o a fazer uso de diferentes estratégias. Dessa forma, as coleções didáticas podem apresentar:

- (1) CD de áudio com material autêntico que contemple diversidade de gêneros e tipos textuais orais, com funções variadas;
- (2) CD de áudio que apresente amostra de diversas variedades lingüísticas, sociais e regionais;
- (3) atividades que estimulem a compreensão oral intensiva (entender sons e palavras), extensiva (compreensão global do que é falado) e seletiva (identificação de informação específica);
- (4) atividades que promovam a interpretação da mensagem oral, inclusive no que diz respeito à adequação da fala aos seus propósitos e às circunstâncias em que é produzida, bem como possíveis objetivos e intenções de quem a profere e as prováveis reações, positivas ou negativas, por parte dos potenciais interlocutores.

Produção oral

Trabalhar a produção oral significa preparar o aluno para se comunicar em situações reais de uso da língua. O objetivo é produzir discursos coerentes e adequados a contextos específicos, que proporcionem a interação ouvinte-falante/texto-contexto e também permitam alcançar objetivos traçados. Assim, as atividades de produção oral propostas pelas coleções didáticas devem:

- (1) cultivar e estimular o uso de estratégias diferentes de comunicação;
- (2) permitir o uso de diversas funções da linguagem;
- (3) motivar o aluno a se comunicar oralmente, de forma compreensível e significativa e de acordo as possibilidades decorrentes de suas potencialidades de desenvolvimento na língua que está aprendendo, em situações de conversação, entrevistas, debates, apresentação de trabalhos, representações e dramatizações, leitura, inclusive de textos poéticos e outros gêneros orais;
- (4) discutir e orientar a escolha do registro de linguagem adequado a cada situação comunicativa, atentando para as suas implicações no que se refere à escolha do léxico, das formas de tratamento e das construções pertinentes a cada caso;
- (5) refletir acerca dos diferentes códigos de polidez e das marcas e formas, inclusive de tratamento, que os caracterizam em culturas e ambientes sociais diversos;
- (6) promover a negociação de sentidos;
- (7) proporcionar a aquisição e o aperfeiçoamento progressivo de padrões de entonação e de prosódia adequados, de pronúncia compreensível e de postura e gestualidade compatíveis com as situações de fala e com as culturas estrangeiras.

O trabalho com os conhecimentos lingüísticos visa à reflexão sobre os aspectos da língua e da linguagem relevantes no desenvolvimento das quatro habilidades comunicativas. Esse trabalho com os conhecimentos lingüísticos deve estar, portanto, articulado ao desenvolvimento da competência comunicativa e às habilidades de produção e compreensão oral e escrita. A gramática prescritiva não deve constituir o eixo dos cursos de línguas estrangeiras e tampouco o único critério a ser aplicado no trabalho com as formas lingüísticas. O estudo de questões relativas à gramática deve ressaltar que as escolhas feitas são fundamentais para a construção e produção de sentido e não são meramente decorrentes de exigências normativas. Neste aspecto particular, as competências a serem desenvolvidas nas atividades propostas nas coleções devem:

- saber distinguir as variedades lingüísticas de natureza diversa (social e regional);
- escolher o registro e as formas, inclusive de tratamento, adequados à situação na qual se processa a comunicação e aos objetivos a serem alcançados;
- compreender de que forma determinada expressão pode ser interpretada em função de aspectos sociais e/ou históricos e culturais;
- compreender em que medida os enunciados refletem a forma de ser, agir, pensar e sentir de quem os produz e das condições, inclusive sociais e históricas, em que o faz;
- utilizar, com propriedade e adequação, as estruturas lingüísticas aprendidas, em práticas orais e escritas;
- utilizar adequadamente os mecanismos de coerência e coesão, observando a sua importância na construção de textos, mais do que corretos, compreensíveis, sobretudo por parte de falantes nativos da língua aprendida;
- utilizar apropriadamente e com objetivos claros uma linguagem adequada às novas formas de comunicação, incluindo textos, hipertextos, imagens e sons;
- perceber as diferenças e as necessidades decorrentes da forma em que a comunicação oral se dá: em presença ou mediada por algum instrumento;
- observar a importância e a adequação dos recursos não verbais (gestos, expressões faciais etc.) no processo comunicativo e as conseqüências decorrentes do uso ou não uso de algum desses recursos, altamente associados a valores culturais;
- utilizar as estratégias verbais e não-verbais adequadas para entender e fazer-se entender.

É por meio do trabalho integrado das quatro habilidades que se pode propiciar ao aluno da EJA no Ensino Fundamental a ampliação do léxico. O estudo do vocabulário deve privilegiar campos semânticos, evitando a utilização de listas de palavras descontextualizadas. Por isso, as atividades propostas nas coleções devem:

- desenvolver no aluno estratégias de organização e expansão de seu conhecimento lexical;
- selecionar e usar vocabulário em contextos apropriados de uso, atentando para os efeitos que pode trazer para a comunicação a escolha de um termo mais ou menos adequado a uma determinada situação;
- considerar a composição da palavra, seu significado morfológico, semântico, sintático;
- estimular a compreensão e a aprendizagem de idiomatismos, expressões, locuções e de outras várias possibilidades de combinação, em alguns casos bastante cristalizadas, entre as palavras;
- trabalhar as palavras não como meros rótulos, mas considerando a sua dimensão pragmáticodiscursiva e, portanto, os valores a elas associados, o momento histórico, o âmbito social e cultural em que são utilizadas, as situações enunciativas em que aparecem e os efeitos de sentido decorrentes disso tudo.

Tendo em conta o caráter educativo do ensino e aprendizagem de Língua Estrangeira no contexto focalizado aqui, valoriza-se particularmente o enfoque intercultural e a exposição à diversidade, à heterogeneidade constitutiva das línguas e culturas. Assim, espera-se que, nas coleções, sejam abordadas, sem o uso de estereótipos e de preconceitos, temáticas e situações que representem os legados socioculturais (folclore, canções, produções artísticas e artesanais diversas, culinária etc.) de:

- diversos territórios, espaços e momentos relacionados aos povos que falam essa língua estrangeira;
- diferentes grupos sociais, étnico-raciais e etários, diferentes gêneros, orientações sexuais, condições físicas etc.

As obras para o ensino de Língua Estrangeira podem ser consideradas um espaço privilegiado para conectar linguagem(s) e cultura(s). A aprendizagem de Língua Estrangeira, mediada pelo livro didático, pode possibilitar ao aluno oportunidades de reflexão sobre a diversidade e a experiência humana em diversas partes do mundo, o que lhe permite compreender melhor e valorizar sua própria realidade. Sendo assim, é importante que as coleções contribuam para a construção da cidadania garantindo oportunidades de:

- reconhecimento e respeito à diversidade local e global;
- identificação com outros indivíduos, sociedades, linguagens e culturas, promovendo a percepção da importância de sua própria realidade em relação a contextos locais e globais;
- interpretação das diferenças entre línguas e culturas, bem como das consequências sociais e políticas da hierarquização dessas diferenças, que causam desigualdades diversas;
- percepção, reconhecimento e compreensão da heterogeneidade de usuários da língua estrangeira estudada, em relação a nacionalidade, gênero, classe social, pertencimento étnico-racial, entre outros aspectos, através de fotos, ilustrações, pinturas e outros textos imagéticos que levem à superação de estereótipos e preconceitos;
- aceitação do multiculturalismo crítico como forma de superar uma visão mono cultural e homogênea dos países onde a língua estrangeira é falada;
- promoção do desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico.

No que se refere à estrutura editorial e ao projeto gráfico, as coleções didáticas de línguas estrangeiras (Inglês e Espanhol) devem ater-se aos princípios comuns descritos neste Edital. Além disso, as coleções didáticas devem:

- evitar o excesso de informações, cores e demais recursos gráficos que possam poluir as páginas e desviar a atenção do aluno das questões que efetivamente se quer explorar num determinado momento;

- utilizar ilustrações que reproduzam adequadamente a diversidade étnica, social e cultural das comunidades focalizadas, a pluralidade social e cultural dos países e regiões em que as línguas estrangeiras estudadas são faladas, não expressando, induzindo ou reforçando preconceitos e estereótipos nem estimulando comparações que depreciem as culturas estrangeiras focalizadas ou a nossa própria com relação a elas;
- escolher ilustrações que, além de adequadas à finalidade para as quais foram elaboradas e claras, precisas e de fácil compreensão em relação aos seus objetivos, não sejam depreciativas nem paródica.

4.2.3. Componente curricular Arte

4.2.3.1. Princípios e critérios de avaliação para o componente curricular Arte

A atual legislação educacional brasileira reconhece a importância da Arte na formação e desenvolvimento de pessoas jovens, adultas e idosas, incluindo-a como componente curricular obrigatório da educação básica, também na modalidade EJA. No Ensino Fundamental a Arte passa a vigorar como área de conhecimento e trabalho com as várias linguagens e visa à formação artística e estética dos alunos. A área de Arte, assim constituída, refere-se às linguagens artísticas, como as Artes Visuais, a Música, o Teatro e a Dança. A área das Artes que se está delineando neste documento visa a destacar os aspectos essenciais da criação e percepção estética dos alunos e o modo de tratar a apropriação de conteúdos imprescindíveis para a cultura do cidadão contemporâneo. As oportunidades de aprendizagem de artes, dentro e fora da escola, mobilizam a expressão e a comunicação pessoal e ampliam a formação do estudante como cidadão, principalmente por intensificar as relações dos indivíduos tanto com seu mundo interior como com o exterior. Em particular, para os alunos da EJA, muitos deles envolvidos em processos culturais ricos e diversificados, como produtores, como apreciadores e difusores de cultura o ensino e as práticas educativas relacionadas a Arte ganham relevância singular para a identidade desses alunos.

Entende-se que o educando desenvolve sua cultura de artes fazendo, conhecendo e apreciando produções artísticas, das mais diversas fontes e proveniências, que são ações que integram o perceber, o pensar, o aprender, o recordar, o imaginar, o sentir, o expressar, o comunicar. A realização de trabalhos pessoais, assim como a apreciação de seus trabalhos, os dos colegas e a produção de artistas, se dá mediante a elaboração de idéias, sensações, hipóteses e esquemas pessoais que o aluno vai estruturando e transformando, ao interagir com os diversos conteúdos de artes manifestados nesse processo dialógico.

Produzindo trabalhos artísticos e conhecendo essa produção nas outras culturas, o aluno da EJA poderá compreender a diversidade de valores que orientam tanto seus modos de pensar e agir como os da sociedade. Trata-se de criar um campo de sentido para a valorização do que lhe é próprio e favorecer o entendimento da riqueza e diversidade da imaginação humana, incluindo nela suas próprias vivências e bagagem cultural. Além disso, os alunos tornam-se capazes de perceber sua realidade cotidiana mais vivamente, reconhecendo e decodificando formas, sons, gestos, movimentos que estão à sua volta, e que tecem a rede de conhecimentos e relações sociais que formam os saberes adquiridos ao longo da vida. O exercício de uma percepção crítica das transformações que ocorrem na natureza e na cultura pode criar condições para que os alunos da EJA percebam o seu comprometimento na manutenção de uma qualidade de vida melhor, e a necessidade de valorização do seu entorno cultural.

A dimensão social das manifestações artísticas revela modos de perceber, sentir e articular significados e valores que orientam os diferentes tipos de relações entre os indivíduos na sociedade. A Arte estimula o aluno a perceber, compreender e relacionar tais significados sociais. Essa forma de compreensão da Arte inclui modos de interação como a empatia e se concretiza em múltiplas sínteses. O conhecimento da Arte abre perspectivas para que o aluno tenha uma compreensão do mundo na qual a dimensão poética esteja presente: a Arte ensina que nossas experiências geram um movimento de transformação permanente, que é preciso reordenar referências a cada momento, ser flexível. Isso significa que criar e conhecer são indissociáveis e a flexibilidade é condição fundamental para aprender.

Ao ter oportunidade de desenvolver aprendizagens relacionadas a Arte na escola, o educando de EJA poderá integrar os múltiplos sentidos presentes na dimensão do concreto e do virtual, do sonho e da realidade. Tal integração é fundamental na construção da identidade e da consciência do jovem, da recuperação de sentidos e significâncias para adultos e idosos que poderão assim compreender melhor sua inserção e participação na sociedade.

4.2.3.2. Critérios específicos eliminatórios para o componente curricular Arte

Além dos critérios eliminatórios comuns, para o componente curricular Arte será observado se a coleção possibilita ao aluno de EJA:

- (1) Experimentar e explorar as possibilidades de diferentes linguagens artísticas;
- (2) Compreender e utilizar a Arte como linguagem, mantendo uma atitude de busca pessoal e/ou coletiva, articulando a percepção, a imaginação, a emoção, a investigação, a sensibilidade e a reflexão ao realizar e fruir produções artísticas;
- (3) Experimentar e conhecer materiais, instrumentos e procedimentos artísticos diversos em Arte (artes visuais, dança, música, teatro, arte digital), de modo a identificá-los e interpretá-los na apreciação e contextualizá-los culturalmente;
- (4) Construir uma relação de autoconfiança com a produção artística pessoal e o conhecimento estético, respeitando a própria produção e a dos colegas, sabendo receber e elaborar críticas;
- (5) Identificar, relacionar e compreender a arte como fato histórico contextualizado nas diversas culturas, conhecendo, respeitando e podendo observar as produções presentes no entorno, assim como as demais do patrimônio cultural e do universo cultural e natural, identificando a existência de diferenças nos padrões artísticos e estéticos de diferentes grupos;
- (6) Observar as relações entre a arte e a leitura da realidade, refletindo, investigando, indagando, com interesse e curiosidade, exercitando a discussão, a sensibilidade, argumentando e apreciando artes de modo sensível;
- (7) Identificar, relacionar e compreender os diferentes âmbitos da arte, do trabalho e da produção dos artistas;
- (8) Identificar, investigar e organizar informações sobre a Arte, reconhecendo e compreendendo a variedade dos produtos artísticos e concepções estéticas presentes na história das diferentes culturas e etnias;
- (9) Pesquisar e saber organizar informações sobre artes em contato com artistas, obras de artes, fontes de comunicação e informação;
- (10) Utilizar os conhecimentos sobre a relação artes e realidade para analisar formas de organização de mundo e de identidades;
- (11) Analisar criticamente as diversas produções artísticas como meio de explicar diferentes culturas, padrões de beleza e preconceitos artísticos;
- (12) Reconhecer o valor da diversidade artística e das inter-relações de elementos que se apresentam nas manifestações de vários grupos sociais e étnicos.

4.2.4. Componente curricular Matemática

4.2.4.1. Princípios de avaliação para o componente curricular Matemática

A Matemática, hoje, é usada para fazer estimativas e previsões, ler, interpretar e organizar dados, tomar decisões com base em dados quantitativos, compreender e utilizar conceitos e procedimentos matemáticos na resolução de problemas em muitas áreas do conhecimento ou no dia-a-dia. A utilização da Matemática é cada vez maior, pois ela permite resolver problemas em inúmeras situações, das mais simples às mais complexas, como também possui um valor educativo, de sistematizar o pensamento. A disponibilidade de tecnologias que facilitam a realização de cálculos e operações não fez diminuir a necessidade da Matemática. Ao contrário, delegando a máquinas esses aspectos puramente mecânicos, e que durante muito tempo fizeram parte importante de seu ensino,

essas tecnologias permitem que se enfatize o raciocínio matemático, que hoje é realmente importante na formação matemática.

Nesse contexto, o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem em matemática deve capacitar os alunos para:

- usar com autonomia o raciocínio matemático, para a compreensão do mundo que nos cerca;
- raciocinar, fazer abstrações com base em situações concretas, generalizar, organizar e representar;
- planejar ações e projetar soluções para problemas novos, que exigem iniciativa e criatividade;
- resolver problemas, criando estratégias próprias para sua resolução, ou utilizando estratégias convencionais, desenvolvendo a imaginação e a criatividade;
- compreender e transmitir idéias matemáticas, por escrito ou oralmente, desenvolvendo a capacidade de argumentação;
- estabelecer relações entre os campos da Matemática e entre estes e outros campos do saber;
- relacionar conceitos e estratégias de diferentes campos matemáticos, sendo capaz de identificar diferentes formas ou abordagens para resolver problemas;
- interpretar matematicamente situações do dia-a-dia, e também do mundo tecnológico e científico;
- avaliar se resultados obtidos na solução de situações-problema são ou não razoáveis;
- fazer estimativas mentais de resultados ou cálculos aproximados;
- utilizar as novas tecnologias da informação e da comunicação.

Estes objetivos devem servir de orientação para todo o processo de ensino e aprendizagem da Matemática, desde os primeiros passos da escolaridade. Ao propor esta lista de objetivos para o ensino de Matemática, delineia-se uma mudança de enfoque: saímos da simples preocupação com o que ensinar, para levar em conta também o processo de ensino e aprendizagem e o significado do que se ensina nas práticas sociais atuais.

A escolha de conteúdos adequados à sociedade atual, que possam prover instrumentos eficazes para a resolução de problemas, deve ser valorizada e efetivamente trabalhada no processo de ensino e aprendizagem de Matemática.

Para uma aprendizagem significativa, devem ser dosados, neste processo, judiciosamente, o uso de intuição, de fatos do dia-a-dia, o emprego de variados materiais didáticos, o início da apresentação da Matemática abstrata, visando, por um lado, a aprendizagem futura e, por outro lado, o desenvolvimento da capacidade de raciocinar, de fazer abstrações a partir de situações concretas, de generalizar, de organizar e de representar.

A abordagem dessas competências deve levar em conta as características de jovens, adultos e idosos da EJA, sem subestimá-los ou superestimá-los. O texto subestima os alunos da EJA quando desconsidera a riqueza e variedade de experiências e interesses que ele traz para a escola. O aluno da EJA é também subestimado com a apresentação de situações, problemas e atividades que não exercitam sua imaginação e criatividade. O aluno da EJA é superestimado quando apresenta a Matemática de um ponto de vista meramente formal e sistematizado.

4.2.4.2. Critérios específicos eliminatórios para o componente curricular Matemática (fl.55)

Além dos critérios eliminatórios comuns, para o componente curricular Matemática será excluída a coleção que:

- (1) apresentar erro ou indução a erro em conceitos, argumentação e procedimentos matemáticos, no livro do aluno, no Manual do educador e, quando houver, no glossário;
- (2) deixar de incluir um dos campos da Matemática escolar, a saber, números e operações, álgebra, geometria, grandezas e medidas e tratamento da informação;

- (3) der atenção apenas ao trabalho mecânico com procedimentos, em detrimento da exploração dos conceitos matemáticos e de sua utilidade para resolver problemas;
- (4) apresentar os conceitos com erro de encadeamento lógico, tais como: recorrer a conceitos ainda não definidos para introduzir outro conceito, utilizar-se de definições circulares, confundir tese com hipótese em demonstrações matemáticas;
- (5) deixar de propiciar o desenvolvimento, pelo aluno, de competências cognitivas básicas, como: observação, compreensão, argumentação, organização, análise, síntese, comunicação de idéias matemáticas, memorização;
- (6) supervalorizar o trabalho individual;
- (7) apresentar publicidade de produtos ou empresas.

4.2.5. Componente curricular Ciências

4.2.5.1. Princípios e critérios de avaliação para o componente curricular Ciências

O rápido crescimento da Ciência ocorrido nos últimos 100 anos foi acompanhado por uma educação formal focada cada vez mais na informação e na memorização. Além disso, temas e práticas descontextualizadas, muito distantes da realidade e do dia-a-dia dos alunos, têm dificultado a compreensão de como a ciência e a tecnologia são produzidas e afetam nossa sociedade. O livro didático de Ciências deve contribuir para romper com esse modelo de ensino e familiarizar o estudante com a pesquisa, orientando-o para a investigação de fenômenos e temas que evidenciem a utilidade da Ciência para o bem estar social e para a formação de cidadãos aptos a responder aos questionamentos que o século XXI nos coloca.

Promover a pesquisa durante o processo de ensino cria condições efetivas para um prazeroso e eficiente aprendizado. A pesquisa propicia situações, tanto coletivas como individuais, para observações, questionamentos, formulação de hipóteses, experimentação, análise e registro, estabelecendo um rico processo de troca entre educadores e alunos para gerar novas indagações. A educação em Ciências passa então a ser empolgante, dinâmica e estimulante, permitindo ao aluno explorar, conhecer e transformar seu mundo. Torna-se um processo em que sempre há espaço para atividades lúdicas e práticas. É esse o conceito de ensino de Ciências que se espera ser trabalhado no livro didático: ensinar Ciências fazendo ciência.

O nosso ambiente de vida oferece variadas e atraentes possibilidades de estudo, permitindo ao aluno observar, levantar hipóteses, medir, experimentar, fazer contas, ler, escrever, desenhar e se envolver de forma a construir um conhecimento científico e uma visão crítica do mundo que o cerca. Ao invés de simplesmente informar, o livro didático deve estimular a busca de respostas.

O tema desenvolvimento sustentável deve perpassar os conteúdos desenvolvidos no material didático de Biologia, com destaque para debates sobre o consumo consciente, tecnologias limpas, direitos das futuras gerações, responsabilidade global pela preservação da natureza.

O livro didático é um suporte de conhecimentos e de métodos para o ensino, e serve como orientação para as atividades de produção e reprodução de conhecimento. Assim, é fundamental que o livro didático e, especialmente, o manual do educador, estimule outras leituras e apresente variadas referências bibliográficas, por meio de diferentes possibilidades: revistas especializadas, obras disponíveis em bibliotecas (da escola, da cidade, de instituições de Ensino superior, dentre outras), além de obras e/ou textos obtidos por meio da rede mundial de computadores (internet).

4.2.5.2. Critérios específicos eliminatórios para o componente curricular Ciências

Além dos critérios eliminatórios comuns, para o componente curricular Ciências será observado se a coleção apresenta:

- (1) propostas de atividades que estimulem a investigação científica, por meio da observação, experimentação, interpretação, análise, discussões dos resultados, síntese, registros, comunicação e de outros procedimentos característicos da Ciência;

- (2) temas de estudo, atividades, linguagem e terminologia científica adequadas ao estágio de desenvolvimento cognitivo dos estudantes;
- (3) iniciação às diferentes áreas do conhecimento científico, assegurando a abordagem de aspectos centrais em física, astronomia, química, geologia, ecologia e biologia (incluindo zoologia, botânica, saúde, higiene, fisiologia e corpo humano);
- (4) articulação dos conteúdos de Ciências com outros campos disciplinares;
- (5) produção do conhecimento científico como atividade que envolve diferentes pessoas e instituições às quais se deve dar os devidos créditos;
- (6) textos e atividades que colaborem com o debate sobre as repercussões, relações e aplicações do conhecimento científico na sociedade, buscando uma formação para o pleno exercício da cidadania;
- (7) orientação para o desenvolvimento de atividades experimentais factíveis, com resultados confiáveis e interpretação teórica correta;
- (8) incentivo a uma postura de respeito ao ambiente, conservação e manejo corretos;
- (9) orientações claras e precisas sobre os riscos na realização dos experimentos e atividades propostos visando garantir a integridade física de alunos, educadores e demais pessoas envolvidas no processo educacional;
- (10) propostas de atividades que estimulem a interação e participação da comunidade escolar, das famílias e da população em geral;
- (11) propostas de visitas a espaços que favoreçam o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem (museus, centros de ciências, universidades, centros de pesquisa e outros);
- (12) propostas de uso de tecnologias da informação e comunicação.

4.2.6. Componente curricular História

4.2.6.1. Princípios e critérios de avaliação para o componente curricular História

Como área de conhecimento, a História modificou-se muito no século XX, deixando de ser entendida como o resgate dos fatos ocorridos para ser a representação destes, por meio da interpretação das fontes e testemunhos. Contudo, o conhecimento histórico escolar ainda está muito marcado pelo senso comum sobre a História: a enumeração, a mais exata possível, dos fatos, datas e personagens do passado e, portanto, centrada na informação e na memorização.

Considera-se que há consenso suficiente entre os profissionais de História para afirmar que a educação básica precisa desconstruir esse senso comum, o qual está na base da percepção de que, no livro didático, há uma verdade absoluta, ignorando os saberes prévios dos estudantes. Essa visão parte de uma concepção de ensino-aprendizagem calcada na transmissão sem relação com a realidade e com o dia-a-dia dos alunos, o que não proporciona, portanto, a compreensão de como o conhecimento do passado e dos modos humanos padronizados de agir, pensar e sentir, estabelecidos em diferentes tempos e espaços, podem possibilitar, pensar historicamente, que é o objetivo central do ensino-aprendizagem de História.

Neste sentido, é fundamental a diferenciação entre a vivência desses processos e a forma de produção de conhecimento sobre eles, ou seja, a compreensão do processo histórico e da produção de conhecimento sobre o mesmo. Da capacidade de discernir entre essas duas dimensões da História derivará o desenvolvimento de capacidades que auxiliem o aluno a atuar na sociedade de forma autônoma, crítica, participativa, digna e responsável.

Portanto, ensina-se História como se produz o conhecimento histórico. O desafio de uma boa coleção didática não é explorar a maior quantidade de conteúdos, mas ser um instrumento para que o educador trabalhe com os alunos a metodologia da produção do conhecimento histórico, sempre adequado ao nível de escolaridade a que a coleção se destina.

Tal ensino deve ser de qualidade, ou seja, deve adequar-se às necessidades socioculturais da sociedade brasileira, considerar os interesses e as potencialidades cognitivas dos alunos, levar em conta os saberes gestados na prática docente e oferecer tecnologia educacional compatível, seja com a legislação educacional em vigor, seja com as tendências científicas abonadas pela academia.

Neste segmento de Ensino Fundamental, o livro didático deve contribuir para o desenvolvimento dos conceitos de História, fonte, historiografia, memória, acontecimento, seqüência, encadeamento, períodos, fato, tempo, simultaneidade, ritmos de tempo, medidas de tempo, sujeito histórico, espaço, historicidade, identidade, semelhança, diferença, contradição, continuidade, permanência, mudança, evidência, causa, ficção, narrativa, verdade, ruptura, explicação e interpretação.

4.2.6.2. Critérios específicos eliminatórios para o componente curricular História (fl.53/54)

Além dos critérios eliminatórios comuns, para o componente curricular História será observado se a coleção:

- (1) utiliza a intensa produção de conhecimento nas áreas da História e da Pedagogia, realizada nos últimos anos, considerando-a como ponto de reflexão e de discussão;
- (2) compreende a escrita da História como um processo social e cientificamente produzido e que desempenha funções na sociedade;
- (3) explicita as opções teórico-metodológicas (histórica e pedagógica);
- (4) apresenta coerência entre as opções teórico-metodológicas explicitadas e o desenvolvimento dos textos principais, textos complementares, ilustrações e com os objetivos gerais do ensino de História para os anos finais do Ensino Fundamental;
- (5) adota opções teórico-metodológicas que contribuem efetivamente para a consecução dos objetivos da História acadêmica, da disciplina escolar História para os anos finais do Ensino Fundamental;
- (6) desperta os alunos para a historicidade das experiências sociais, trabalhando conceitos, habilidades e atitudes, na construção da cidadania. Estimula o convívio social e o reconhecimento da diferença, abordando a diversidade da experiência humana e a pluralidade social, com respeito e interesse. Na área de História, esses preceitos éticos, contudo, só têm sentido se tratados historicamente, visto que, desistoricizados, podem se revestir, apenas, de ensinamentos morais e cívicos que não condizem com os objetivos do ensino nem com a produção do conhecimento histórico;
- (7) contribui para o desenvolvimento da autonomia de pensamento, o raciocínio crítico e a capacidade de argumentar;
- (8) apresenta ilustrações variadas quanto às possibilidades de significação como os desenhos, fotografias e reproduções de pinturas;
- (9) apresenta ilustrações que exploram as múltiplas funções das imagens, de forma a auxiliar o aprendizado do alfabetismo visual e do ensino de História;
- (10) apresenta imagens acompanhadas de atividades de leitura e interpretação e de interação, sempre que possível referenciada sua condição de fonte para a produção do conhecimento histórico.

Para que haja coerência com os princípios acima listados, as obras didáticas não devem conter anacronismos e voluntarismos.

O anacronismo consiste em atribuir razões ou sentimentos gerados no presente aos agentes históricos do passado, interpretando-se, assim, a História em função de critérios inadequados, como se os atuais fossem válidos para todas as épocas. Trata-se, com efeito, de distorção grave, que compromete totalmente a compreensão do processo histórico.

O voluntarismo, por sua vez, consiste em aplicar a documentos e textos uma teoria a priori, em função do que se quer demonstrar. Desta forma, a escrita da História é utilizada apenas para confirmar as explicações já existentes na mente da autoria, que parte de convicções estabelecidas por motivos ideológicos, religiosos ou pseudocientíficos. Pode, ainda,

originar-se da tentativa da aplicação de teorias explicativas, tomadas acriticamente. Serão excluídas as coleções didáticas que apresentarem erros de informação tópica, nominal ou cronológica.

4.2.7. Componente curricular Geografia

4.2.7.1. Princípios e critérios de avaliação para o componente curricular Geografia

O movimento de renovação da ciência geográfica, intensificado nas últimas décadas do século XX, teve como uma de suas prioridades a reflexão acerca de suas concepções teórico-metodológicas. Desenvolvido a partir da produção acadêmica, esse processo trouxe evidentes repercussões para a Geografia abordada na educação básica, que, de modo geral, se pautava na busca de explicações objetivas e quantitativas da realidade, imprimindo o mito do discurso neutro e mantendo as análises geográficas presas ao mundo das aparências.

As bases dessa revisão crítica foram lançadas no Brasil já no início da década de 1970, em inúmeras obras e eventos, mas, apenas na década seguinte, os debates acadêmicos alcançaram, de fato, as instituições de Ensino Fundamental. Esse movimento trouxe inúmeras mudanças para o ensino de Geografia, traduzidas em propostas curriculares municipais e estaduais e livros didáticos, que também começaram a trabalhar com proposições identificadas com a(s) Geografia(s) Crítica(s).

A visão de Geografia contida neste Edital é a de uma ciência que estuda processos, dinâmicas e fenômenos da sociedade e da natureza, para compreender as relações sociedade/espço/tempo que se concretizam diacrônica e sincronicamente, produzindo, reproduzindo e transformando o espaço geográfico nas escalas local, regional, nacional e mundial. Essas relações abordadas no processo de construção social, cuja gênese se constitui no espaço e no tempo, não podem ser entendidas como uma enumeração ou descrição de fatos e fenômenos desarticulados, que se esgotam em si mesmos.

O raciocínio geográfico forma-se a partir de um referencial teórico-metodológico, assentado sobre os conceitos de natureza, paisagem, espaço, território, região e lugar, congregando dimensões de análise que abordam tempo, cultura, sociedade, poder e relações econômicas e sociais.

Partindo dessas referências, o estudo espacial deve estar voltado para a identificação das variáveis básicas que permitam perceber a totalidade: localização, distância, semelhanças, diferenças, hierarquias, atividades e sistemas de relações, de maneira a articular formas, conteúdos, processos e funções, observando as articulações e contradições existentes entre essas dimensões da realidade. Isso pressupõe ultrapassar a mera descrição dos elementos constituintes do espaço, enfatizando sua gênese, motivação e interesses dos agentes sociais em suas múltiplas determinações.

Na observação e interpretação da realidade social, econômica, política e cultural, a Cartografia torna-se indispensável, na medida em que possibilita o registro e o estabelecimento de correlações entre as dimensões da sociedade e da natureza no tempo e no espaço.

Esses princípios teórico-metodológicos da ciência geográfica, quando expressos em uma linguagem científica adequada e coerente ao Ensino Básico, traduzem uma compreensão dos processos formadores da realidade. Neste sentido, contribui para o alcance do objetivo geral da Geografia, como componente obrigatório do currículo escolar: formar cidadãos capazes de analisar a realidade, com suas semelhanças, diferenças e desigualdades sociais, apresentando, no decorrer do processo ensino-aprendizagem, propostas para sua transformação.

O conteúdo, além de orientações didático-pedagógicas, é de fundamental importância para o educando compreender e refletir sobre seu cotidiano, articulado às escalas regional, nacional e mundial, sendo imprescindível trabalhar as interações da sociedade com a natureza. Com base nessas interações, o livro didático deve conter explicações sobre a produção do espaço pelas sociedades ao longo da história, com argumentações sobre esse processo de transformação contínua e desigual, visto que as bases naturais desses espaços produzidos socialmente são também diferentes, em razão da localização dos recursos disponíveis na superfície terrestre.

Como as interações sociedade-natureza também se transformam em decorrência de redes e conexões do atual meio técnico/científico/informacional, o livro didático de Geografia pode contribuir com o trabalho do educador, trazendo informações, conhecimentos e concepções que preparem o aluno para localizar-se e atuar em um mundo complexo e contraditório, decodificá-lo, compreender seu sentido e significado.

Ao oferecer contribuições para o estudante se apropriar de uma linguagem necessária ao desenvolvimento de habilidades de representar e interpretar o mundo em suas múltiplas escalas, o livro didático deve sugerir a realização de trabalhos de campo, que estimulem a observação, a investigação, a comparação, a compreensão, a interpretação, a criatividade, a análise e a síntese. Neste aspecto, o domínio e utilização da linguagem cartográfica são indispensáveis para a construção e registro de conhecimentos e valores, na compreensão das diferenças existentes entre o real e sua representação e na articulação entre conteúdo e forma, devendo ser a Cartografia amplamente utilizada e articulada às novas tecnologias disponíveis na escola.

4.2.7.2. Critérios específicos eliminatórios para o componente curricular Geografia

A problematização dos temas tratados pela Geografia, tanto nos textos como nas atividades e ilustrações, deve favorecer a discussão e a crítica, de modo a conscientizar cada aluno de seu papel de agente social, indispensável ao desenvolvimento de habilidades e procedimentos que estimulem a formação de atitudes para o exercício da cidadania, no âmbito do componente curricular.

Nessa acepção, uma boa coleção de livros didáticos de Geografia deve, necessariamente, apresentar:

- (1) compatibilidade entre a opção teórico-metodológica adotada, os conteúdos geográficos desenvolvidos e o modo como são desenvolvidos, evitando paradoxos de interpretações;
- (2) articulação das relações espaço-temporais que possibilitem compreender a construção histórica do espaço geográfico e as interações da Sociedade com a Natureza;
- (3) articulação dos processos históricos, sociais, econômicos, políticos e culturais para a explicação do estágio de desenvolvimento dos povos e países, mantendo-se o direito à diversidade dentro de padrões éticos e de respeito à liberdade de indivíduos e grupos, com isenção de preconceitos, tanto de origem, etnia, gênero, religião, idade ou outras formas de discriminação;
- (4) discussões e renovações na área, mostrando-se atualizada em relação aos avanços teorico-metodológicos recentes aceitos pela comunidade científica e incorporados à corrente de pensamento que for adotada pela coleção ou livro didático, ressaltando-se que a opção por uma dada corrente não será indicativo de sua qualidade;
- (5) discussão de diferenças políticas, econômicas, sociais e culturais de povos e países, sem discriminar ou tratar negativamente os que não seguem o padrão hegemônico de conduta da Sociedade Ocidental, evitando visões distorcidas da realidade e a veiculação de ideologias antropocêntricas, políticas ou ambas;
- (6) conceitos vinculados às dimensões de análise que abordam tempo, cultura, sociedade, poder e relações econômicas e sociais sem omitir qualquer um dos conceitos estruturantes do espaço geográfico: natureza, paisagem, espaço, território, região e lugar;
- (7) conceitos e informações corretas que permitam a compreensão da formação, do desenvolvimento e da ação dos elementos constituintes do espaço físico, suas formas e suas relações;
- (8) conceitos e informações corretas que permitam compreender a formação, desenvolvimento e ação dos elementos constituintes do espaço humano, assim como os processos sociais, econômicos, políticos e culturais, suas formas e suas relações;
- (9) conceitos e informações relacionadas de maneira correta, encaminhando os passos necessários à análise da dimensão geográfica da realidade;
- (10) temas e conteúdos da geografia econômica sem o objetivo de publicidade, mostrando a necessária diversificação dos produtos apenas para explicar os processos espaciais;

- (11) atividades que favoreçam a realização de trabalhos de campo, em pelo menos um volume da coleção, estimulando a observação, a investigação, a comparação, a compreensão, a interpretação, a criatividade, a análise e a síntese;
- (12) leituras complementares de fontes científicas reconhecidas e atualizadas, acompanhadas de referências bibliográficas, nota de rodapé ou outras formas adequadas, que ampliem conceitos e conteúdos e sejam, de fato, coerentes com o texto principal, evitando textos herméticos, mesmo que sejam de pensadores consagrados;
- (13) linguagem adequada que considere as características das pessoas jovens, adultas e idosas que buscam a EJA e seja apropriada à transmissão dos conhecimentos geográficos, ao desenvolvimento do vocabulário e dos conhecimentos linguísticos, evitando reducionismos e estereótipos no tratamento das questões sociais e naturais;
- (14) ilustrações que dialogam com o texto e com exemplos da diversidade étnica da população brasileira e da pluralidade social e cultural do país, não devendo reforçar preconceitos e estereótipos em relação a gênero e a outras nações do mundo;
- (15) escala adequada de representação dos fenômenos tratados;
- (16) legendas sintéticas, com cores definidas, evitando o excesso da informação a ser identificada e localizada no mapa, bem como, datas, símbolos convencionais e demais créditos necessários para a identificação das fontes utilizadas;
- (17) orientação para o uso adequado dos pontos cardeais e colaterais, a partir da Rosa dos Ventos colocada ao lado dos mapas e figuras;
- (18) fontes fidedignas na citação de textos e mapas, evitando utilizar um mapa já conhecido de outro(a) autor(a) sem a citação correta, negando-lhe a autoria e indicando apenas as mesmas fontes que este(a) autor(a) utilizou, sintetizou e citou na sua elaboração.

5. COMPONENTES CURRICULARES DO ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE EJA

5.1. Componente curricular Língua Portuguesa

5.1.1. Princípios e critérios de avaliação para o componente curricular Língua Portuguesa

O desenvolvimento da proficiência oral em situações públicas e, particularmente, da proficiência em escrita, é condição tanto para a formação do aluno como cidadão pleno, como para o desenvolvimento de sua autonomia relativa aos estudos. Por outro lado, a capacidade de refletir sobre fatos de língua e linguagem, assim como a construção de conhecimentos correspondentes - e em particular a representação cientificamente válida da história, da organização e do funcionamento da língua portuguesa - fazem parte da demanda intelectual básica que o próprio exercício da cidadania plena e a escolarização bem sucedida pressupõem. Considerando-se, ainda, tanto a relevância cultural da literatura, quanto o papel específico da literatura brasileira na cultura e na vida social do País, acrescente-se, a esse patrimônio intelectual a ser construído, a familiaridade com a produção literária de língua portuguesa e os conhecimentos especializados decorrentes dessa experiência. Numa perspectiva como essa, será preciso definir, para Língua Portuguesa, objetivos de ensino-aprendizagem compatíveis com o contexto do Ensino Médio, a começar por sua dupla situação: etapa final da educação básica (com ou sem uma saída profissionalizante) e preparação para os estudos superiores. Isso significa que as proficiências orais e escritas a serem desenvolvidas, assim como a capacidade de reflexão sobre a Língua Portuguesa e de sistematização desses conhecimentos, devem justificar-se pela contribuição que possam dar para a inserção do aluno egresso desse nível de ensino tanto no mundo do trabalho, quanto na vida social republicana, na cultura letrada e na escolarização de nível superior.

Examinando-se essa mesma questão do ponto de vista da seriação escolar, o EM deve ser encarado tanto como *sequência* coerente do EF - e, portanto, como sua *continuidade* - quanto como uma *ruptura*, dadas as especificidades de seu alunado e das demandas sociais que a ele estão associadas. Entre outras coisas, isso implica:

- manutenção do compromisso com o desenvolvimento de proficiências orais e escritas socialmente relevantes - e, portanto, a continuidade necessária do ensino de leitura, escuta crítica e produção de textos, tanto orais quanto escritos;
- retomada e aprofundamento das capacidades de reflexão sobre a língua e a linguagem, mas agora com a necessária introdução dos conhecimentos linguísticos e literários não só como ferramentas mas, ainda, como *objetos de ensino-aprendizagem* próprios;
- sistematização progressiva dos conhecimentos metalinguísticos decorrentes da reflexão, com o objetivo de levar o aluno a construir uma representação cientificamente plausível da língua e a uma concepção esteticamente legítima da literatura de língua portuguesa, em especial a brasileira.

Será preciso, ainda, reconhecer que o aluno da EJA Médio, pela faixa etária em que se situa, pela escolarização já vivida e pelo tipo de inserção social que o caracteriza, é um sujeito social bastante diferente do aluno do Ensino Fundamental regular, sobretudo o aluno jovem, adultos e idosos, que desenvolve seus estudos na modalidade EJA Médio. Assim como no EF, boa parte do alunado do EJA Médio, nas redes públicas, é egressa de camadas populares, com todas as implicações sociais e culturais decorrentes disso. No entanto, o fato de esse aluno de origem popular já ter concluído o EF e de, além disso, poder manter-se nos estudos, mesmo quando já inserido no mercado de trabalho, lhe confere um *status* social diferenciado. E dá origem a expectativas e demandas socioculturais também distintas, a começar pelo reconhecimento da “escolaridade média”, um indicador de qualificação para toda uma gama de trabalhos. Nesse sentido, aqueles conhecimentos que costumamos definir como “o essencial que um aluno de EM deve saber” - objeto, por sua vez, de inquietações sociais como a que se manifesta no Enem e nos vestibulares - representa uma outra evidência do valor socialmente atribuído a esse nível de escolarização. Levar em conta esse perfil, na organização da vida escolar e nas diferentes instâncias de planejamento do ensino, é, portanto, um requisito indispensável para o funcionamento adequado e eficaz do Ensino Médio. Nesse sentido, a escolarização do jovem, adulto e idoso deve organizar-se como *um processo intercultural de formação pessoal e de (re)construção de conhecimentos socialmente relevantes, tanto para a participação cidadã na vida pública, quanto para a inserção no mundo do trabalho e no prosseguimento dos estudos*. Nesse processo, o diálogo efetivo e constante com as culturas populares e regionais, com as quais o público jovem, adulto e idoso convive é fundamental.

No que diz respeito ao que há de particular à disciplina de Língua Portuguesa, no contexto da área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (LCT), o (re)conhecimento do perfil do alunado de EJA deve traduzir-se na definição de objetivos de ensino-aprendizagem compatíveis, assim como na seleção de conteúdos adequados e nas orientações metodológicas correspondentes.

Considerando-se, entretanto, que o Ensino Médio é a etapa final da educação básica, que os alunos de EJA Médio são jovens, adultos e idosos já inseridos em diferentes formas de protagonismo social, que sobre eles recaem demandas e expectativas próprias do mundo do trabalho e da vida pública, inclusive no que diz respeito à participação política e cultural, alguns fatores complementares devem ser alvo de igual atenção.

É preciso, portanto, não só aprofundar o processo de apropriação de capacidades de leitura e escrita, especialmente as mais sofisticadas, por parte dos alunos do Ensino Médio, como também mudar as práticas de letramento escolar, ainda vigentes nesse nível de ensino. Assim, devem estender-se, também para esse nível, as três preocupações centrais já estabelecidas, para o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental:

- a) o processo de apropriação da linguagem escrita (em compreensão e produção) pelo aluno, assim como das formas públicas da linguagem oral - o mais complexo e variado possível;
 - b) o desenvolvimento da proficiência na norma-padrão, especialmente em sua modalidade escrita, mas também nas situações orais públicas em que seu uso é socialmente requerido
- e

c) a prática de análise e reflexão sobre a língua, na medida em que se fizer necessária ao desenvolvimento da proficiência oral e escrita, em compreensão e produção de textos. Isso significa que as atividades de leitura, produção de texto e exercício da oralidade, em situações reais de uso, devem ser, também neste grau, prioritárias no ensino-aprendizagem da área. Por decorrência, devem estar adequadamente refletidas nas propostas curriculares, que devem atribuir a esses conteúdos a necessária relevância, inclusive no que diz respeito à distribuição da carga horária e ao trabalho em sala de aula.

5.1.2. Critérios específicos eliminatórios para o componente curricular Língua Portuguesa

Os princípios gerais podem ser conferidos em documentos oficiais como as *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Podem ainda ser consideradas como uma proposta de reorganização das concepções e das práticas didáticas de Língua Portuguesa no cenário projetado pelo documento *Ensino Médio Inovador: documento orientador*. (geral)

Para o componente curricular Língua Portuguesa será observado:

Se no trabalho com o texto apresenta:

(1) abordagem de textos da tradição literária brasileira e de língua portuguesa em geral, orientada para a *formação do leitor de literatura* e secundada por um processo de construção de conhecimentos específicos;

(2) abordagem mais intensa e sistemática dos gêneros em circulação nas esferas públicas, tais como a técnico-científica, a política, a do jornalismo de opinião e os mais frequentes no mundo do trabalho, privilegiando-se textos opinativos, argumentativos, expositivos e injuntivos;

(3) diálogo o mais intenso possível com as formas de expressão e os gêneros próprios das diversas culturas.

Se no ensino da norma-padrão:

(1) Aborda os fatores socioculturais e políticos que entram em jogo no estabelecimento e difusão de ideais e padrões linguísticos;

(2) considera a língua padrão no contexto da variação linguística, sem estigmatizar as demais variedades.

Se na reflexão sobre a língua e a linguagem:

(1) considera as relações que se estabelecem entre a linguagem verbal e outras linguagens, no processo de construção dos sentidos de um texto;

(2) sistematiza, com base na observação do uso e com o objetivo de subsidiar conceitualmente o desenvolvimento da proficiência oral e escrita, um corpo básico de conhecimentos relativos à língua e à linguagem;

(3) privilegia, em função de tomar o uso como objeto de reflexão, abordagens discursivo-enunciativas da língua, não se atendo, portanto, ao nível da frase.

5.2. Componente curricular Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol)

5.2.1. Princípios e critérios de avaliação para o componente curricular Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol)

A parte específica das Linguagens registra um conjunto de preceitos organizadores da proposta pedagógica, orientado pelo entendimento de linguagem como atividade social e política, que envolve concepções, valores e ideologias inerentes aos grupos sociais; atividade em permanente construção, por isso heterogênea e historicamente situada; prática discursiva, expressa por meio de manifestação verbal e não verbal e que se concretiza em diferentes línguas e culturas.

Considera-se como critério de avaliação:

- a seleção dos textos verbais e não verbais, quanto aos temas e à diversidade de tipos e gêneros de texto, de forma a garantir variedade representativa da diversidade étnica, social e cultural brasileira e das comunidades falantes da língua estrangeira;

- a sistematização dos conhecimentos linguísticos, a partir de situações de uso variadas;

- a relevância atribuída à formação do leitor autônomo;
- a preocupação com a produção escrita e oral;
- a valorização de estudo da intertextualidade e do uso estético da linguagem.
- possibilidades de construção de caminhos que levem o ensino de língua estrangeira no Ensino Médio a fazer parte da formação de cidadãos.

O ensino de Língua Estrangeira – Inglês e Espanhol – para a EJA Médio pauta-se, primordialmente, pelos objetivos que contribuam para a reflexão sobre a função social da língua estrangeira como uma disciplina que permite o acesso a outros bens, tais como a ciência, a tecnologia, as artes, as comunicações e produções (inter)culturais e o mundo do trabalho. Além disso, a aprendizagem de outras línguas possibilita o contato com novas e variadas formas de ver e organizar o mundo e com outros valores, os quais, confrontados com os nossos próprios, contribuem para uma saudável abertura de horizontes, uma ruptura de estereótipos, uma superação de preconceitos, um espaço de convivência com a diferença, que promove inevitáveis e frutíferos deslocamentos em relação às nossas próprias formas de organizar, dizer e valorizar o mundo.

Em conformidade com esses princípios gerais que balizam o ensino e a aprendizagem das línguas estrangeiras na atualidade, esse ensino, nessa etapa da educação formal, deve ter por objetivo possibilitar ao aprendiz:

- vivenciar uma experiência de comunicação humana pelo uso de uma língua estrangeira, no que se refere a novas e diversificadas maneiras de se expressar e de ver o mundo;
- refletir sobre os costumes ou maneiras de agir e interagir em diferentes situações e culturas, em confronto com as formas próprias do universo cultural dos alunos, de modo a promover uma visão plural e heterogênea do mundo, entendendo o papel de cada um como cidadão em nível local e global;
- reconhecer que a aprendizagem de Língua Estrangeira possibilita o acesso a legados culturais da humanidade construídos em outras partes do mundo;
- construir conhecimento sistêmico sobre a língua estudada, conhecimento sobre diferentes modalidades pragmático-discursivas vigentes nos diversos âmbitos sociais e regionais, sobre a organização textual e sobre como e quando utilizar a linguagem adequadamente nas situações de comunicação;
- desenvolver consciência lingüística e crítica dos usos que se fazem da língua estrangeira que está aprendendo;
- utilizar a língua estrangeira como fonte de informação, de fruição e como veículo de comunicação, em diversas práticas sociais da linguagem.

As obras para o ensino de Língua Estrangeira podem ser consideradas um espaço privilegiado para conectar linguagem(s) e cultura(s). A aprendizagem de Língua Estrangeira, mediada pelo livro didático, pode possibilitar ao aluno oportunidades de reflexão sobre a diversidade e a experiência humana em diversas partes do mundo, o que lhe permite compreender melhor e valorizar sua própria realidade. Sendo assim, é importante que as obras contribuam para a construção da cidadania garantindo oportunidades de:

- reconhecimento e respeito à diversidade local e global;
- identificação com outros indivíduos, sociedades, linguagens e culturas, promovendo a percepção da importância de sua própria realidade em relação a contextos locais e globais;
- interpretação das diferenças entre línguas e culturas, bem como das conseqüências sociais e políticas da hierarquização dessas diferenças, que causam desigualdades diversas;
- percepção, reconhecimento e compreensão da heterogeneidade de usuários da língua estrangeira estudada, em relação a nacionalidade, gênero, classe social, pertencimento étnico-racial, entre outros aspectos, através de fotos, ilustrações, pinturas e outros textos imagéticos que levem à superação de estereótipos e preconceitos;

- aceitação do multiculturalismo crítico como forma de superar uma visão mono cultural e homogênea dos países onde a língua estrangeira é falada;

- promoção do desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico.

No que se refere à estrutura editorial e ao projeto gráfico, as obras didáticas de línguas estrangeiras (Inglês e Espanhol) devem ater-se aos princípios comuns descritos neste Edital. Além disso, as obras didáticas devem:

- evitar o excesso de informações, cores e demais recursos gráficos que possam poluir as páginas e desviar a atenção do aluno das questões que efetivamente se quer explorar num determinado momento;

- utilizar ilustrações que reproduzam adequadamente a diversidade étnica, social e cultural das comunidades focalizadas, a pluralidade social e cultural dos países e regiões em que as línguas estrangeiras estudadas são faladas, não expressando, induzindo ou reforçando preconceitos e estereótipos nem estimulando comparações que depreciem as culturas estrangeiras focalizadas ou a nossa própria com relação a elas;

- escolher ilustrações que, além de adequadas à finalidade para as quais foram elaboradas devem ser claras, precisas e de fácil compreensão em relação aos seus objetivos.

Além disso, o ensino de Língua Estrangeira, na atualidade, busca não apenas instrumentalizar o aluno para usar a língua em diferentes práticas sociais, mas também valorizar o caráter educativo dessa disciplina, de modo a garantir uma formação mais ampla e diversificada do indivíduo e a formação do cidadão, que pode ter, entre outras coisas, acesso à construção coletiva do conhecimento. É fundamental, portanto, focalizar as línguas não somente como formas de expressão e comunicação, mas como espaços de construção de conhecimento, como portadoras de valores e sentimentos e como constituintes de significados e sentidos profundamente atrelados a processos históricos.

As quatro habilidades (ler, ouvir, falar e escrever) devem ser desenvolvidas de maneira integrada e estar vinculadas ao ensino do léxico, da pronúncia e da prosódia e dos conhecimentos lingüísticos e discursivos.

Compreensão escrita - No componente curricular Língua Estrangeira é essencial que a coletânea de textos seja composta por textos autênticos e originais, advindos de suporte impresso ou digital, para que se possibilite ao aprendiz qualidade de experiência em leitura, incluindo textos multimodais. Logo, a diversidade de temas, de gêneros e de tipos textuais, bem como a de contextos culturais e de circulação deve estimular a leitura como processo de construção de sentido, ao considerá-la uma situação efetiva de interação leitor-autor, tendo em conta a constituição histórico-social e ideológica de ambos. Para tanto, é necessário que:

- o aluno tenha contato com textos de diferentes esferas – científica, cotidiana, jornalística, jurídica, literária, publicitária – nas quais possa estreitar seu contato com diversas práticas de linguagem, de estilo formal e informal, de modo a confrontar diferentes recursos comunicativos;

- as atividades respeitem as convenções e os modos de ler constitutivos de diferentes gêneros e tipos textuais, bem como o caráter polifônico dos textos e, portanto, a multiplicidade de vozes nele presentes;

- o processo de compreensão envolva atividades de pré-leitura e pós-leitura;

- as atividades pressuponham a abordagem de diversas estratégias de leitura, tais como localização de informações explícitas no texto, levantamento de hipóteses, produção de inferência, reconstrução de sentidos do texto pelo leitor, compreensão global e detalhada do texto, dentre outras;

- as atividades explorem a intertextualidade e estimulem alunos e educadores a buscarem textos e informações fora dos limites do livro didático;

- as atividades de interpretação de texto sejam estimuladas, aceitando-se, dentro dos limites do que o próprio texto permite, a pluralidade de interpretações;

- o aluno seja formado como leitor reflexivo e crítico.

A imersão na cultura estrangeira a partir do texto literário é parte importante das atividades de leitura e deve sensibilizar o aluno para o uso estético da linguagem e contribuir para o desenvolvimento de uma consciência cultural mais ampla. As atividades com o texto literário devem, portanto:

- levar em conta as particularidades e as especificidades do texto literário, evitando usá-lo como simples pretexto para a focalização de questões gramaticais;
- estimular a leitura interpretativa e as experiências estéticas e prazerosas com a linguagem, não estrita e exclusivamente vinculadas a objetivos funcionais;
- situar e contextualizar o leitor em relação à obra da qual o texto faz parte e em relação ao momento histórico e à corrente literária a que ele pertence;
- estimular o leitor a conhecer a obra da qual o texto faz parte, assim como outras produções literárias, da mesma ou de outras épocas, do mesmo ou de outros gêneros.

Produção escrita - É preciso ter em conta que o desenvolvimento da escrita em língua estrangeira é um processo que deve passar por sucessivas etapas de reformulação e que supõe uma tomada de consciência a respeito das condições de produção: quem escreve, para quem, com que finalidade, de que forma, com que recursos, argumentativos ou de outra natureza, e em que suporte. Tudo isso exige planejamento e observância das características textuais e discursivas, que precisam, portanto, ser abordadas nas aulas de língua estrangeira. Assim, as atividades apresentadas pelas coleções para o desenvolvimento da produção escrita devem:

- tratar a produção escrita como processo interativo e em constante reformulação;
- considerar o uso social da escrita e trabalhar, de forma contextualizada e, tanto quanto possível, com finalidades precisas, com diferentes gêneros e tipos textuais;
- apresentar e discutir as características sócio-discursivas dos gêneros abordados, levando em conta as condições de produção e o potencial receptor do texto;
- explicitar as condições de produção: quem escreve e como se projeta enquanto enunciador, para quem escreve e como projeta o seu leitor, com que objetivo, em que suporte e em que momento;
- refletir sobre as regras e convenções que regem determinado sistema lingüístico no âmbito de recursos ortográficos, morfológicos, semânticos, sintáticos, estilísticos, retóricos e discursivos;
- contemplar e refletir sobre as diferentes etapas do processo de produção.

Compreensão oral - O trabalho com compreensão oral, que envolve a compreensão auditiva e a captação do sentido das mensagens, deve ter por objetivo preparar o aluno para vivenciar diversas situações de comunicação em língua estrangeira, levando-o a fazer uso de diferentes estratégias. Dessa forma, as coleções didáticas podem apresentar:

- CD de áudio com material autêntico que contemple diversidade de gêneros e tipos textuais orais, com funções variadas;
- CD de áudio que apresente amostra de diversas variedades lingüísticas, sociais e regionais;
- atividades que estimulem a compreensão oral intensiva (entender sons e palavras), extensiva (compreensão global do que é falado) e seletiva (identificação de informação específica);
- atividades que promovam a interpretação da mensagem oral, inclusive no que diz respeito à adequação da fala aos seus propósitos e às circunstâncias em que é produzida, bem como possíveis objetivos e intenções de quem a profere e as prováveis reações, positivas ou negativas, por parte dos potenciais interlocutores.

Produção oral - Trabalhar a produção oral significa preparar o aluno para se comunicar em situações reais de uso da língua. O objetivo é produzir discursos coerentes e adequados a contextos específicos, que proporcionem a interação ouvinte-falante/texto-contexto e

também permitam alcançar objetivos traçados. Assim, as atividades de produção oral propostas pelas coleções didáticas devem:

- cultivar e estimular o uso de estratégias diferentes de comunicação;
- permitir o uso de diversas funções da linguagem;
- motivar o aluno a se comunicar oralmente, de forma compreensível e significativa e de acordo as possibilidades decorrentes de suas potencialidades de desenvolvimento na língua que está aprendendo, em situações de conversação, entrevistas, debates, apresentação de trabalhos, representações e dramatizações, leitura, inclusive de textos poéticos e outros gêneros orais;
- discutir e orientar a escolha do registro de linguagem adequado a cada situação comunicativa, atentando para as suas implicações no que se refere à escolha do léxico, das formas de tratamento e das construções pertinentes a cada caso;
- refletir acerca dos diferentes códigos de polidez e das marcas e formas, inclusive de tratamento, que os caracterizam em culturas e ambientes sociais diversos;
- promover a negociação de sentidos;
- proporcionar a aquisição e o aperfeiçoamento progressivo de padrões de entonação e de prosódia adequados, de pronúncia compreensível e de postura e gestualidade, compatíveis com as situações de fala e com as culturas estrangeiras.

O trabalho com os conhecimentos linguísticos visa à reflexão sobre os aspectos da língua e da linguagem relevantes no desenvolvimento das quatro habilidades comunicativas. Esse trabalho com os conhecimentos linguísticos deve estar, portanto, articulado ao desenvolvimento da competência comunicativa e às habilidades de produção e compreensão oral e escrita. A gramática prescritiva não deve constituir o eixo dos cursos de línguas estrangeiras e tampouco o único critério a ser aplicado no trabalho com as formas linguísticas. O estudo de questões relativas à gramática deve ressaltar que as escolhas feitas são fundamentais para a construção e produção de sentido e não são meramente decorrentes de exigências normativas. Neste aspecto particular, as competências a serem desenvolvidas nas atividades propostas nas coleções devem:

- saber distinguir as variedades lingüísticas de natureza diversa (social e regional);
- escolher o registro e as formas, inclusive de tratamento, adequados à situação na qual se processa a comunicação e aos objetivos a serem alcançados;
- compreender de que forma determinada expressão pode ser interpretada em função de aspectos sociais e/ou históricos e culturais;
- compreender em que medida os enunciados refletem a forma de ser, agir, pensar e sentir de quem os produz e das condições, inclusive sociais e históricas, em que o faz;
- utilizar, com propriedade e adequação, as estruturas lingüísticas aprendidas, em práticas orais e escritas;
- utilizar adequadamente os mecanismos de coerência e coesão, observando a sua importância na construção de textos, mais do que corretos, compreensíveis, sobretudo por parte de falantes nativos da língua aprendida;
- utilizar apropriadamente e com objetivos claros uma linguagem adequada às novas formas de comunicação, incluindo textos, hipertextos, imagens e sons;
- perceber as diferenças e as necessidades decorrentes da forma em que a comunicação oral se dá: em presença ou mediada por algum instrumento;
- observar a importância e a adequação dos recursos não verbais (gestos, expressões faciais etc.) no processo comunicativo e as conseqüências decorrentes do uso ou não uso de algum desses recursos, altamente associados a valores culturais;
- utilizar as estratégias verbais e não-verbais adequadas para entender e fazer-se entender.

É por meio do trabalho integrado das quatro habilidades que se pode propiciar ao aluno da EJA Médio a ampliação do léxico. O estudo do vocabulário deve privilegiar campos

semânticos, evitando a utilização de listas de palavras descontextualizadas. Por isso, as atividades propostas nas coleções devem:

- desenvolver no aluno estratégias de organização e expansão de seu conhecimento lexical;
- selecionar e usar vocabulário em contextos apropriados de uso, atentando para os efeitos que pode trazer para a comunicação a escolha de um termo mais ou menos adequado a uma determinada situação;
- considerar a composição da palavra, seu significado morfológico, semântico, sintático;
- estimular a compreensão e a aprendizagem de idiomatismos, expressões, locuções e de outras várias possibilidades de combinação, em alguns casos bastante cristalizadas, entre as palavras;
- trabalhar as palavras não como meros rótulos, mas considerando a sua dimensão pragmáticodiscursiva e, portanto, os valores a elas associados, o momento histórico, o âmbito social e cultural em que são utilizadas, as situações enunciativas em que aparecem e os efeitos de sentido decorrentes disso tudo.

5.2.2. Critérios específicos eliminatórios para o componente curricular Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol)

É preciso considerar que o livro didático de Língua Estrangeira, num território tão extenso quanto o do nosso país, é, muitas vezes, uma das únicas ou mesmo a única fonte de insumo acessível para educadores e alunos. É imprescindível, portanto, que as coleções didáticas de Língua Estrangeira apresentem correção e atualização no trato com a linguagem, os conceitos e as informações básicas, de forma a não introduzir erros e inadequações. Portanto, as coleções de Língua Estrangeira devem:

- (1) apresentar insumo lingüístico contextualizado e inserido em práticas discursivas variadas e autênticas, observando sempre a adequação lingüística e discursiva;
- (2) propiciar condições para o desenvolvimento integrado das habilidades de compreensão e produção oral, bem como de compreensão e produção escrita;
- (3) contribuir para o desenvolvimento da competência comunicativa do aluno, por meio de produção e recepção de textos orais e escritos de vários gêneros;
- (4) contextualizar as atividades de gramática, vocabulário e pronúncia, evidenciando os diferentes usos da linguagem enquanto prática social;
- (5) propor atividades que tenham relevância social, política e cultural;
- (6) apresentar atividades que levem à reflexão sobre a língua e suas variedades bem como sobre a diversidade cultural em nível local e global;
- (7) apresentar instruções claras para as atividades;
- (8) contemplar as variedades lingüísticas sem, contudo, perderem a coerência com a variedade escolhida para apresentação e organização de suas atividades didáticas.
- (9) trazer, sempre de forma contextualizada e adequada à temática abordada naquele momento, insumo (oral e escrito) que represente essa variedade de manifestações da língua. As variedades regionais, culturais, sociais, etárias e étnicas da língua escrita e falada, bem como as ligadas ao suporte ou meio em que são veiculadas as mensagens, não devem, portanto, ocupar um espaço marginal nas coleções de Língua Estrangeira, mas ser tratadas, de forma contextualizada, como elemento constitutivo da língua, levando em conta as conseqüências de seus usos públicos e privados.
- (10) incentivar educadores e alunos a perceber a diversidade sócio-cultural que há no mundo e nos próprios contextos de vida do aluno, apresentando enfoque intercultural
- (11) Apresentar temas social e culturalmente relevantes para a formação mais ampla e educação dos alunos, para o desenvolvimento de seu senso de cidadania e a expansão de seu conhecimento articulado às outras disciplinas do currículo escolar, tanto nos textos, imagens e demais recursos escolhidos quanto na abordagem das questões.

5.3. Componente curricular Arte

5.3.1. Princípios e critérios de avaliação para o componente curricular Arte

A atual legislação educacional brasileira reconhece a importância das artes na formação e desenvolvimento de pessoas jovens, adultas e idosas, incluindo-a como componente curricular obrigatório da educação básica, também na modalidade EJA. No Ensino Médio, a Arte passa a vigorar como área de conhecimento e trabalho com as várias linguagens, especialmente em suas expressões regionais, e visa à formação artística e estética dos alunos. A área da Arte refere-se a diferentes linguagens: cênica, plástica e, obrigatoriamente, a musical.

A área da Arte visa destacar os aspectos essenciais da criação e percepção estética dos alunos e o modo de tratar a apropriação de conteúdos imprescindíveis para a cultura do cidadão contemporâneo. As oportunidades de aprendizagem da arte, dentro e fora da escola, mobilizam a expressão e a comunicação pessoal e ampliam a formação do estudante como cidadão, principalmente por intensificar as relações dos indivíduos, tanto com seu mundo interior como com o exterior. Em particular, para os alunos da EJA Médio - muitos deles envolvidos em processos culturais ricos e diversificados, como produtores, como apreciadores e difusores de cultura - o ensino e as práticas educativas relacionadas à arte ganham relevância singular para a identidade desses alunos.

Entende-se que o educando desenvolve sua cultura de arte fazendo, conhecendo e apreciando produções artísticas, das mais diversas fontes e proveniências, que são ações que integram o perceber, o pensar, o aprender, o recordar, o imaginar, o sentir, o expressar, o comunicar. A realização de trabalhos pessoais, assim como a apreciação de seus trabalhos, os dos colegas e a produção de artistas, se dá mediante a elaboração de idéias, sensações, hipóteses e esquemas pessoais que o aluno vai estruturando e transformando, ao interagir com os diversos conteúdos da arte manifestados nesse processo dialógico.

Produzindo trabalhos artísticos e conhecendo essa produção nas outras culturas, o aluno da EJA Médio poderá compreender a diversidade de valores que orientam tanto seus modos de pensar e agir como os da sociedade. Trata-se de criar um campo de sentido para a valorização do que lhe é próprio e favorecer o entendimento da riqueza e diversidade da imaginação humana, incluindo nela suas próprias vivências e bagagem cultural. Além disso, os alunos tornam-se capazes de perceber sua realidade cotidiana mais vivamente, reconhecendo e decodificando formas, sons, gestos, movimentos que estão à sua volta, e que tecem a rede de conhecimentos e relações sociais que formam os saberes adquiridos ao longo da vida. O exercício de uma percepção crítica das transformações que ocorrem na natureza e na cultura pode criar condições para que os alunos da EJA Médio percebam o seu comprometimento na manutenção de uma qualidade de vida melhor, e a necessidade de valorização do seu entorno cultural.

A dimensão social das manifestações artísticas revela modos de perceber, sentir e articular significados e valores que orientam os diferentes tipos de relações entre os indivíduos na sociedade. As artes estimulam o aluno a perceber, compreender e relacionar tais significados sociais. Essa forma de compreensão das artes inclui modos de interação como a empatia e se concretiza em múltiplas sínteses. O conhecimento das artes abre perspectivas para que o aluno tenha uma compreensão do mundo na qual a dimensão poética esteja presente: as artes ensinam que nossas experiências geram um movimento de transformação permanente, que é preciso reordenar referências a cada momento, ser flexível. Isso significa que criar e conhecer são indissociáveis e a flexibilidade é condição fundamental para aprender.

Ao ter oportunidade de desenvolver aprendizagens relacionadas às artes na escola, o educando de EJA Médio poderá integrar os múltiplos sentidos presentes na dimensão do concreto e do virtual, do sonho e da realidade. Tal integração é fundamental na construção da identidade e da consciência do jovem, da recuperação de sentidos e significâncias para adultos e idosos que poderão assim compreender melhor sua inserção e participação na sociedade.

5.3.2. Critérios específicos eliminatórios para o componente curricular Arte

Além dos critérios eliminatórios comuns, para o componente curricular Arte será observado se a obra possibilita ao aluno da EJA Médio:

- (1) Experimentar e explorar as possibilidades de diferentes linguagens artísticas;
- (2) Compreender e utilizar a arte, em suas diferentes linguagens, mantendo uma atitude de busca pessoal e coletiva, articulando a percepção, a imaginação, a emoção, a investigação, a sensibilidade e a reflexão, ao realizar e fruir produções artísticas;
- (3) Experimentar e conhecer materiais, instrumentos e procedimentos artísticos diversos em Arte (artes visuais, dança, música, teatro, arte digital), de modo a identificá-los e interpretá-los na apreciação e contextualizá-los culturalmente;
- (4) Construir uma relação de autoconfiança com a produção artística pessoal e o conhecimento estético, respeitando a própria produção e a dos colegas, sabendo receber e elaborar críticas;
- (5) Identificar, relacionar e compreender a arte como fato histórico contextualizado nas diversas culturas, conhecendo, respeitando e podendo observar as produções presentes no entorno, assim como as demais do patrimônio cultural e do universo cultural e natural, identificando a existência de diferenças nos padrões artísticos e estéticos de diferentes grupos;
- (6) Observar as relações entre a arte e a leitura da realidade, refletindo, investigando, indagando, exercitando a discussão, a sensibilidade, argumentando e apreciando as artes de modo sensível;
- (7) Identificar, relacionar e compreender os diferentes âmbitos das artes, do trabalho e da produção dos artistas;
- (8) Identificar, investigar e organizar informações sobre as artes, reconhecendo e compreendendo a variedade dos produtos artísticos e concepções estéticas presentes na história das diferentes culturas e etnias;
- (9) Pesquisar e saber organizar informações sobre artes em contato com artistas, obras de artes, fontes de comunicação e informação;
- (10) Utilizar os conhecimentos sobre a relação artes e realidade para analisar formas de organização de mundo e de identidades;
- (11) Analisar criticamente as diversas produções artísticas como meio de explicar diferentes culturas, padrões de beleza e preconceitos artísticos;
- (12) Reconhecer o valor da diversidade artística e das inter-relações de elementos que se apresentam nas manifestações de vários grupos sociais e étnicos.

5.4. Componente curricular Matemática

5.4.1. Princípios e critérios de avaliação para o componente curricular Matemática

A Matemática, produzida e organizada no decorrer da história, é uma das mais significativas conquistas do conhecimento humano. Além disso, ela faz parte do cotidiano das pessoas, contribui para as atividades das outras ciências e das tecnologias. Ao longo de sua evolução, os homens recorreram, nas práticas matemáticas, a diversos métodos. No entanto, especialmente a partir da civilização grega, o método dedutivo tem predominado e assume a primazia de ser o único método aceito, na comunidade científica, para comprovação de um fato matemático. Os conceitos de axioma, definição, teorema, demonstração são o cerne desse método e, por extensão, passaram a ser, para muitos, a face mais visível da Matemática. Trata-se de um método de validação do fato matemático, muito mais do que um método de descoberta ou de uso do conhecimento matemático. Na construção efetiva desse conhecimento faz-se uso permanente da imaginação, de raciocínios indutivos ou plausíveis, de conjecturas, de tentativas, de verificações empíricas, enfim, recorre-se a uma variedade complexa de outros procedimentos.

No que diz respeito à Matemática, enquanto conhecimento acumulado e organizado, é preciso dosar, em progressão criteriosa, o emprego de seu método próprio de validação dos resultados: o método dedutivo. É indispensável que o aluno estabeleça gradualmente a diferença entre os vários procedimentos de descoberta, invenção e validação. Em

particular, é interessante que ele compreenda a distinção entre uma prova lógico-dedutiva e uma verificação empírica, seja essa baseada na visualização de desenhos, na construção de modelos materiais ou na medição de grandezas. Dessa forma, o Ensino Médio cumpre seu papel de ampliação, aprofundamento e organização dos conhecimentos matemáticos adquiridos no Ensino Fundamental, fase esta em que predominam, na abordagem da Matemática, os procedimentos indutivos, informais, não rigorosos.

Nas últimas décadas, a sociedade vem experimentando um período de profundas e aceleradas mudanças nos meios de produção e circulação de bens econômicos, de intercâmbio de informações e de ampliação rápida do acervo e dos horizontes do conhecimento científico. Um dos aspectos distintivos das recentes mudanças é o emprego crescente da Matemática sejam nas práticas sociais do cotidiano – compras e vendas, empréstimos, crediário, contas bancárias, seguros e tantas outras – seja nas atividades científicas ou tecnológicas. Especialmente no dia a dia do cidadão, são evidentes as repercussões dos novos recursos tecnológicos do computador e da calculadora, esta amplamente difundida em todos os meios sociais. Além disso, as pessoas são constantemente expostas a informações que, para serem entendidas e levadas em conta de modo crítico, exigem a leitura e interpretação de gráficos e tabelas e demandam o conhecimento de noções básicas de Estatística e de Probabilidades. A capacidade de resolver problemas e de enfrentar situações complexas, de expor e compreender ideias, é cada vez mais requisitada.

Um ensino de Matemática adequado à fase final da educação básica não pode negligenciar os aspectos acima mencionados. Nesse quadro, o Ensino Médio tem de assumir a tarefa de preparar cidadãos para uma sociedade cada vez mais permeada por novas tecnologias, e de possibilitar o ingresso de parcelas significativas de seus cidadãos a patamares mais elaborados do saber.

O ensino de Matemática, nesse contexto, deve capacitar os estudantes para:

- planejar ações e projetar soluções para problemas novos, que exijam iniciativa e criatividade;
- compreender e transmitir ideias matemáticas, por escrito ou oralmente, desenvolvendo a capacidade de argumentação;
- interpretar matematicamente situações do dia a dia ou do mundo tecnológico e científico e saber utilizar a Matemática para resolver situações-problema nesses contextos;
- avaliar os resultados obtidos na solução de situações-problema;
- fazer estimativas mentais de resultados ou cálculos aproximados;
- saber usar os sistemas numéricos, incluindo a aplicação de técnicas básicas de cálculo, regularidade das operações etc.;
- saber empregar os conceitos e procedimentos algébricos, incluindo o uso do conceito de função e de suas várias representações (gráficos, tabelas, fórmulas etc.) e a utilização das equações;
- reconhecer regularidades e conhecer as propriedades das figuras geométricas planas e sólidas, relacionando-as com os objetos de uso comum e com as representações gráficas e algébricas dessas figuras, desenvolvendo progressivamente o pensamento geométrico;
- compreender os conceitos fundamentais de grandezas e medidas e saber utilizá-los em situações-problema;
- utilizar os conceitos e procedimentos estatísticos e probabilísticos, valendo-se, entre outros recursos, da combinatória;
- estabelecer relações entre os conhecimentos nos campos de números e operações, funções, equações algébricas, geometria analítica, geometria, estatística e probabilidades, para resolver problemas, passando de um desses quadros para outro, a fim de enriquecer a interpretação do problema, encarando-o sob vários pontos de vista.

A abordagem dessas competências deve levar em conta as características de jovens, adultos e idosos da EJA, sem subestimá-los ou superestimá-los. O texto subestima os

alunos da EJA quando desconsidera a riqueza e variedade de experiências e interesses que ele traz para a escola. O aluno da EJA é também subestimado com a apresentação de situações, problemas e atividades que não exercitam sua imaginação e criatividade. O aluno da EJA é superestimado quando apresenta a Matemática de um ponto de vista meramente formal e sistematizado.

5.4.2. Critérios específicos eliminatórios para o componente curricular Matemática

Para o componente curricular Matemática será observado se a obra:

- (1) Inclui todos os campos da Matemática escolar, a saber, números e operações, funções, equações algébricas, geometria analítica, geometria, estatística e probabilidades;
- (2) Privilegia a exploração dos conceitos matemáticos e de sua utilidade para resolver problemas;
- (3) Apresenta os conceitos com encadeamento lógico, evitando: recorrer a conceitos ainda não definidos para introduzir outro conceito, utilizar-se de definições circulares, confundir tese com hipótese em demonstrações matemáticas, entre outros;
- (4) Propicia o desenvolvimento, pelo aluno, de competências cognitivas básicas, como: observação, compreensão, argumentação, organização, análise, síntese, comunicação de ideias matemáticas, memorização;
- (5) Não apresenta erro ou indução a erro em conceitos, argumentação e procedimentos matemáticos;
- (6) Explora conceitos matemáticos e sua utilidade para resolver problemas, não induzindo ao trabalho mecânico;
- (7) Valoriza o trabalho coletivo;
- (8) é isenta, para o desenvolvimento de certos temas e conteúdos, de marcas, símbolos ou outros identificadores de corporações ou empresas, a não ser quando se mostrarem com a necessária diversificação para explicar os processos matemáticos.

5.5. Componente curricular Biologia

5.5.1. Princípios e critérios de avaliação para o componente curricular Biologia

O rápido crescimento da Ciência ocorrido nos últimos 100 anos foi acompanhado por uma educação formal focada cada vez mais na informação e na memorização. Além disso, temas e práticas descontextualizadas, muito distantes da realidade e do dia-a-dia dos alunos, têm dificultado a compreensão de como a ciência e a tecnologia são produzidas e afetam nossa sociedade. O livro didático de Biologia deve contribuir para romper com esse modelo de ensino e familiarizar o estudante com a pesquisa, orientando-o para a investigação de fenômenos e temas que evidenciem a utilidade da Ciência para o bem estar social e para a formação de cidadãos aptos a responder aos questionamentos que o século XXI nos coloca.

Promover a pesquisa durante o processo de ensino cria condições efetivas para um prazeroso e eficiente aprendizado. A pesquisa propicia situações, tanto coletivas como individuais, para observações, questionamentos, formulação de hipóteses, experimentação, análise e registro, estabelecendo um rico processo de troca entre educadores e alunos para gerar novas indagações. A educação em Biologia passa então a ser empolgante, dinâmica e estimulante, permitindo ao aluno explorar, conhecer e transformar seu mundo. Torna-se um processo em que sempre há espaço para atividades lúdicas e práticas. É esse o conceito de ensino de Biologia que se espera ser trabalhado no livro didático: ensinar Biologia fazendo ciência.

O tema desenvolvimento sustentável deve perpassar os conteúdos desenvolvidos no material didático de Biologia, com destaque para debates sobre o consumo consciente, tecnologias limpas, direitos das futuras gerações, responsabilidade global pela preservação da natureza.

O nosso ambiente de vida oferece variadas e atraentes possibilidades de estudo. Nesse sentido, o livro didático é um suporte de conhecimentos e de métodos para o ensino, e serve como orientação para as atividades de produção e reprodução de conhecimento.

Assim, é fundamental que o livro didático e, especialmente, o manual do educador, estimule outras leituras e apresente variadas referências bibliográficas, por meio de diferentes possibilidades: revistas especializadas, obras disponíveis em bibliotecas (da escola, da cidade, de instituições de Ensino superior, dentre outras), além de obras e/ou textos obtidos por meio da rede mundial de computadores (internet).

5.5.2. Critérios específicos eliminatórios para o componente curricular Biologia

Além dos critérios eliminatórios comuns, para o componente curricular Biologia *será observado se a obra:*

(1) apresenta a compreensão do fenômeno vida como manifestação de sistemas organizados e integrados, em constante interação com o ambiente físico-químico e cultural, abordando a diversidade dos seres vivos, no nível de uma célula, de um indivíduo, e de organismos interagindo no seu meio;

(2) possibilita ao aluno a participação no debate de temas polêmicos contemporâneos que envolvem os conhecimentos da área de Biologia em articulação com outros saberes (filosófico, sociológico e outros), como o uso de transgênicos, clonagem, reprodução assistida entre outros assuntos, visando contribuir para que o aluno se posicione frente a essas questões e outras do seu dia a dia;

(3) auxilia na compreensão da biodiversidade do planeta, especificamente do Brasil, reconhecendo a sua influência na qualidade de vida humana e, conseqüentemente, no uso de seus produtos, apontando contradições, problemas e soluções respaldadas eticamente;

(4) apresenta a organização dos conteúdos em torno de temas estruturadores do conhecimento biológico, tais como: origem e evolução da vida; identidade dos seres vivos e diversidade biológica; transmissão da vida, ética e manipulação genética; interação entre os seres vivos e destes com o ambiente; e qualidade de vida das populações humanas;

(5) auxilia na construção de uma visão de que o conhecimento biológico e as teorias em Biologia se constituem em modelos explicativos, elaborados em determinados contextos sociais e culturais, superando a visão a-histórica de que a vida se estabelece como uma articulação mecânica de partes;

(6) evita a visão finalista e antropocêntrica do fenômeno biológico;

(7) possibilita o reconhecimento das formas pelas quais a Biologia está engendrada nas culturas, seja influenciando a visão de mundo, seja participando de manifestações culturais, literárias e artísticas;

(8) propicia a relação dos conceitos da Biologia com os de outras ciências, para entender processos como os referentes à origem e à evolução da vida e do universo, o fluxo da energia nos sistemas biológicos, a dinâmica para sustentabilidade dos ambientes naturais, a própria produção do conhecimento biológico;

(9) possibilita que o aluno perceba e utilize os códigos intrínsecos da cultura da Biologia. Para isso, deve apresentar, de forma organizada, o conhecimento biológico, utilizando as formas específicas de expressão da linguagem científica e tecnológica, bem como suas manifestações nas mídias;

(10) contribui para a percepção de que os conhecimentos biológicos podem servir de base para reconhecer formas de discriminação racial, social, de gênero, que se fundem, inclusive, em alegados pressupostos biológicos, posicionando-se diante delas de forma crítica, com respaldo em pressupostos epistemológicos coerentes e na bibliografia de referência;

(11) divulga conhecimentos biológicos para a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos no contexto de seu pertencimento etnicorracial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – e de relações de gênero e sexualidade para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada.

5.6. Componente curricular Física

5.6.1. Princípios e critérios de avaliação para o componente curricular Física

De modo geral, pode-se dizer que há uma programação básica de assuntos de Física, para tratamento no Ensino Médio, que foi se estruturando pela tradição das práticas escolares, e que foi se firmando como razoavelmente aceita por professores e escolas de todo o País.

Porém, hoje, a quantidade e a diversidade desses assuntos estão ampliadas, como decorrência de exigências de várias ordens, sobretudo as sinalizações e orientações resultantes dos estudos acadêmico-científicos da área de pesquisa em ensino de Física, a qual vem se consolidando nas últimas décadas, tanto no país como no exterior.

Mas também, concorrem para essa ampliação, as demandas oriundas do próprio processo de ressignificação do Ensino Médio como um todo e as em decorrência também da Física escolar, constatadas, há algum tempo, tanto pelas unidades escolares como pela sociedade brasileira. Por isso, devemos estar atentos às atualizações e reformulações permanentes, que se fazem necessárias em uma programação de Física escolar, para que esse componente curricular cumpra efetivamente seu papel.

A Física escolar deve contemplar, portanto, não só a escolha cuidadosa dos elementos principais mais importantes, presentes na estrutura conceitual da Física como uma disciplina científica, uma área do conhecimento sistematizado, em termos de conceitos e definições, princípios e leis, modelos e teorias, fenômenos e processos; mas deve também incorporar um tratamento articulado desses elementos entre si e com outras áreas disciplinares, bem como com aspectos históricos, tecnológicos, sociais, econômicos e ambientais, de modo a propiciar as aprendizagens significativas necessárias aos alunos, e, assim, contribuir para que a EJA Médio efetive sua função como etapa final da formação educacional básica de todo e qualquer cidadão.

Em outras palavras, na sua constituição, *a Física escolar deve articular um equilíbrio* entre a importância relativa dos tópicos de Física programados, considerando-os no âmbito da estrutura conceitual dessa disciplina científica, e a relevância vivencial e social desses conteúdos para os sujeitos em formação, ou seja, para os alunos da EJA Médio.

5.6.2. Critérios específicos eliminatórios para o componente curricular Física

Para o componente curricular Física, deve ser observado se a obra, no Livro do Aluno:

(1) utiliza o vocabulário científico como um recurso que auxilie a aprendizagem das teorias e explicações físicas, sem privilegiar a memorização de termos técnicos e definições, não se pautando, portanto, somente por questões de cópia mecânica ou memorização.

(2) introduz assunto ou tópico conceitual, levando em consideração as concepções alternativas que alunos da EJA Médio costumam manifestar e que já estão sistematizadas na literatura nacional e estrangeira da área de pesquisa em ensino de Física, bem como as suas experiências sócio-culturais;

(3) propõe discussões sobre as relações entre ciência, tecnologia, sociedade e ambiente, promovendo a formação de um cidadão capaz de apreciar e de posicionar-se criticamente diante das contribuições e dos impactos da ciência e da tecnologia sobre a vida social e individual;

(4) apresenta exercícios e problemas, de modo claro, de acordo com a função de cada tipo de questão/atividade. Os problemas devem ser apresentados mediante enunciado, acompanhado da contextualização da situação problema específica e devem ser abertos o suficiente para estimular/permitir estimativas e considerações por parte do professor e do aluno;

(5) utiliza abordagens do processo de construção das teorias físicas, sinalizando modelos de evolução dessas teorias que estejam em consonância com vertentes epistemológicas contemporâneas;

(6) apresenta arranjos experimentais ou experimentos didáticos realizáveis em ambientes escolares típicos, previamente testados e com periculosidade controlada, ressaltando a necessidade de alerta acerca dos cuidados específicos para cada procedimento;

(7) traz uma visão de experimentação afinada com uma perspectiva investigativa, mediante a qual os jovens, adultos e idosos são levados a pensar a ciência como um campo de construção de conhecimento, onde se articulam, permanentemente, teoria e observação,

pensamento e linguagem. Nesse sentido, é absolutamente necessário que a obra, em todo o seu conteúdo, seja permeada pela apresentação contextualizada de situações-problema que fomentem a compreensão de fenômenos naturais, bem como a construção de argumentações;

(8) estimula o aluno para que ele desenvolva habilidades de comunicação oral e de comunicação científica, propiciando leitura e produção de textos diversificados, como artigos científicos, textos jornalísticos, gráficos, tabelas, mapas, cartazes, entre outros;

(9) utiliza analogias e metáforas de forma cuidadosa e adequada, garantindo a explicitação de suas semelhanças e diferenças em relação aos fenômenos/conceitos estudados, bem como de seus limites de validade;

(10) utiliza ilustrações de forma adequada, tendo em vista sua real necessidade e sua referência explícita e complementar ao texto verbal;

(11) utiliza situações concretas do cotidiano para estudo dos fenômenos físicos, articulando com saberes prévios dos alunos sobre esses fenômenos;

(12) evita apresentar fórmulas como resultados prontos e acabados;

(13) apresenta expressões matemática de leis, sempre acompanhadas de seus enunciados próprios e em forma adequada, bem como da especificação de suas condições de produção ou criação;

(14) trata, sempre de forma articulada, tópicos conceituais que são claramente interrelacionados na estrutura conceitual da ciência Física e introduz/apresenta cada tópico ou assunto mediante a necessária problematização;

(15) trata, sempre de forma adequada e pertinente, considerando os diversos estudos presentes na literatura atual da área, tópicos usualmente classificados como de Física Moderna e Contemporânea e que sejam considerados importantes ou mesmo imprescindíveis para o exercício da cidadania ativa, crítica e transformadora, bem como para a inserção ativa, crítica e transformadora no mundo do trabalho;

(16) apresenta os conteúdos conceituais da Física sempre acompanhados, ou partindo de sua necessária contextualização, seja em relação aos seus contextos sócio-cultural-histórico-econômicos de produção, seja em relação a contextos cotidianos em que suas utilizações se façam pertinentes, evitando a utilização de contextualizações artificiais para esses conteúdos.

5.7. Componente curricular Química

5.7.1. Princípios e critérios de avaliação para o componente curricular Química

A disciplina escolar Química está presente nos currículos brasileiros desde as primeiras décadas do século XX – a Reforma Francisco Campos já apontava a necessidade de pensar um ensino de Química que fosse articulado com o cotidiano. Assim, a Química estabeleceu-se como área de ensino na escola e foi se reconfigurando, de modo a atender as demandas que se colocavam ao longo do período.

Do ponto de vista da construção do conhecimento científico, os princípios de *identidade* e *processo* são centrais para o entendimento de todo o arcabouço teórico-prático que se caracteriza como ciência Química, que, mediada didaticamente na escola, transforma-se em conhecimento escolar.

Outro aspecto a ser considerado na constituição desta disciplina escolar é a articulação entre três níveis de conhecimento: o empírico, o teórico e a linguagem, sendo os dois últimos mutuamente constituídos.

5.7.2. Critérios específicos eliminatórios para o componente curricular Química

(1) apresenta a Química como ciência que se preocupa com a dimensão ambiental dos problemas contemporâneos, levando em conta não somente situações e conceitos que envolvem as transformações da matéria e os artefatos tecnológicos em si, mas também os processos humanos subjacentes aos modos de produção do mundo do trabalho;

(2) traz uma visão de ciência de natureza humana marcada pelo seu caráter provisório, ressaltando as limitações de cada modelo explicativo e apontando as necessidades de alterá-lo, por meio da exposição das diferentes possibilidades de aplicação e de pontos de vista;

(3) aborda, no rol dos conhecimentos e das habilidades, noções e conceitos sobre propriedades das substâncias e dos materiais, sua caracterização, aspectos energéticos e dinâmicos, bem como os modelos de constituição da matéria a eles relacionados;

(4) apresenta o pensamento químico como constituído por uma linguagem marcada por representações e símbolos especificamente significativos para essa ciência e mediados na relação pedagógica;

(5) procura desenvolver conhecimentos e habilidades para a leitura e a compreensão de fórmulas nas suas diferentes formas, equações químicas, gráficos, esquemas e figuras a partir do conteúdo apresentado;

(6) não apresenta atividades didáticas que enfatizem exclusivamente aprendizagens mecânicas, com a mera memorização de fórmulas, nomes e regras, de forma descontextualizada;

(7) propõe experimentos adequados à realidade escolar, previamente testados e com periculosidade controlada, ressaltando a necessidade de alerta acerca dos cuidados específicos para cada procedimento;

(8) traz uma visão de experimentação que se afine com uma perspectiva investigativa, que leve jovens, adultos e idosos a pensar a ciência como campo de construção de conhecimento permeado por teoria e observação, pensamento e linguagem. Nesse sentido, é plenamente necessário que a obra – em seu conteúdo – favoreça a apresentação de situações-problema que fomentem a compreensão dos fenômenos, bem como a construção de argumentações.

(9) utiliza situações concretas do cotidiano para estudo dos fenômenos químicos, articulando com saberes prévios dos alunos sobre esses fenômenos.

5.8. Componente curricular História

5.8.1. Princípios e critérios de avaliação para o componente curricular História

O estudo da História integra-se ao das outras disciplinas da área de Ciências Humanas com o objetivo de fornecer aos alunos as ferramentas para a análise dos contextos socioculturais e para a compreensão de suas experiências pessoais, familiares e sociais. Valorizam-se, contudo, as especificidades da História escolar, que deve favorecer a que os estudantes analisem diferentes situações históricas em seus aspectos espaço temporais e conceituais, promovendo diversos tipos de relações, pelas quais seja possível estabelecer diferenças e semelhanças entre os contextos; identificar rupturas e continuidades no movimento histórico e, principalmente, situar-se como sujeito da história, porque a compreende e nela intervém. Para tanto, a história escolar e, conseqüentemente, a obra didática, deve ensinar não só o conhecimento histórico, mas também a compreensão dos processos de produção desse conhecimento. Os critérios específicos que devem ser observados nas obras de História relacionam-se com esses pressupostos e objetivos: as obras didáticas devem contribuir não só para a apropriação do conhecimento histórico, abordado como uma construção social e historicamente produzida, mas também para a compreensão dos processos de escrita da História, a fim de possibilitar que os jovens, adultos e idosos atribuam sentidos ao estudo da História, relacionados tanto com a análise de diferentes sociedades ao longo do tempo quanto com a percepção da historicidade de suas práticas sociais e com a reflexão crítica sobre a sociedade contemporânea.

A proposta pedagógica deve ser explicitada e coerente com a obra, de maneira que o aluno seja alfabetizado na linguagem científica geral e na linguagem particular da História. A linguagem deve ser adequada e considerar as características das pessoas jovens, adultas e idosas que buscam a EJA, sendo apropriada à transmissão dos conhecimentos da história, ao desenvolvimento do vocabulário e dos conhecimentos linguísticos, evitando reducionismos e estereótipos no tratamento das questões sociais e naturais. As obras devem trazer ilustrações que dialoguem com o texto e com exemplos da diversidade étnica

da população brasileira e da pluralidade social e cultural do país, não devendo reforçar preconceitos e estereótipos em relação a gênero e a outras nações do mundo.

5.8.2. Critérios específicos eliminatórios para o componente curricular História

Para o componente curricular História, será observado se a obra:

- (1) utiliza a intensa produção de conhecimento na área da História elaborada nos últimos anos, considerando-a efetivamente como ponto de reflexão e de discussão;
- (2) opera com os conhecimentos historiográfico-pedagógicos de forma condizente com o desenvolvimento etário, intelectual e cognitivo dos estudantes de EJA Médio;
- (3) compreende a escrita da história como um processo social e cientificamente produzido, que desempenha funções na sociedade, possibilitando não só a apropriação do conhecimento histórico, como também a compreensão dos processos de produção desse conhecimento e do ofício do historiador, a partir de fontes diversificadas;
- (4) orienta os alunos a pensarem historicamente, a reconhecerem as diferentes experiências históricas das sociedades e, com base nesse entendimento, a compreenderem as situações reais da sua vida cotidiana e do seu tempo;
- (5) explicita as opções teórico-metodológicas (histórica e pedagógica), apresentando coerência entre as opções teórico-metodológicas explicitadas e o desenvolvimento dos textos principais, textos complementares, atividades, ilustrações e com os objetivos gerais do ensino de História para a EJA Médio;
- (6) evidencia coesão entre os textos, imagens e atividades, fazendo referência objetiva e constante aos pressupostos metodológicos assumidos, auxiliando o professor e o estudante na sua utilização;
- (7) desperta os alunos para a historicidade das experiências sociais, trabalhando conceitos, habilidades e atitudes, com vista à construção da cidadania;
- (8) Aborda a História da África, da cultura afro-brasileira, das nações indígenas, além da história de outros segmentos étnicos, conforme prevê as Leis 11.645/2008 e 10.639/2003 – História e cultura afro-brasileira e indígena.
- (9) contribui para o aprofundamento dos conceitos estruturantes da disciplina, tais como história, fonte, historiografia, memória, acontecimento, sequência, encadeamento, duração, sucessão, periodização, fato, tempo, simultaneidade, ritmos de tempo, medidas de tempo, sujeito histórico, espaço, historicidade, trabalho, cultura, identidade, semelhança, diferença, contradição, continuidade, permanência, mudança, evidência, causalidade, ficção, narrativa, verdade, ruptura, explicação e interpretação;
- (10) estimula o convívio social e o reconhecimento da diferença, abordando a diversidade da experiência histórica e a pluralidade social, com respeito e interesse;
- (11) aborda os preceitos éticos na sua historicidade, evitando, assim, que fiquem subsumidos a mandamentos morais e cívicos que não condizem com os objetivos educacionais atuais, tampouco com o atual estágio de produção do conhecimento histórico;
- (12) contribui para o desenvolvimento da autonomia de pensamento, do raciocínio crítico e da capacidade de apresentar argumentos historicamente fundamentados;
- (13) apresenta recursos variados quanto às possibilidades de significação histórica, como diferentes tipos de textos, relatos, depoimentos, charges, fotografias, reproduções de pinturas, dentre outros;
- (14) oferece imagens acompanhadas de atividades de leitura, de interpretação e de interação, referenciando, sempre que houver pertinência, sua condição de fonte para a produção do conhecimento histórico;
- (15) está isenta de situações de anacronismo, que consiste em atribuir aos agentes históricos do passado razões ou sentimentos gerados no presente, interpretando-se, assim, a história em função de critérios inadequados, como se os atuais fossem válidos para todas as épocas;

(16) está isenta de situações de voluntarismo, que consiste em aplicar a documentos e textos uma teoria *a priori*, utilizando a narrativa dos fatos passados, ou presentes, apenas para confirmar as explicações já existentes na mente do autor, oriundas de convicções estabelecidas por motivos ideológicos, religiosos, acríticos ou pseudocientíficos;

(17) está isenta de erros de informação (tópica, nominal, cronológica) e/ou de indução a erros ocasionados por informações parciais, descontextualizadas e/ou desatualizadas;

(18) está isenta de estereótipos, caricaturas e/ou simplificações explicativas que comprometam a noção de sujeito histórico e/ou induzam à formação de preconceitos de qualquer natureza;

(19) transcende a abordagem histórica associada a uma verdade absoluta ou ao extremo relativismo e oferece condições de tratamento dos conhecimentos históricos a partir de um problema ou de um conjunto de problemas ao longo da obra.

5.9. Componente curricular Geografia

5.9.1. Princípios e critérios de avaliação para o componente curricular Geografia

Uma boa obra didática de Geografia deve, necessariamente, apresentar compatibilidade entre a opção teórico-metodológica adotada, os conteúdos geográficos desenvolvidos e o modo como são desenvolvidos, evitando paradoxos de interpretações. A problematização dos temas tratados pela Geografia, tanto nos textos como nas atividades e ilustrações, deve favorecer a discussão e a crítica, de modo a conscientizar cada aluno de seu papel de agente social, indispensável ao desenvolvimento de habilidades e procedimentos que estimulem a formação de atitudes para o exercício da cidadania.

A proposta pedagógica deve ser explicitada e coerente com a obra, de maneira que o aluno seja alfabetizado na linguagem científica geral e na linguagem particular da Geografia. A linguagem deve ser adequada e considerar as características das pessoas jovens, adultas e idosas que buscam a EJA, sendo apropriada à transmissão dos conhecimentos geográficos, ao desenvolvimento do vocabulário e dos conhecimentos linguísticos, evitando reducionismos e estereótipos no tratamento das questões sociais e naturais. As obras devem trazer ilustrações que dialoguem com o texto e com exemplos da diversidade étnica da população brasileira e da pluralidade social e cultural do país, não devendo reforçar preconceitos e estereótipos em relação a gênero e a outras nações do mundo.

5.9.2. Critérios específicos eliminatórios para o componente curricular Geografia

As obras deverão incorporar critérios específicos do componente curricular Geografia, por meio dos quais se verificará se:

(1) possibilita, nos diversos contextos de ensino-aprendizagem, a consecução de atividades referentes aos conteúdos e materiais geográficos, levando à realização da interação professor-aluno por intermédio de um diálogo que permita a expressão de significados pelo professor e a ressignificação do conhecimento pelo aluno, com a finalidade de vinculá-lo à prática social. Deve, portanto, ser flexível, de maneira a atender a projetos pedagógicos diversificados e, ao mesmo tempo, claros, corretos, coerentes e articulados;

(2) demonstra coerência e adequação metodológicas internas entre os livros, tanto no que se refere à linha de pensamento geográfico adotada, quanto à orientação pedagógica.

(3) contém os conteúdos e conceitos geográficos aceitos pela comunidade científica e aplicados a todas as regiões do país, demonstrando conhecimento atualizado dos avanços teóricos e das pesquisas publicadas na área, e sem reducionismos, quer em atividades, comentários ou associação entre conceitos, que podem ser fonte de erros ou induzi-los.

(4) apresenta os conceitos plenamente a partir dos processos, dinâmicas e fenômenos, em suas relações espaço-temporais. Serão considerados erros conceituais:

- idéias incompletas ou errôneas e lacunas que não permitam a compreensão das relações entre sociedade e natureza;

- relações espaço-temporais que não possibilitem compreender a construção histórica do espaço geográfico;

- ideias incompletas ou errôneas e lacunas que não permitam a compreensão da formação, desenvolvimento e ação dos elementos constituintes do espaço físico, suas formas e seus processos, ou do espaço humano, assim como os processos sociais, econômicos, políticos e culturais, suas formas e suas relações;

(5) contém informações corretas e atualizadas ou informações que demonstrem o embasamento teórico-metodológico adotado no Manual do educador;

(6) apresenta mapas, gráficos e tabelas utilizando a linguagem cartográfica, localizando corretamente a informação geográfica no espaço e no tempo e articulando diferentes escalas geográficas;

(7) é isenta de preconceitos, tanto de origem, condição econômico-social, étnica, de gênero, religião, idade, orientação sexual ou outras formas de discriminação ou doutrinação religiosa, tanto nos textos como nas ilustrações, tais como fotos, mapas, tabelas, quadros ou outros tipos de ilustrações necessárias para a compreensão dos conteúdos geográficos;

(8) Apresenta discussão de diferenças políticas, econômicas, sociais e culturais de povos e países, sem discriminar ou tratar negativamente os que não seguem o padrão hegemônico de conduta da Sociedade Ocidental, evitando visões distorcidas da realidade e a veiculação de ideologias antropocêntricas, políticas ou ambas;

(9) Apresenta conceitos vinculados às dimensões de análise que abordam tempo, cultura, sociedade, poder e relações econômicas e sociais sem omitir qualquer um dos conceitos estruturantes do espaço geográfico: natureza, paisagem, espaço, território, região e lugar;

(10) Apresenta conceitos e informações corretas que permitam a compreensão da formação, do desenvolvimento e da ação dos elementos constituintes do espaço físico, suas formas e suas relações;

(11) Apresenta conceitos e informações relacionadas de maneira correta, encaminhando os passos necessários à análise da dimensão geográfica da realidade;

(12) Apresenta atividades que favoreçam a realização de trabalhos de campo, em pelo menos um volume da coleção, estimulando a observação, a investigação, a comparação, a compreensão, a interpretação, a criatividade, a análise e a síntese;

(13) Apresenta escala adequada de representação dos fenômenos tratados;

(14) Apresenta legendas sintéticas, com cores definidas, evitando o excesso da informação a ser identificada e localizada no mapa, bem como, datas, símbolos convencionais e demais créditos necessários para a identificação das fontes utilizadas;

(15) Apresenta fontes fidedignas na citação de textos e mapas, evitando utilizar um mapa já conhecido de outro(a) autor(a) sem a citação correta, negando-lhe a autoria e indicando apenas as mesmas fontes que este(a) autor(a) utilizou, sintetizou e citou na sua elaboração;

(16) é isenta, para o desenvolvimento de certos temas e conteúdos, de marcas, símbolos ou outros identificadores de corporações ou empresas, a não ser quando se mostrarem com a necessária diversificação para explicar os processos espaciais.

5.10. Componente curricular Filosofia

5.10.1 Princípios e critérios de avaliação para o componente curricular Filosofia

Desde 1663, ano em que a Filosofia foi pela primeira vez inserida nos currículos das escolas brasileiras - tratava-se então da primeira escola de ensino secundário da Companhia de Jesus, na Bahia - a presença da filosofia na escola brasileira se deu de forma descontínua e frágil.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) incorporou os conhecimentos de filosofia como “*necessários ao exercício da cidadania*”. Em 1999, ano em que são publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Médio (1999), os conteúdos de Filosofia mencionados na LDB de 1996 passam a ser mais bem especificados: são aqui considerados como de natureza *transversal* e, além disso, as áreas de *Ética e Cidadania*, que se encontram no âmbito comum das *Ciências humanas e suas tecnologias*, são especialmente enfatizadas.

Ainda que estas leis e parâmetros constituam um importante e recente avanço no sentido de garantir a presença da filosofia na Educação Básica, a comunidade filosófica nacional começou imediatamente a perceber que o caráter transversal dos conteúdos filosóficos excluía, de fato, dois protagonistas essenciais, sem os quais o ensino de filosofia não poderia acontecer e encontrar seu lugar no interior da oferta didática, cada dia mais ampla e complexa, do currículo do Ensino Médio: o professor e o livro.

Na prática escolar, de fato, acontecia normalmente que era o professor de outras disciplinas (“afins”) a desenvolver estes conteúdos transversais; e isso a partir de uma oferta didática não organizada, isto é sem um livro que o auxiliasse neste sentido.

Este ensino de filosofia sem professor e sem livro didático, que, graças ao movimento da comunidade filosófica brasileira e à sensibilidade do poder público, conseguiu reverter-se com o Parecer nº 38/2006, que foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Nacional de Educação em 7 de julho de 2006. Com base neste parecer foi aprovada a Lei 11.684, assinada pela Presidência da República em junho de 2008, que prevê a obrigatoriedade do ensino de filosofia (e sociologia) no Ensino Médio. Isto significa que desde o ano de 2010, concluído o período de implantação e adequação dos sistemas de ensino à referida lei, a disciplina de filosofia está finalmente presente em todas as escolas.

A conquista deste espaço traz a responsabilidade para qualificá-lo e estruturá-lo da forma mais adequada às necessidades de formação dos jovens, adultos e idosos.

Tanto a formação dos docentes de filosofia, quanto o delineamento do perfil geral dessa atividade docente e de seu papel no conjunto da formação dos alunos, são objeto de intenso debate na comunidade filosófica nacional. Neste contexto, onde temos um ensino de filosofia que finalmente pode contar com um professor especialista no assunto, volta à tona o outro elemento historicamente ausente no Ensino Médio público brasileiro: o livro didático de filosofia.

O livro didático de filosofia é, de fato, um elemento que desempenha um lugar central no debate sobre a identidade do ensino de filosofia. Mais do que simples suporte ao trabalho docente nos mais diversos contextos e regiões do país, o livro didático se torna roteiro de trabalho, material de apoio, interlocutor do docente na sua concepção das práticas de ensino de filosofia. Através dele o professor debate com os especialistas a atividade de docência em filosofia, sustenta histórica e teoricamente sua atuação em sala de aula, recebe materiais de apoio e textos, encontra alternativas de abordagem dos temas e dos roteiros de cursos.

É nesse contexto que se insere o livro didático de filosofia para o Ensino Médio, constituindo-se como mais uma ferramenta de apoio ao desenvolvimento do processo educativo com vistas a assegurar tanto o trabalho com os eixos cognitivos comuns às áreas do conhecimento, como a articulação entre ciência, cultura, trabalho e tecnologia nesta etapa da educação básica.

A Filosofia compartilha com as outras disciplinas da área de *Ciências Humanas* o objeto comum de estudos das “sociedades humanas em suas múltiplas relações”, analisadas a partir de dimensões filosóficas, espaciais, temporais e socioculturais.

Conceitos como relações sociais, natureza, cultura, território, espaço e tempo são elementos estruturadores dessas disciplinas e atuam como corpo conceitual aglutinador dos estudos da área. Esses conceitos constituem ferramentas de trabalho para a análise dos contextos sócio-históricos, bem como para a compreensão das experiências pessoais, familiares e sociais dos estudantes, a partir da contribuição específica de cada uma das quatro disciplinas que a compõem: Filosofia, Geografia, História e Sociologia.

O caráter da componente curricular Filosofia, todavia, exige critérios ainda mais específicos, que constituíram os princípios básicos de avaliação dos livros didáticos. Tais critérios tiveram como eixo norteador aquilo que denominamos de História da filosofia.

Por não ser um saber que tem por marca a evolução, como ocorre, por exemplo, com a área da biologia, a filosofia se constitui e se alimenta a partir de sua própria história. Esse lastro histórico estabelece uma íntima relação entre a filosofia e sua história, de modo que, estudar filosofia é fazer, ao mesmo tempo, História da filosofia. Como os temas e problemas (o bem, o mal, a verdade, a justiça, o poder) pensados no presente têm por de

trás deles uma longa história, é com o retorno à tradição e a partir dela que novas respostas podem ser encontradas, que novos conceitos serão criados, que mais uma página na história desse saber é acrescentada. É essa especificidade da filosofia que exigiu critérios que permitissem preservar aquilo que é intrínseco ao fazer filosófico.

Deve-se assegurar que a obra que possibilitará ao aluno o contato com a filosofia, isto é, com sua história, não contenha como diretriz geral uma dogmática ou uma visão de mundo marcada por uma crença de qualquer ordem.

Evitar sectarismos, que enclausuram o pensamento ao invés de instigar a uma reflexão crítica e criativa.

Apresentar diversos sistemas de pensamento e as múltiplas facetas da filosofia para impedir visões monolíticas do fazer filosófico; para poder confrontar posições diferentes rigorosamente estruturadas sobre um mesmo tema, sem a tomada de posição por uma delas; para estimular a criação de enunciados rigorosos e críticos a partir do legado da tradição sobre temas contemporâneos; para incentivar o contato direto com os textos filosóficos e com a prática de leitura, assim como para desenvolver competências comunicativas

5.10.2. Critérios específicos eliminatórios para o componente curricular Filosofia

Para o componente curricular Filosofia será observado se:

- (1) articula os principais temas do pensamento filosófico com o percurso histórico em que os mesmos estão inscritos;
- (2) a seleção dos temas é norteada pelo interesse de desenvolver as competências necessárias para a construção do pensamento autônomo, da capacidade de argumentação crítica e do exercício da cidadania;
- (3) os conteúdos são apresentados de forma coerente com a proposta pedagógica da obra;
- (4) contém atividades diversificadas que visam consolidar a apreensão conceitual e histórica dos conteúdos desenvolvidos, criar e refinar o uso da linguagem oral e escrita, assim como articular o conteúdo filosófico da obra nos contextos pessoal, cotidiano e social do aluno;
- (5) Contém dados biográficos de autores clássicos e atuais;
- (6) Apresenta glossário que explica o significado de termos e expressões de uso comum ou filosófico;
- (7) Apresenta leituras complementares - seleção de textos de autores clássicos e atuais;
- (8) promove a interlocução entre os conteúdos apresentados e os saberes prévios dos alunos;
- (9) utiliza material iconográfico em atividades que articulam os conteúdos apresentados com a experiência concreta dos estudantes;
- (10) destaca o caráter plural da filosofia, especialmente ao examinar questões éticas polêmicas;
- (11) Propõe o diálogo enquanto método filosófico e sugere caminhos alternativos de reflexão crítica sobre os temas estudados;
- (12) propõe atividades de leitura e interpretação de textos complementares e atividades de reflexão e debate sobre os diferentes temas da filosofia
- (13) Propõe uma proposta pedagógica contextualizada e não compartimentalizada da filosofia e de seus conceitos.

5.11. Componente curricular Sociologia

5.11.1. Princípios e critérios de avaliação para o componente curricular Sociologia

São muitas as implicações do livro didático no processo de ensino e aprendizagem, sobretudo no caso da Sociologia, ainda sem tempo suficiente para consolidar-se como disciplina escolar. Sabemos que o livro não deve se constituir no único material de ensino

em sala de aula, mas pode ser uma referência capaz de estimular a curiosidade e o interesse para a discussão, a análise e a crítica dos conhecimentos sociológicos. Isso significa que é tarefa do professor/professora fazer do livro didático um aliado de sua prática pedagógica, adequando-o ao projeto político-pedagógico de sua escola, as suas necessidades, e a de seus alunos. Entendendo o livro didático de Sociologia como um artefato cultural que expressa escolhas sobre a seleção, a organização e o sentido do conhecimento sociológico na escola.

O livro didático de Sociologia deve expressar a maneira pela qual a Sociologia se configura como disciplina escolar. Tanto em debates recorrentes em eventos científicos, como nos estudos desenvolvidos em torno do ensino de Sociologia na educação básica, começa a se formar um consenso a respeito do papel da Sociologia no Ensino Médio, como ferramenta capaz de produzir no aluno a imaginação sociológica, no sentido de fazê-lo saltar da condição de sujeito inserido em práticas individuais para a condição de agente de práticas sociais mais amplas.

Várias experiências demonstram que essa tarefa pode ser alcançada quanto mais possamos provocar nos alunos a capacidade de desnaturalizar e estranhar os fenômenos sociais que os cercam. Trata-se então de criar estratégias com o potencial de capacitar os alunos para este fim, o que implica operar com o princípio pedagógico da contextualização, demonstrando que esses fenômenos não são resultado de causas naturais, mas determinados por razões sócio-históricas e culturais.

A esse respeito, as Orientações Curriculares para o Ensino Médio – ensino de Sociologia – argumentam que:

Entende-se que esse duplo papel da Sociologia como ciência – desnaturalização e estranhamento dos fenômenos sociais – pode ser traduzido na escola básica por recortes, a que se dá o nome de disciplina escolar. Sabemos, mas sempre é bom lembrar, que os limites da ciência Sociologia não coincidem com os da disciplina Sociologia, por isso falamos em tradução e recortes. Deve haver uma adequação em termos

de linguagem, objetos, temas e reconstrução da história das Ciências Sociais para a fase de aprendizagem dos jovens – como de resto se sabe que qualquer discurso deve levar em consideração o público-alvo. (BRASIL, 2006: 107)

A elaboração dos critérios específicos da Sociologia, se fundamentam nos princípios básicos para assegurar a presença das contribuições das três áreas que compõem as Ciências Sociais: Antropologia; Ciência Política; e Sociologia; garantir que as Ciências Sociais se apresentem nas páginas do livro como um campo científico rigoroso, composto por estudos clássicos e recentes e por diferenças teóricas, metodológicas e temáticas; permitir, por meio de mediação didática exitosa, que o aluno desenvolva uma perspectiva analítica acerca do mundo social; e servir como uma ferramenta de auxílio ao trabalho docente, preservando-lhe a autonomia.

A Sociologia esteve ausente como disciplina obrigatória do sistema escolar brasileiro por quase sete décadas, período durante o qual as Ciências Sociais se consolidaram como uma carreira eminentemente acadêmica. A conversão de disciplina científica para disciplina escolar ultrapassa a transposição mecânica dos conhecimentos produzidos e difundidos nas universidades para o espaço escolar. Essa conversão constitui uma nova configuração que requer, a um só tempo, a mobilização dos conteúdos da ciência de referência, dos conhecimentos pedagógicos e didáticos e a incorporação das possibilidades da prática docente. Tal nova configuração é resultado do reconhecimento das particularidades do nível de Ensino Médio, o que acaba por conferir à produção no campo da Sociologia escolar uma natureza distinta da disciplina de referência.

Em termos práticos, isso quer dizer que as Ciências Sociais devem operar seus conteúdos no nível médio de ensino, de modo a superar, de um lado, a dimensão empírica imediata e, de outro, a reprodução do saber acadêmico. Devem, em resumo, criar condições para estimular nos alunos a capacidade de abstraírem da vivência cotidiana e compreendê-la como parte de processos sociais mais amplos.

5.11.2. Critérios específicos eliminatórios para o componente curricular Sociologia

Para o componente curricular Sociologia será observado se a obra:

- (1) Dá tratamento histórico aos fenômenos e conceitos das Ciências Sociais, abordando os temas da Ciência Política do ponto de vista histórico e não apenas como contribuições conceituais e empíricas das pesquisas na área.
- (2) Considera a pluralidade teórica e metodológica e a produção recente, abordando o pensamento social brasileiro, conectado à produção clássica das Ciências Sociais, levando aluno a conhecer as reinterpretações e os usos mais recentes dos conceitos e das teorias, especialmente aquelas elaboradas no nosso país.
- (3) Articula os fundamentos das diferentes áreas das Ciências Sociais, apresentando relatos etnográficos que possibilitem o deslocamento cultural.
- (4) Apresenta rigor conceitual e teórico
- (5) realiza mediação entre o plano teórico e o mundo social do aluno, mobilizando estratégias para provocar o estranhamento e a desnaturalização dos fenômenos sociais abordados.
- (6) demonstra adequação aos propósitos da Sociologia como componente curricular da EJA Médio, jamais infantilizando o aluno ou abusando de simplificações.
- (7) Possibilita a apropriação dos conceitos das Ciências Sociais como ferramentas para análise do mundo social e favorecer o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.
- (8) Promove articulação da discussão sociológica com uma perspectiva antropológica, apresentando excertos ou citações de etnografias consagradas promovendo leitura positiva de etnias e culturas.
- (9) Promove discussão sociológica sobre as condições da produção e da reprodução da desigualdade social
- (10) Apresenta atividades de pesquisa empírica, contribuindo para que o aluno vivencie um “laboratório de Sociologia” e perceba as diferentes formas de operar os conceitos e perspectivas sociológicas.
- (11) Utiliza tabelas, gráficos e estatísticas como recursos para interpretar e problematizar dados e informações que, com frequência, são traduzidos na imprensa e no trabalho.
- (12) Apresenta charges, letras de música, excertos de obras literárias, filmes, fotografias, conteúdos da internet e matérias publicitárias para exercício da análise sociológica, explorando as imagens como ferramentas para provocar a reflexão.

6. Livros Regionais

Os livros didáticos regionais serão submetidos aos mesmos critérios de avaliação de obras didáticas e coleções, de acordo com áreas específicas de conhecimento, podendo ser sumariamente eliminados quando considerados como apêndice das coleções, não sendo suficientes, para o processo de aprendizagem, como única fonte de material didático.

7. Manual do Educador

No que se refere ao Manual do educador será observado se a obra:

- (1) orienta o professor sobre as possibilidades oferecidas para a implantação do ensino de História da África, da História e cultura afro-brasileira e das nações indígenas – texto geral ;
- (2) apresenta um texto coeso, com propostas teórico-metodológicas e didático-pedagógicas, relevante para a definição de suas formas de ensino – introdução professor;
- (3) Apresenta linguagem adequada ao seu leitor - o professor - e atende ao seu objetivo como manual de orientações didáticas, metodológicas e de apoio ao trabalho em sala de aula;
- (4) subsidia o trabalho docente e estabelece um diálogo com o professor capaz de favorecer a apropriação mais criadora e autônoma do livro;
- (5) considera o professor como mediador no processo ensino/aprendizagem;

- (6) Explicita as alternativas e recursos didáticos ao alcance do docente, permitindo-lhe selecionar os conteúdos que apresentará em sala de aula;
- (7) oferece possibilidades de refletir sobre diferentes propostas pedagógicas e suas implicações para os processos de ensino e de aprendizagem;
- (8) contempla a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade para proporcionar uma compreensão integrada dos fenômenos naturais e sociais com outras áreas de conhecimento;
- (9) Contribui para a formação do professor, oferecendo discussões atualizadas acerca de temas relevantes para o trabalho docente, tais como currículo, aprendizagem, natureza do conhecimento e de sua aplicabilidade, avaliação, políticas educacionais, entre outros;
- (10) estimula o professor a continuar investindo em sua própria aprendizagem, ampliando os seus conhecimentos, bem como sobre as múltiplas formas de desenvolver as suas atividades de ensino;
- (11) apresenta referências bibliográficas de qualidade, que orientem o professor em relação a leituras complementares, tanto sobre os temas que deve abordar em suas aulas, quanto às questões relativas ao processo de aprendizagem e às metodologias de ensino;
- (12) Apresenta uma bibliografia atualizada para aperfeiçoamento do professor que possibilite uma leitura crítica e o reconhecimento dos processos de exclusão e discriminação etnicorracial, de gênero, etária;
- (13) Contém as soluções detalhadas de todos os problemas e exercícios, além de orientações de como abordar e tirar o melhor proveito das atividades propostas;
- (14) traz considerações pertinentes e atualizadas sobre as possibilidades de abordagens didaticopedagógicas, baseadas em pesquisas academicocientíficas e acompanhadas de seus vínculos e comprometidas explicitamente com teorias de ensino e de aprendizagem específicas;
- (15) apresenta sugestões de implementação das atividades apresentadas no livro do aluno, sobretudo naquelas que envolvam a utilização de experimentos didático-científicos, e propõe atividades experimentais complementares individuais e em grupo;
- (16) em relação à experimentação, traz alertas bem claros sobre a eventual periculosidade dos procedimentos propostos, bem como oferece alternativas na escolha dos materiais para tais experimentos, evitando, porém, detalhamentos que possam impedir a criatividade e autonomia do professor;
- (17) oferece sugestões de respostas para as atividades propostas no livro do aluno, sem, no entanto, restringi-las a uma única possibilidade, procurando, sempre que cabível, discutir diferentes estratégias de solução e possibilidades de desenvolvimento das atividades e respostas pertinentes;
- (18) apresenta a sua fundamentação teórica com clareza, de modo que fiquem explícitos os princípios subjacentes à proposta didático-pedagógica da obra, tendo em vista os papéis do aluno e do professor no processo de ensino/aprendizagem/avaliação; os tipos de atividades organizadas e propostas; o papel da avaliação de desempenho dos estudantes; a forma como o livro se organiza; e informações complementares necessárias para melhor compreensão da fundamentação teórico-conceitual e praticometodológica que orientou a produção da obra didática;
- (19) contém informações complementares e orientações que possibilitem a condução das atividades de leitura das imagens, extrapolando sua utilização como elemento meramente ilustrativo e/ou comprobatório;
- (20) orienta o professor a considerar o seu local de atuação como fonte de análise e como recurso didático, considerando as diferentes condições de acesso e a diversidade nacional no nosso país continental;
- (21) orienta para a percepção e compreensão do espaço construído e vivido pelos cidadãos, além de toda a cultura material e imaterial nele envolvida.

ANEXO III
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

OBRAS IMPRESSAS:

1. Formato

1.1. Formato: 205 mm x 275 mm, com desvio de até mais ou até menos 3 mm.

1.2. CAPA: Cartão branco de gramatura entre 240 e 336 g/m² (250 a 300 g/m² nominais, com tolerância de até menos 4% na gramatura nominal inferior e de até mais 12% na gramatura nominal superior), revestido na frente, plastificado ou envernizado com verniz UV.

1.3. MIOLO: Papel “off set” branco de gramatura entre 72 e 78 g/m² (75 g/m² nominais, com tolerância de até 4% na gramatura nominal, para mais ou para menos). Alvura mínima de 80% (oitenta por cento) e opacidade mínima de 82% (oitenta e dois por cento).

2. Acabamento

2.1. Para livros com até 96 páginas de miolo:

a) tipo de lombada: canoa;

b) miolo e capa: grampeados com 2 (dois) grampos acavalados na lombada;

c) características do grampo: galvanizado com bitola n.º 26 ou 25;

d) grampeamento: distribuídos simetricamente em relação à extensão pé à cabeça do livro com variação de 2 cm, e tolerância máxima de desalinhamento de 0,5 mm em relação ao vinco da dobra;

e) a distância nominal entre a lombada e a mancha deve ser de 20 mm, com tolerância de variação de menos 2 mm;

f) a distância nominal entre o corte trilateral e a mancha deve ser superior a 10 mm e inferior a 20 mm, respeitada a diagramação original do livro

2.2. Para livros com mais de 96 páginas e até 160 páginas de miolo:

a) miolo costurado com linha, “falsa/termo costura”, ou costura de cola, ou colagem PUR, ou grampeado com 2 (dois) grampos internos e colado à capa em toda a extensão da lombada;

b) características do grampo: galvanizado com bitola n.º 26 ou 25;

c) grampeamento: distribuídos simetricamente em relação à extensão pé à cabeça do livro com variação de 2 cm, afastados 4 mm da lombada;

2.3. Para livros com mais de 160 e até 700 páginas de miolo:

a) miolo costurado com linha, ou “falsa/termo costura”, ou costura de cola, ou colagem PUR;

2.4. Para livros com mais de 700 páginas de miolo:

a) miolo costurado com linha.

2.5. Para os livros definidos nos subitens 2.2, 2.3, e 2.4:

a) lombada quadrada

b) a distância nominal entre a lombada e a mancha deve ser de 20 mm, com tolerância de variação de menos 2 mm;

c) a distância nominal entre o corte trilateral e a mancha deve ser superior a 10 mm e inferior a 20 mm, respeitada a diagramação original do livro.

d) capa com vinco de manuseio a 7 mm da lombada com tolerância de mais ou de menos 1 mm;

e) colagem lateral de capa até o vinco de manuseio, com tolerância de até menos 1,5 mm;

f) o miolo deve ser colado à capa, em toda extensão da lombada

2.6. Para todos os livros definidos nos subitens 2.1, 2.2, e 2.3, poderá ser utilizado também os seguintes tipos de acabamento:

2.6.1. costura de linha

2.6.2. falsa/termo costura

2.6.3. costura de cola

2.6.4. colagem PUR

a) Para os livros costurados com linha, a linha deve ser de algodão, sintética ou mista, com resistência suficiente para garantir a integridade física do miolo;

b) para os livros com acabamento “falsa/termo costura”, a linha deve ser mista, a base de polipropileno, com resistência suficiente para garantir a integridade física do miolo;

c) para os livros costurados com cola o processo deverá ser “Burst”, “notched” ou “slotted binding”, de forma a garantir a integridade física do miolo;

d) para os livros com a lombada raspada e colada, ou raspada, frezada e colada, o processo de colagem deverá ser com a utilização de cola de poliuretano reativo (PUR);

e) para os acabamentos previstos nos subitens 2.6.3, 2.6.4 e letra “g” abaixo, a eficiência da colagem do miolo deverá ser correspondente à exigência definida na Resolução CD/FNDE nº 2 de 12/01/2011.

f) não será admitido miolo apenas colado, ou raspado e colado. A cola utilizada deverá ser flexível após secagem e, em nenhum caso, poderá conter breu ou amido;

g) Excepcionalmente poderá ser utilizado acabamento por processo de colagem utilizando *primer* catalisador combinado com o uso de cola especial e secagem com infravermelho (*two shot*), que garanta resultado de *page pull* (teste de eficiência da colagem) definido na Resolução CD/FNDE nº 2/2011, ou na que vier a substituí-la, desde que solicitado formalmente pelo editor e autorizado previamente à produção pelo FNDE.

3. Embalagem

3.1. A coleção deverá ter seus volumes shirincados, formando embalagens individualizadas, sem prejuízo dos critérios contidos nas Orientações Operacionais a serem fornecidas quando da assinatura do contrato.

OBRAS DIDÁTICAS EM MÍDIA:

4. MecDaisy

4.1. Os editores deverão converter as obras selecionadas para MecDaisy. O livro digital MecDaisy consiste em uma solução tecnológica para a geração de livros em formato digital acessível que permite a reprodução audível utilizando gravação ou síntese de fala, a navegação pelo texto, a reprodução sincronizada dos trechos selecionados, a ampliação de caracteres e a conversão para o Braille.

4.2. O livro digital acessível MecDaisy deverá ser apresentado em DVD, ser produzido exclusivamente para leitor MecDaisy, corresponder à obra impressa e apresentar o conteúdo na seguinte ordem:

4.2.1. Título da coleção e/ou título da obra e/ou subtítulo;

4.2.2. Autor (a) do livro;

4.2.3. Nome do autor ou pseudônimo, ou organizador, ou editor responsável;

4.2.4. Conteúdo da primeira capa:

4.2.4.1. Imagem da capa com, no máximo, 800 pixels de altura;

4.2.4.2. Descrição da imagem.

4.2.5. Conteúdo da quarta capa;

4.2.5.1. Imagem da capa com, no máximo, 800 pixels de altura;

4.2.5.2. Descrição da imagem.

4.2.6. Conteúdo das orelhas;

4.2.7. Conteúdo da segunda e terceira capas;

4.2.8. Ficha técnica;

4.2.9. Ficha catalográfica;

4.2.10. Sumário.

4.2.10.1. Deve conter apenas os títulos dos capítulos, seções, subseções e números das páginas, eliminado-se tracejados ou pontilhados.

4.2.11. A numeração de páginas da obra em formato digital acessível destinado a leitor MecDaisy deve ser igual à numeração da obra impressa e as páginas não numeradas na obra impressa devem ser registradas no formato digital acessível destinado a leitor MecDaisy.

4.2.12. Todas as imagens presentes na obra impressa devem estar presentes no livro digital acessível destinado a leitor MecDaisy.

4.2.13. As imagens devem ser devidamente descritas com marcação adequada, sem a necessidade de serem previamente anunciadas.

4.2.14. A legenda, fonte ou informações sobre a origem da imagem devem ser apresentadas posteriormente à descrição e à apresentação da própria imagem.

4.2.15. A obra gerada em formato digital acessível destinada a leitor MecDaisy deverá conter obrigatoriamente o áudio digital relativo ao texto gravado em formato MP3 (Full Daisy).

4.2.16. As obras geradas em formato digital acessível destinada a leitor MecDaisy devem ser compatíveis com o tocador MecDaisy, versão de referência, que pode ser obtida em <http://intervox.nce.ufrj/mecdaisy>.

4.2.17. A organização dos arquivos do livro digital acessível destinada a leitor MecDaisy deve ser a que segue.

4.2.17.1. Cada obra deve ser gravada em uma única mídia DVD.

4.2.17.2. A obra completa deverá estar contida em um único arquivo (extensão OPF).

4.2.17.3. Os arquivos que compõem o livro digital acessível deverão estar contidos em uma única pasta, não compactada, intitulada com o mesmo nome da obra impressa.

4.3. Cada volume de uma coleção deverá corresponder a um DVD, a ser embalado em uma caixa individual. As caixas que formam o conjunto da coleção de cada disciplina serão embaladas em *shrink* próprio, formando uma só encomenda.

4.4. Rótulo e Embalagem dos DVDs com MecDaisy

4.4.1. Os rótulos dos DVDs deverão ter:

4.4.1.1. identidade visual com a 1ª capa do livro em tinta;

4.4.1.2. o título da obra em Braille; e

4.4.1.3. apresentar um número de Central de Atendimento ao Usuário para dúvidas e reclamações sobre as mídias.

4.4.2. As caixas dos DVDs deverão:

4.4.2.1. ser retangulares, em material plástico, medir 19 cm de comprimento x 13,5 cm de largura x 0,5 cm de altura (espessura), tipo simples, transparente, com compartimento externo para acondicionar a identificação e presilha para encaixe da mídia;

4.4.2.2. ter identidade visual com a 1ª e 4ª capas do livro em tinta;

4.4.2.3. apresentar o título, o nome do autor e do editor em Braille.

4.4.3. As obras em MecDaisy deverão conter nos rótulos e nas caixas dos DVDs além do selo do PNLD EJA um selo identificador de sua natureza acessível, a ser oportunamente fornecido pelo FNDE.

4.5. Produção dos DVDs em MecDaisy

4.5.1. Os livros didáticos possuem apresentações gráficas que dificultam a geração direta para livro digital acessível destinado a leitor MecDaisy. Deste modo, para a elaboração do DVD, é necessário partir de um CD que traga os seguintes arquivos:

4.5.1.1. do miolo do livro em *pdf*;

4.5.1.2. Do miolo do livro em *docx*, linearizado, em coluna única, de acordo com a organização da página. O texto linearizado deve estar todo alinhado à esquerda da página e deve trazer o número da página original também alinhado à esquerda e na parte superior. O texto linearizado deve apresentar consistência com o texto do livro em *pdf* e deve indicar as entradas das figuras seguidas das descrições das mesmas e créditos quando houver.

4.5.2. As tabelas devem aparecer no texto linearizado na posição correta e abaixo delas deve constar sua linearização correspondendo à leitura sugerida pela editora. As tabelas que não podem ser lidas deverão ser entendidas como “ilustração” e transformadas em *jpeg*.

4.5.2.1. Das ilustrações (incluindo gráficos), que devem estar em pasta separada com todas as figuras utilizadas na obra em formato *jpeg* nomeadas com numeração subsequente, coincidentes com as apresentadas no texto linearizado.

4.5.2.2. Da capa em *pdf* e arquivo aberto no programa em que foi concebido, com fontes e imagens e resolução mínima de 300dpi.

4.5.3. O CD deve abrir em microcomputador com configuração padrão de mercado.

4.5.4. Uma vez elaborado o arquivo em *docx*, recomenda-se que a editora efetue a leitura integral do mesmo, comparando textos, descrição de imagens e seus créditos com o arquivo em *pdf*, a fim de efetuar ajustes onde não há correspondência com o arquivo em *pdf*. O controle da qualidade efetuado pela editora nos CDs garante a qualidade do DVD e sua aderência aos requisitos solicitados em editais ou contratos. Entretanto, não prescinde a editora de efetuar também o controle da qualidade dos DVDs elaborados.

5. CD em Áudio do componente curricular Língua Estrangeira Moderna (Inglês ou Espanhol)

5.1. O CD de áudio deverá acompanhar, obrigatoriamente, tanto o livro do aluno como o manual do educador acondicionado na 3ª capa da obra.

5.2. O CD deverá ser acondicionado em envelope com bolsa para CD, formato fechado 125 x 125 mm, em cartão triplex 250 g/m, ou em envelope PVC 0,10 micra, ou ainda em envelope em polipropileno 0,17 micra; assegurando sua integridade física até o local de destino.

5.3. O rótulo e a embalagem do CD deverão manter identidade visual com a capa da obra. No caso dos envelopes em PVC 0,10 e em polipropileno 0,17, a exigência se limita ao rótulo.

6. DVD ROM do Manual do Educador, caso houver:

6.1. O DVD ROM deverá ser acondicionado em envelope com bolsa para CD, formato fechado 125 x 125 mm, em cartão triplex 250 g/m, ou em envelope PVC 0,10 micra, ou ainda em envelope em polipropileno 0,17 micra; assegurando sua integridade física até o local de destino.

6.2. O rótulo e a embalagem do DVD ROM deverão manter identidade visual com a capa da obra e apresentar um número de telefone da Central de Atendimento ao Usuário para dúvidas e reclamações sobre as mídias.

6.2.1. No caso dos envelopes em PVC 0,10 e em polipropileno 0,17, a exigência se limita ao rótulo.

6.3. O DVD ROM deverá ser colocado entre os livros do *shrink* do manual do educador correspondente, formando uma só encomenda para o educador.

6.4. Especificações técnicas complementares dos DVDs ROM que acompanham as obras poderão ser solicitadas posteriormente pelo FNDE.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO XX/2012 – CGPLI
PNLD EJA 2014**

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EDIÇÃO

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Declaro, sob as penas da Lei, que os exemplares da obra _____, do(s) autor(es) _____, apresentados por esta editora no ato da inscrição no processo de seleção de obras, poderão ser incluídos no Guia de Livros Didáticos para Educação de Jovens e Adultos – PNLD EJA 2014 e correspondem à _____ edição. (preencher com ano ou número da última edição)

Brasília, de xxxxxx de 2012.

Assinatura do editor ou seu procurador

Nome legível da editora, seu representante e cargo

(Firma reconhecida em cartório)

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO XX/2012 – CGPLI
PNLD EJA 2014**

**ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Declaro, sob as penas da Lei, que a obra _____,
do(s) autor(es) _____,
apresentada em _____ edição, não é variante parcial ou total de outras obras
inscrita(s) no PNLD EJA 2014 para ser(em) avaliada(s) e selecionada(s) para integrar(em)
o Guia de Livros Didáticos para a Educação de Jovens e Adultos – PNLD EJA 2014.

Brasília, de xxxxxx de 2012.

Assinatura do editor ou seu procurador
Nome legível da editora, seu representante e cargo
(Firma reconhecida em cartório)

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO XX/2012 – CGPLI
PNLD EJA 2014**

**ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE PRIMEIRA AVALIAÇÃO**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Declaro, sob as penas da Lei, que a obra _____,
do(s) autor(es) _____ foi integralmente produzida sem tomar
por base obras já avaliadas em programas anteriores do Programa Nacional para a
Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA) e Programa Nacional do Livro Didático para
Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA) , mesmo sob outro título ou outra autoria ou
publicada por outra editora.

Brasília, de XXXXX de 2012.

Assinatura do Autor

Nome Legível

Assinatura do editor ou seu procurador

Nome legível e cargo

(Firma reconhecida em cartório)

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO XX/2012 – CGPLI
PNLD EJA 2014**

**ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE REINSCRIÇÃO**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Declaro, sob as penas da Lei, que a obra intitulada _____, do(s)
autor(es) _____ foi inscrita no processo de avaliação do
PNLA/2008 () PNLA/2009 () PNLA/2010 () PNLD EJA 2011 tendo sido () aprovada ()
reprovada.

Brasília, de XXXXXX de 2012.

Assinatura do Autor
Nome Legível

Assinatura do editor ou seu procurador
Nome legível e cargo
(Firma reconhecida em cartório)

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO XX/2012 – CGPLI
PNLD EJA 2014**

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE REVISÃO E ATUALIZAÇÃO

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Declaro, sob as penas da Lei, que
_____ (Nome do editor) procedeu à revisão e
atualização da totalidade da obra _____, do(s) autor(es)
_____, excluída em avaliação anterior, realizada pela
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão –
SECADI/MEC.

Brasília, de XXXXXXX de 2012.

Assinatura do editor ou seu procurador

Nome legível e cargo

(Firma reconhecida em cartório)

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO XX/2012 – CGPLI
PNLD EJA 2014**

**ANEXO IX
MODELO DE FICHA DE CORREÇÃO DE OBRA**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Esta ficha deverá expressar de forma clara e precisa as correções feitas na obra, pelo autor/editor, descrevendo os problemas e suas respectivas correções.

VERSÃO ANTERIOR – INSCRITA NO PNLA 2008 e/ou PNLA 2009 e/ou PNLD 2010 e/ou PNLD EJA 2011	VERSÃO ATUALIZADA – INSCRITA NO PNLD EJA 2014

Brasília, de XXXXXXX de 2012.

Assinatura do editor ou seu procurador
Nome legível e cargo
(Firma reconhecida em cartório)

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO XX/2012 – CGPLI
PNLD EJA 2014**

ANEXO X

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS AO PROCESSO DE HABILITAÇÃO

1. Da habilitação do Editor

1.1. A habilitação do editor compreenderá consulta aos dados cadastrais da empresa, identificação dos sócios, materiais e serviços autorizados para comercializar e dados cadastrais do representante do editor, bem como dados de qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal no SICAF e no TST.

1.2. Deverá ser encaminhada cópia autenticada da cédula de identidade e do CPF do(s) dirigente(s) apto(s) a assinar(em) o contrato, devidamente cadastrado(s) no SICAF.

1.3. O editor deverá também apresentar as seguintes declarações na etapa de habilitação:

1.3.1. declaração de inexistência de fato impeditivo, ratificando a inexistência de circunstâncias que impeçam o editor de contratar com a Administração Pública Federal, assinada pelo representante legal da empresa, com firma reconhecida por cartório competente;

1.3.2. declaração de que o editor não emprega menor, conforme dispõe o inciso V do artigo 27 da Lei n. 8.666/93, acrescido pela Lei n. 9.854/99, assinada pelo representante legal da empresa, com firma reconhecida em cartório competente.

1.4. Caso o editor se faça representar por procurador, deverá apresentar instrumento público de procuração, especificando os poderes por ele concedidos, bem como cópia autenticada da cédula de identidade e do CPF do procurador.

1.5. O editor deverá manter atualizado no SIMAD todos os dados referentes à empresa e seus representantes.

1.6. No caso de consórcio de empresas, além da regularidade no SICAF, serão exigidos os documentos referidos nos incisos I, II e III do art. 33 da Lei 8.666/93, bem como o registro do consórcio nos termos do parágrafo segundo do art. 33, da mesma Lei.

1.7. O cadastro junto ao SICAF tem validade de 1(um) ano, devendo ser renovado, mediante requerimento junto à unidade cadastradora onde foi realizado.

1.7.1. A alteração de informações cadastrais é de exclusiva responsabilidade do editor e será efetuada, somente, pela unidade que realizou o seu cadastramento.

1.7.2. O prazo de validade do cadastro de 1 (um) ano não abrange os documentos de cunho fiscal, do INSS e FGTS, com prazo de vigência próprios, cabendo ao editor sua regular renovação sob pena de inativação automática de seu cadastramento no sistema.

1.8. A renovação dos documentos comprobatórios de quitação com o INSS, FGTS e com a Fazenda Federal (Secretaria da Receita Federal e Dívida Ativa da União), deve ser realizada até a data de seus vencimentos respectivos, exclusivamente, junto à unidade cadastradora onde o editor efetuou seu cadastramento, visando:

1.8.1. atender ao artigo 195, § 3º, da Constituição Federal;

1.8.2. observar o disposto no art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, atualizada pelas Leis nº s 8.883/94 e nº 9.648/98,

1.8.3. cumprir determinações contidas na Decisão nº 705/94, do Plenário do Tribunal de Contas da União, publicada no Diário Oficial da União de 6 de dezembro de 1994.

1.8.4. evitar inativação automática de seu cadastramento no SICAF, fato que constitui impedimento de sua participação nas aquisições a serem realizadas.

1.9. Efetivado o registro, o editor inscrito estará apto a se relacionar comercialmente com o FNDE.

1.10. O editor participante sujeitar-se-á à confirmação da regularidade com o INSS, FGTS, TST e com a Fazenda Federal (Secretaria da Receita Federal e Dívida Ativa da União).

2. Da habilitação da obra didática

Visando comprovar que detém o direito autoral patrimonial sobre a obra e os conteúdos do DVD, se houver, o editor deverá apresentar os seguintes documentos:

2.1. Contrato de edição – instrumento escrito mediante o qual o editor obriga-se a reproduzir, divulgar e comercializar a coleção, ficando autorizado, em caráter de exclusividade, a publicá-la e explorá-la, pelo prazo e nas condições pactuadas com o autor, com base no que preceitua a legislação que rege a matéria, em especial a Lei nº 9.610/98.

2.1.1. O editor deverá apresentar o contrato de edição firmado com os seguintes criadores intelectuais da coleção: autor(es) do texto, organizador(es), adaptador(es) e tradutor(es).

2.1.1.1. Entende-se por organizador a pessoa física ou jurídica responsável pela organização de textos em uma obra coletiva.

2.1.1.2. No caso de organizador pessoa jurídica, faz-se obrigatória a existência de pessoa física responsável pela coleção, constante na capa da coleção.

2.1.2. São requisitos obrigatórios mínimos dos contratos de edição a serem apresentados pelos editores:

2.1.2.1. Objeto, delimitando o título da obra e seus subtítulos, a autoria e o(s) formato(s) autorizado(s) para edição, nos termos da lei;

2.1.2.2. Remuneração do autor;

2.1.2.3. Prazo de vigência;

2.1.2.4. Cláusula contratual com autorização expressa do autor para a produção e venda de exemplares da obra à Administração Pública ou ao mercado em geral nas características e tiragens necessárias definidas no contrato firmado com o FNDE;

2.1.2.5. Cláusula contratual com autorização expressa do autor para a produção e venda da obra em formato digital (CD em áudio e MecDaisy) nos contratos que originalmente foram firmados para edição, publicação, divulgação e comercialização em formato tinta;

2.1.2.6. De forma explícita, o caráter de exclusividade autorizada pelo autor ao detentor dos direitos patrimoniais;

2.1.2.7. Assinatura de duas testemunhas;

2.1.2.8. Assinatura das partes com firma reconhecida.

2.1.3. Os contratos de edição deverão ser assinados pelo(s) autor(es) da obra, na forma do **subitem 2.1.1** deste Anexo, ou por seu(s) sucessor(es).

2.2. Termos aditivos ao contrato de edição – instrumentos pelos quais se formalizam alterações no contrato original firmado, devendo constar as cláusulas ou itens a serem alterados, tais como mudança no objeto, alteração de prazos e demais condições originalmente pactuadas.

2.2.1. Aplicam-se aos termos aditivos todas as disposições do **subitem 2.1** deste Anexo.

2.3. Contrato de cessão de direitos – Caso o editor apresente contrato de edição firmado originariamente com terceiro, constituindo-se dessa forma em cessionário dos

direitos de edição, deverá apresentar o contrato de cessão de direitos delimitando sua abrangência, na forma do **subitem 2.1.2** deste Anexo.

2.3.1. São requisitos obrigatórios mínimos dos contratos de cessão de direitos a serem apresentados pelos editores:

2.3.1.1. Objeto, delimitando o título da obra e seus subtítulos, a autoria e o(s) formato(s) autorizado(s) para edição, nos termos da lei;

2.3.1.2. Remuneração do autor;

2.3.1.3. Prazo de vigência;

2.3.1.4. Constar de forma explícita o caráter de exclusividade sobre a obra cedida pelo detentor de direitos patrimoniais;

2.3.1.5. Cláusula contratual com autorização expressa para produção e venda da obra à Administração Pública ou ao mercado em geral nas características e tiragens necessárias definidas no contrato firmado com o FNDE;

2.3.1.6. Cláusula contratual com autorização expressa para produção e venda da obra em formato digital (CD em áudio e MecDaisy) nos contratos que originalmente foram firmados para edição, publicação, divulgação e comercialização em formato tinta;

2.3.1.7. Assinatura de duas testemunhas;

2.3.1.8. Assinatura das partes com firma reconhecida.

2.3.2. Os contratos de cessão de direitos deverão ter anuência do(s) autor(es) da obra ou de seu(s) sucessor(es).

2.4. Declaração de Vigência – No caso de contratos de edição com prazo de vigência indeterminado ou não expresso deverá ser apresentada, sob as penas da lei, declaração complementar com firma reconhecida em cartório, na qual o editor manifesta que o contrato de edição apresentado encontra-se em plena vigência. Nos casos de contratos com previsão de renovação automática, deverá constar na declaração o período renovado, conforme estabelecido no contrato.

2.5. Declaração de Titularidade de Direito Patrimonial da Obra Didática - sobre os textos, ilustrações, fotografias e demais trabalhos intelectuais abrangidos pela legislação autoral brasileira, conforme modelo constante do **Anexo XI**, garantindo, sob as penas da lei, deter o direito patrimonial sobre os textos, ilustrações, fotografias e demais trabalhos intelectuais abrangidos pela legislação autoral brasileira que compõem a obra.

2.6. Caso a obra se enquadre na categoria coletiva, nos termos da Lei n. 9.610/98, o editor deverá apresentar um dos seguintes instrumentos abaixo:

2.6.1. Contrato de trabalho firmado com o(s) funcionário(s) da própria empresa; ou

2.6.2. Contrato de prestação de serviços firmado com o(s) autor(es) contratado(s) para criação da obra.

2.7. São requisitos obrigatórios mínimos aos contratos de prestação de serviços a serem apresentados pelos editores:

2.7.1. especificação da participação dos autores contratados;

2.7.2. prazo para a entrega ou realização da obra;

2.7.3. remuneração e demais condições de execução.

2.8. O editor poderá apresentar declaração assinada pelo(s) funcionário(s) da empresa, alternativamente à apresentação do contrato de trabalho, garantindo que o editor detém os direitos patrimoniais sobre a obra.

3. Das disposições específicas sobre DVD ROM

3.1. Para as obras que forem acompanhadas de DVD ROM no manual do educador deverá constar nos contratos de edição originariamente firmados para publicação da obra

em formato tinta, cláusula onde o autor autoriza que a obra tenha como complemento e parte integrante do manual do educador um DVD ROM destinado ao processo de ensino e aprendizagem.

3.2. Contrato de edição com o organizador dos conteúdos integrantes do DVD ROM onde o editor obriga-se a reproduzir, divulgar e comercializar o DVD ROM, ficando autorizado, em caráter de exclusividade, a publicá-lo, divulgá-lo e explorá-lo, pelo prazo e nas condições pactuadas com o organizador, com base no que preceitua a legislação que rege a matéria.

3.2.1. Entende-se por organizador a pessoa física ou jurídica responsável pela organização do DVD ROM.

3.2.2. No caso de organizador pessoa jurídica, faz-se obrigatória a existência e identificação de uma pessoa física responsável.

3.2.3. São requisitos obrigatórios mínimos dos contratos com o organizador do DVD ROM a serem apresentados pelos editores:

3.2.4. Objeto, delimitando o título da obra e seus subtítulos, a autoria e o(s) formato(s) autorizado(s) para edição, nos termos da lei;

3.2.5. Remuneração do organizador;

3.2.6. Prazo de vigência;

3.2.7. Cláusula contratual com autorização expressa do organizador para a produção e venda de exemplares do DVD ROM à Administração Pública ou ao mercado em geral nas características e tiragens necessárias definidas no contrato firmado com o FNDE;

3.2.8. De forma explícita, o caráter de exclusividade autorizada pelo organizador ao detentor dos direitos patrimoniais;

3.2.9. Assinatura de duas testemunhas;

3.2.10. Assinatura das partes com firma reconhecida.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO XX/2012 – CGPLI
PNLD EJA 2014**

ANEXO XI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE TITULARIDADE DE DIREITO PATRIMONIAL DE
OBRA DIDÁTICA**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

_____ (razão social do editor) declara, sob as penas da Lei, que detém os direitos patrimoniais sobre todos os textos, ilustrações, fotografias e demais trabalhos intelectuais abrangidos pela legislação autoral brasileira, que compõem a obra _____, em _____ edição, selecionada para o PNLD EJA 2014.

Declara também que possui todos os instrumentos contratuais com os autores dos textos e demais coautores da obra, assumindo o compromisso de apresentar os instrumentos contratuais se solicitado pelo FNDE em qualquer fase do processo de contratação regulado pelo edital do PNLD EJA 2014.

Declara também que se responsabiliza por possíveis litígios envolvendo os autores, coautores e sucessores dos referidos textos, bem como das ilustrações, fotografias e demais trabalhos intelectuais abrangidos pela legislação autoral brasileira que compõem a obra, estando ciente de que o FNDE poderá deixar de adquirir a obra no caso de tomar conhecimento de controvérsia judicial, a qualquer tempo.

Local, XX de XXXXXX de 2012.

Assinatura do representante do editor ou seu procurador

Nome legível e cargo

(Firma reconhecida em cartório)

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO XX/2012 – CGPLI
PNLD EJA 2014**

**ANEXO XII
FORMULÁRIO DE HABILITAÇÃO**

DADOS DA EMPRESA

1. SICAF – O cadastro no SICAF deverá manter-se atualizado, pois os dados disponibilizados pelo sistema serão os considerados para habilitação dos editores. Além desses, a empresa deverá informar:

2. Do(s) Dirigente(s)

2.1. Dirigente(s) apto(s) a assinar contrato, conforme documento constitutivo da empresa e dados do SICAF:

2.1.1. Nome _____ RG _____
CPF _____

2.1.2. Nome _____ RG _____
CPF _____

2.1.3. Nome _____ RG _____
CPF _____

2.2. O(s) dirigente(s) acima identificado(s) assinarão:

Isoladamente Conjuntamente

3. Do(s) procurador(es)

3.1. Procuradores legalmente constituídos para representar a empresa, conforme procuração pública:

Nome _____ RG _____ CPF _____

Nome _____ RG _____ CPF _____

Declaro, sob as penas da lei, para fins de prova junto à Comissão Especial de Habilitação que as informações prestadas neste formulário são expressão da verdade e comprometo-me a encaminhar cópia autenticada dos documentos solicitados no edital de convocação para aquisição de obras didáticas para distribuição gratuita pelo Governo Federal, mantendo-o em boa ordem, e para solicitação a qualquer tempo de outros documentos autorais exigidos pela lei nº 9610/98 e demais legislações vigentes, bem como a responder a qualquer questão que possa subsidiar a Comissão Especial de Habilitação de elementos necessários para a comprovação das informações prestadas acima.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Data:

Assinatura:

Cargo:

DADOS DA OBRA

Para cada obra deverá ser preenchido um formulário de habilitação em conformidade com os contratos encaminhados.

1. Título/Subtítulo:
2. AUTOR DO TEXTO, ADAPTADOR, TRADUTOR, ORGANIZADOR (para as obras coletivas nas quais o organizador é <i>pessoa física</i>) E EDITOR RESPONSÁVEL (para as obras coletivas nas quais o organizador é <i>pessoa jurídica</i>):
3. Dos formatos autorizados: 3.1. Autorização para produção e venda em livro digital, inclusive <i>MecDaisy</i> (indicação da cláusula/artigo): 3.2. Autorização para produção e venda de sua obra acompanhada como complemento do manual do educador um DVD ROM (indicação da cláusula/artigo):
4. Autorização para produção e venda nas características e tiragens necessárias ao atendimento de programas governamentais ou do mercado (indicação da cláusula/artigo)
5. Demonstração expressa de <u>exclusividade</u> da titularidade dos direitos autorais patrimoniais da obra (indicação da cláusula/artigo):
6. Remuneração do(s) autor(es) (indicação da cláusula/artigo):
7. Da vigência do contrato de edição ou de cessão de direitos 7.1. Indicação da cláusula/artigo do contrato: 7.2. Data da assinatura: _____ / _____ / _____ 7.3. Vigente até: _____ / _____ / _____ Obs.: Se o prazo de vigência é indeterminado ou com previsão de renovação automática, a empresa deve enviar <i>Declaração de Vigência</i> ou <i>Declaração do Período Renovado</i> .
PARA AS OBRAS DIDÁTICAS COM DVD ROM NO MANUAL DO EDUCADOR
8. Título/Subtítulo:
9. Organizador do DVD ROM:
10. Das autorizações do DVD ROM: 10.1. Autorização para produção e venda nas características e tiragens necessárias ao atendimento de programas governamentais ou do mercado (indicação da cláusula/artigo):
11. Remuneração do(s) organizador(es)/diretor(es) (indicação da cláusula/artigo):
12. Da vigência do contrato de edição ou de cessão de direitos 12.1. Indicação da cláusula/artigo do contrato: 12.2. Data da assinatura: _____ / _____ / _____ 12.3. Vigente até: _____ / _____ / _____ Obs.: Se o prazo de vigência é indeterminado ou com previsão de renovação automática, a empresa deve enviar <i>Declaração de Vigência</i> ou <i>Declaração do Período Renovado</i> .

RESPONDA:

a) A obra é coletiva?

SIM NÃO

Obs.: Se houver obra coletiva organizada por pessoa jurídica, a empresa deve encaminhar contrato de trabalho, declaração do funcionário ou contrato de prestação de serviços, observadas as exigências do edital.

b) Das obras didáticas cujo(s) autor(es) faleceu/faleceram (se houver)

b.1) O editor afirma possuir e manter em boa ordem para solicitação, a qualquer tempo, os termos de partilha da coleção inscrita?

SIM NÃO

b.2) O editor afirma preservar os direitos dos sucessores, inclusive dos interditos, conforme termo judicial de partilha?

SIM NÃO

c) O editor declara, sob as penas da lei, deter o direito patrimonial sobre os textos, ilustrações, fotografias, e demais trabalhos intelectuais abrangidos pela legislação autoral brasileira que compõem a coleção?

SIM NÃO

Para as Coleção Didática com DVD ROM no Manual do Educador:

d. O editor possui termo aditivo ou cláusula no Contrato de edição com os autores da obra didática, contendo autorização expressa para que a obra possua como complemento e parte integrante um DVD ROM?

SIM NÃO

Declaro, sob as penas da lei, para fins de prova junto à Comissão Especial de Habilitação que as informações prestadas neste formulário são expressão da verdade e comprometo-me a encaminhar cópia autenticada dos documentos solicitados no edital de convocação para aquisição de obras didáticas para distribuição gratuita pelo governo federal, mantendo-o em boa ordem, e para solicitação a qualquer tempo de outros documentos autorais exigidos pela lei nº 9610/98 e demais legislação vigente, bem como a responder a qualquer questão que possa subsidiar a Comissão Especial de Habilitação de elementos necessários para a comprovação das informações prestadas acima.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

data:

assinatura:

cargo: